

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

ANÁLISE DAS RELAÇÕES RECIPROCIDÁRIAS EM COOPERATIVAS
DE CATADORES DE LIXO DE BRASÍLIA

Autor: Pedro Henrique Isaac Silva

Brasília, 2007

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

ANÁLISE DAS RELAÇÕES RECÍPROCAS EM COOPERATIVAS
DE CATADORES DE LIXO DE BRASÍLIA

Autor: Pedro Henrique Isaac Silva

Dissertação apresentada ao Departamento de
Sociologia da Universidade de Brasília/UnB
como parte dos requisitos para a obtenção do tí-
tulo de Mestre.

Brasília, março de 2007

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ANÁLISE DAS RELAÇÕES RECÍPROCAS EM COOPERATIVAS
DE CATADORES DE LIXO DE BRASÍLIA

Autor: Pedro Henrique Isaac Silva

Orientadora: Doutora Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB)

Banca: Prof. Doutor Eric Pierre Sabourin (UnB)
Prof. Doutor Marcus Vinícius Soares Siqueira (UnB)

Suplente: Prof. Doutor Sadi Dal Rosso (UnB)

Dedico este trabalho à minha mãe, Glória, e meu pai, Pedro,
e à memória de meu avô Humberto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq, pelo apoio dado a este Trabalho de Pesquisa durante os anos de 2005 a 2007.

Agradeço à professora Christiane Girard, minha orientadora, amiga e conselheira, que esteve presente em toda minha vida acadêmica, desde a graduação, por sua dedicação e confiança no meu trabalho, sem os quais não poderia realizar essa pesquisa.

À minha família, meus pais e meus irmãos, João Gabriel e Luiz Felipe, que são meu porto seguro, e, apesar dos momentos conturbados, sempre me apoiaram e me possibilitaram as condições necessárias para concluir o Mestrado.

À professora Sônia Marise Salles, uma grande amiga e companheira de lutas, que me incentivou ao longo desse último ano de caminhada.

Aos amigos da Multincubadora, em particular ao Higor, por ter me dado toda a liberdade necessária para terminar este trabalho, especialmente neste último mês.

Aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Solidariedade, pelas discussões proporcionadas.

À minha querida Isabella, que vem sendo uma companheira de inestimável valor e meu refúgio ao longo desses últimos anos.

Sou grato ao Odécio e à Mônica, da CentCoop, que me disponibilizaram informações valiosíssimas para essa pesquisa.

Agradeço também a todas as catadoras e catadores que fizeram parte dessa pesquisa, em especial à Jaqueline, da Reciclo, por ter sempre me recebido tão bem, me oferecendo valiosas informações, sem as quais essa pesquisa não seria tão rica.

A Deus, que na infinitude de seu amor e compaixão, tem sempre me dado a coragem e me oferecido as oportunidades necessárias para a realização de cada um de meus sonhos, sou eternamente grato.

RESUMO

Esta é uma pesquisa sobre como as relações recíprocas se manifestam em quatro cooperativas de catadores de materiais recicláveis, levando em conta suas interações com a organização de trabalho e com as instâncias democráticas. Para esse estudo, foram utilizados dois referenciais teóricos principais: o paradigma da dádiva, referencial teórico que se propõe a entender as dinâmicas sociais a partir das relações que se estabelecem através da tríplice obrigação da dádiva – dar, receber e retribuir –; e a psicodinâmica do trabalho, que procura compreender, a partir da análise do confronto dos sujeitos com a organização do trabalho, como se constrói a subjetividade do trabalhador. Ao contextualizar as questões do lixo e da reciclagem, da posição social ocupada pelos catadores e da Economia Solidária como alternativa de integração social, nota-se que a situação vivida pelos catadores de materiais recicláveis está evidentemente marcada pela exclusão e o estigma social, além da vulnerabilidade econômica. A organização em um Empreendimento de Economia Solidária objetiva, então, recuperar o tecido social do qual o catador faz parte a partir dos valores de solidariedade, cooperação, democracia e igualitarismo. A pesquisa realizada nas quatro cooperativas mostra a situação de precariedade dos catadores, as formas de organização das cooperativas, o funcionamento das instâncias democráticas e as relações recíprocas existentes entre os catadores, entre estes e a liderança e dos empreendimentos com atores externos à cooperativa. Percebe-se que a mobilização subjetiva dos catadores está intimamente ligada à maneira como essas relações são tecidas e depende, sobretudo, da possibilidade da construção coletiva de um corpo deontológico e normativo que regule as relações de trabalho e permita a cooperação entre os sujeitos envolvidos. Além disso, vê-se que o estabelecimento de redes que privilegiem a construção de elos horizontais permite o fortalecimento mútuo e a manutenção da autonomia dos empreendimentos.

Palavras-chave: Economia Solidária – dádiva – subjetividade – reciprocidade – catadores

ABSTRACT

This is a research about how reciprocity relations take place in four recyclable materials collectors cooperatives, considering their interactions with the work organization and the democratic instances. For this study, two main theoretical references were used: the gift paradigm, theoretical reference that proposes to understand the social dynamics and the relations that take place through the triple gift obligation – to give, to receive and to retribute – and the psychodynamics of work, that aims to understand how the worker subjectivity is built, through the analysis of the confrontation between subjects and work organizations. When the questions of waste and recycling, social position occupied by the collectors and the Solidary Economy as social integration alternative are contextualized, we can note that the situation lived by recyclable material collectors is marked by exclusion and social stigma, besides the economic vulnerability. The organization in a Solidary Economic Enterprise aims, therefore, to recover the social tissue which the collector belongs through values as solidarity, cooperation, democracy and equality. The research accomplished in four cooperatives shows the situation of precariousness of collectors, the cooperative organization forms, the democratic instances functionality and the reciprocity relations among the collectors, between them and the leadership and between enterprises and other external actors. It is noted that the subjective mobilization is closely linked to the manner how those relations are built and depends on, over all, the possibility of collective construction of a deontological and normative body that rules the work relations and permits the cooperation among the subjects who take part of it. Besides that, it is seen that the establishment of networks which privilege the construction of horizontal links permits the mutual empowerment and the maintenance of enterprises autonomy.

Keywords: Solidary Economy – gift – subjectivity – reciprocity – waste collectors

Índice

Lista de ilustrações	10
PARTE I – A ABORDAGEM	11
1. Introdução.....	12
2. Problema.....	16
3. Hipóteses	17
4. Teoria.....	19
4.1. Mobilização e subjetividade na análise da psicodinâmica do trabalho	21
4.2. A economia plural e a dádiva	24
4.3. A dimensão intersubjetiva da Economia Solidária: reconhecimento e confiança.....	29
5. Metodologia.....	33
5.1. A preparação da pesquisa	34
5.2. A obtenção das informações.....	36
5.3. A análise das informações	39
PARTE II – O CONTEXTO	41
6. A cooperativa.....	42
6.1. Do Cooperativismo à Economia Solidária	43
6.2. A construção da Economia Solidária no Brasil	47
6.3. Aspectos da Economia Solidária no Distrito Federal.....	52
7. O lixo	56
7.1. Aspectos econômicos	57
7.2. Aspectos simbólicos	66
8. O catador	71
8.1. A exclusão social e suas múltiplas significações	72
8.2. Da vulnerabilidade à exclusão.....	74
8.3. O déficit de lugares.....	76
8.4. Moradores de rua: excluídos ou desfiliaados?	78
8.5. O lixo e o catador.....	80
8.6. A recente mobilização dos catadores.....	84

PARTE III – A PESQUISA	87
9. Delineamentos gerais da pesquisa	88
10. Cortrap	92
10.1. Planejamento e controle financeiro	93
10.2. Organização do trabalho	94
10.3. Autogestão e democracia.....	94
10.4. Liderança	94
10.5. Reciprocidade interna	95
10.6. Reciprocidade externa	96
10.7. Aspectos subjetivos	97
11. Coopernoes	99
11.1. Planejamento e controle financeiro	99
11.2. Organização do trabalho.....	100
11.3. Autogestão e democracia.....	101
11.4. Liderança	101
11.5. Reciprocidade interna	102
11.6. Reciprocidade externa	103
11.7. Aspectos subjetivos	103
12. Reciclo	105
12.1. Planejamento e controle financeiro	106
12.2. Organização do trabalho.....	106
12.3. Autogestão e democracia.....	107
12.4. Liderança	107
12.5. Reciprocidade interna	108
12.6. Reciprocidade externa	109
12.7. Aspectos subjetivos	109
13. Coopativa.....	113
13.1. Planejamento e controle financeiro	113
13.2. Organização do trabalho.....	114
13.3. Autogestão e democracia.....	114
13.4. Liderança	115

13.5. Reciprocidade interna	116
13.6. Reciprocidade externa	116
13.7. Aspectos subjetivos	117
14. Análise comparativa	119
15. Conclusão	123
16. Bibliografia.....	128

Lista de ilustrações

Figura 1.....	60
Tabela 1.....	60
Tabela 2.....	85
Quadro 1.....	88
Quadro 2.....	120

PARTE I

A ABORDAGEM

1. Introdução

Esta é uma pesquisa sobre como as relações recíprocas se manifestam em Empreendimentos de Economia Solidária, levando em conta suas interações com a organização de trabalho e com as instâncias democráticas. Nesse caso, a análise em questão se refere a cooperativas de catadores de lixo de Brasília. A busca da compreensão de tal fenômeno foi feita através de uma análise comparativa junto a quatro cooperativas de catadores.

Por que cooperativas de catadores de lixo?

Primeiramente, porque vemos nas últimas décadas o crescimento vertiginoso do desperdício e a redução drástica das reservas de recursos naturais, tanto os renováveis quanto os não-renováveis, devidos, principalmente, ao incremento da velocidade de utilização desses recursos e dos produtos consumidos. Estima-se que a produção mundial de lixo por ano chegue a 400 milhões de toneladas, sendo que dois milhões de toneladas de lixo produzidos por dia estão entre os domiciliares e/ou comerciais. Somente a sociedade brasileira contribui, por dia, com mais de 220 mil toneladas. Cerca de 50 mil toneladas são lançadas diariamente em lixões a céu aberto, nos rios, encostas e em terrenos baldios. Outra parte, infimamente menor, é transformada pelo processo de reciclagem. A reciclagem, como processo que transforma o lixo em matéria-prima, proporciona uma produção que causa, em média, 74% a menos de poluição do ar; 35% a menos de poluição da água; um ganho de energia de 64%; e dependendo do produto uma redução de 30 a 40% da matéria-prima utilizada (Magera, 2003: 102). Ou seja, há uma ampla redução nos custos – tanto ambientais quanto financeiros – com a utilização da reciclagem no processo de produção. No entanto, pelo menos no Brasil, a reciclagem ainda representa mais uma exceção do que uma regra, pois a maior parte do lixo produzido no país ainda vai para lugares a céu aberto e menos de 1% do lixo urbano é reciclado – o que representa um movimento de quase 500 milhões de reais por ano – enquanto nos Estados Unidos e na Europa esse percentual chega a 40%. Não obstante, pode-se perceber o aumento significativo em relação a alguns insumos: hoje se reciclam quase 80% das latas de alumínio, 34% de vidro, 33% de papel, 20% de aço e 20% dos plásticos. Todavia, no Brasil, apenas 6% das prefeituras têm coleta seletiva. O que se observa em relação à reciclagem é que, via de regra, a coleta é feita por trabalhadores que nos acostumamos a chamar de catadores. Mas o que é um catador?

Nos últimos anos, vem crescendo o número de pessoas que catam o lixo para viver. Atualmente estima-se que mais de 400 mil pessoas vivam da catação de materiais recicláveis. De fato, não é recente o aparecimento de pessoas que sobrevivem a partir dos resíduos deixados pela produção e pelo consumo da sociedade. Pode-se perceber, focando a sociedade ocidental, que, pelo menos desde a idade média, parte da população se apropria dos resíduos produzidos pela sociedade a fim de ou eles próprios consumirem, ou trocar por insumos necessários a sua sobrevivência. Eram os pobres inválidos, os mendigos, os pedintes. O que apenas recentemente tem aparecido, particularmente no Brasil, é o indivíduo que busca no lixo uma mercadoria que, passível de transformação, vai ser trocada no mercado por dinheiro. Catar lixo, antes uma estratégia de sobrevivência mais caracterizada como modo de vida, vira, a partir das últimas décadas, um trabalho, e o catador passa a integrar a dinâmica do mercado. Essa característica só aparece com o advento da reciclagem como mais uma fase da produção capitalista. Com efeito, não é qualquer lixo que esse catador vai se apropriar, mas o lixo que pode ser reutilizado na indústria, o lixo que pode ser transformado, o lixo que é, também, mercadoria. Com a reciclagem, o lixo, antes um resíduo sólido inútil, passa a se inserir na cadeia produtiva, e o catador, passa a se inserir no mercado. Todavia, essa inserção não se dá de qualquer modo, ela se efetiva a partir de uma posição determinada que, obviamente, não coloca o catador de lixo em um lugar privilegiado. E é a partir da análise da origem, da atual posição ocupada pelo catador de lixo e das relações sociais desses catadores entre si estabelecidas a partir das relações de trabalho, que tentaremos mostrar como uma de suas estratégias de sobrevivência, a formação de cooperativas, coloca novas questões às maneiras de agir tradicionais na economia de mercado.

A cooperativa se mostra, então, como uma alternativa de inserção econômica e integração social. Mas não é só isso, esse empreendimento coletivo se assenta sobre um princípio diferenciado de motivação e de racionalidade econômica. A solidariedade, a autogestão, a democracia e a cooperação se transformam não só em meios de se atingir a sustentabilidade da empresa, mas em fins que vão reger a existência de um Empreendimento de Economia Solidária. Os desafios dessa nova forma de composição das esferas social, política e econômica, não dizem respeito somente ao lugar que essa economia pode ocupar na sociedade moderna, sua sustentabilidade e seu potencial emancipatório, mas também trazem novas questões referentes à análise e compreensão das novas dinâmicas

engendradas pela forma de organização solidária da economia. A questão que se coloca quando se depara com um tipo de organização como essa é: por que e como essas pessoas cooperam, ao invés de competir e de agirem isoladamente e de acordo com seus interesses individuais? Essa é uma pergunta importante, pois se organizar em cooperativa não significa necessariamente um ganho financeiro superior à não-organização, principalmente no caso dos catadores de lixo. Os catadores se organizam, mas nem por isso seus rendimentos aumentam, às vezes o que acontece é o contrário. Individualmente, seus ganhos materiais são mais imediatos e, por vezes, superiores aos ganhos dos catadores cooperados. Então, por que eles se organizam? E como eles conseguem se manter em tal empreendimento?

E para responder a essas perguntas devemos considerar que as pessoas não são, a princípio, guiadas pelo auto-interesse, mas que existem pulsões que podem levá-las a cooperar ou a competir, a fazerem alianças ou desafios. O vínculo social apenas se estabelece quando o sujeito abre mão de si e confia no outro, quando reconhece o outro.

A reciprocidade se configura, então, como elemento essencial na geração de vínculos sociais, pois permite a mobilização dos sujeitos e a cooperação em uma organização coletiva. A fim de dar maior clareza a este conceito-chave,

podemos definir a reciprocidade de maneira simples : quando alguém recebe algo na forma de uma dádiva, ele tem tendência a dar por sua vez... A dádiva do outro carrega com ela uma impulsão a dar por parte de quem recebe. Não se trata em nada de um constrangimento, ao contrário, por exemplo, do contrato, no qual as obrigações de cada um estão sendo definidas da maneira a mais detalhada possível e regidas pela lei. Não, trata-se de uma incitação, de um convite. Mas esse fenômeno é tão importante que pode-se falar de uma força social elementar (Godbout apud Sabourin, 2006: 03).

A dádiva é uma aposta no outro, onde estão presentes a obrigação e a liberdade, o interesse e o desinteresse. Como nos mostra Marcel Mauss, a dádiva é profundamente econômica e, por isso, merece ser tratada e analisada também a partir de sua dimensão econômica.

Para se pensar na dádiva e no princípio de reciprocidade como conceitos que fazem parte da esfera econômica, devemos nos remeter a uma definição diferenciada do econômico, pois a definição tradicional do econômico não engloba as dimensões trazidas pela Economia Solidária. A definição comumente utilizada para se referir ao econômico é aquela que diz que econômico é todo comportamento que visa economizar recursos raros procedendo sistematicamente a um cálculo de custos e de vantagens da ação ou da escolha considerada. Essa definição do econômico, entretanto, diz respeito somente à economia de

mercado, não conseguindo captar outras formas de organização econômica da sociedade. Essa definição, Polanyi chama de formalista. Uma outra maneira de perceber a esfera econômica, classificada por Polanyi como substancial, que englobaria outras formas de organização, é sugerida por Alain Caillé:

Nous venons de proposer une définition de l'économie substantiel – “[qui] a trait aux moyens mis en oeuvre pour obtenir des désirables” – par une dépense d'énergie pénible parce que contrainte (Caillé, 2005: 225).

Essa definição torna possível englobar os diversos princípios de organização econômica verificadas por Polanyi: a redistribuição, a troca hetero-regulada, a troca auto-regulada e a reciprocidade. Permite também que analisemos a realidade econômica de um empreendimento solidário de maneira mais profunda, por levar em consideração outras questões que não somente aquelas levantadas pelo pensamento econômico hegemônico, e, assim, compreendamos “les raisons profondes por lesquelles ce sont parfois les pratiques les plus anti ou non économiques qui sont susceptibles d'engendrer une efficacité économique supérieure” (Idem:229). Isto é, através de uma compreensão mais completa do econômico, entender como e por que as formas solidárias e recíprocitárias de atividade econômica têm sobrevivido à modernidade, inclusive se fortalecendo ao longo dos últimos anos.

É necessário lembrar que ambos referenciais teóricos possuem trajetórias diversas e vêm se consolidando através da interação entre grupos de pesquisa residentes na França, no Canadá e no Brasil. De um lado, o MAUSS (Movimento Anti-Utilitarista das Ciências Sociais) e o CRIDA (Centro de Pesquisa e Informação sobre a Democracia e Autonomia), franco-canadenses, juntamente com professores-pesquisadores brasileiros como Paulo Henrique Martins, Genauto França Filho, Brasilmar Ferreira Nunes e Christiane Girard Ferreira Nunes, têm procurado mostrar as amplas transformações que novas formas de solidariedade têm engendrado no mundo contemporâneo, em particular nos dois países. E do outro, pesquisadores do campo da psicodinâmica do trabalho e da sociologia clínica, como Christophe Dejours, Eugéne Enriquez, Pagès, Gaulejac, Maria Ester de Freitas e, na Universidade de Brasília, Ana Magnólia Mendes, Marcus Siqueira e também Christiane Girard, entre outros, vêm travando um diálogo bastante profícuo entre a sociologia e a psicologia para uma melhor compreensão do trabalho nas atuais organizações capitalistas.

2. Problema

Tendo em vista a temática proposta, algumas questões nortearão essa pesquisa:

- *A reciprocidade existe nesses empreendimentos solidários?*

Apenas a partir da verificação da existência dessas relações baseadas na reciprocidade é que podemos analisar a sua importância enquanto elementos constituintes e estruturantes dos empreendimentos estudados e dos laços sociais mantidos pelos indivíduos. Percebe-se, desse modo, que as relações sociais baseadas na dádiva não são um pressuposto e que a sua existência e conseqüente pertinência no campo de análise da pesquisa sociológica só pode ser inferida a partir de sua verificação empírica.

O que permite a existência dessas relações de reciprocidade?

Se a reciprocidade está presente, devemos notar qual o contexto social, econômico e cultural que envolve o grupo em questão e a partir do qual se constroem esses laços de proximidade baseados na dádiva. Nesse ponto não podemos prescindir da análise das histórias de vida dos indivíduos, da localidade e de como as trajetórias individuais se encontram na história do grupo. Outrossim, se é verificada a inexistência de laços baseados na reciprocidade, podemos verificar os elementos nocivos para o estabelecimento de tais laços.

- *Sob quais formas a reciprocidade se apresenta nesses grupos?*

A existência de relações sociais baseadas na dádiva, estejam elas presentes em simples interações entre sujeitos, no reconhecimento do outro ou em ritos estabelecidos pelo coletivo de trabalhadores, implica determinados modos de manifestação em que a tríade dar – receber – retribuir se faça presente e se mostre como elemento estruturante do coletivo de trabalho e das relações sociais que o compõem.

- *Como a reciprocidade se relaciona com as estruturas organizativas do trabalho nesses empreendimentos?*

A partir das respostas dadas às questões colocadas acima: da existência, das causas e dos modos de manifestação da reciprocidade, podemos nos remeter às conseqüências da reciprocidade para o trabalho e para a organização do grupo. Questão essa que se coloca de maneira central neste projeto de pesquisa, se configurando, assim, como o problema de pesquisa cujas respostas devem ser encontradas ao longo de nossa jornada.

3. Hipóteses

A partir das questões propostas e do problema de pesquisa levantado, podemos elaborar algumas hipóteses cuja verificação será desenvolvida ao longo da pesquisa.

- *As relações de reciprocidade existem em níveis variados;*

Tendo como base a realidade apresentada, podemos inferir que as relações de reciprocidade serão encontradas nos grupos pesquisados. Logicamente não se manifesta de maneira equivalente no interior do grupo e nas relações externas do grupo, mas essas relações estarão presentes sobretudo porque esses grupos se formam a partir de laços de proximidade, evidenciados pelo que alguns sociólogos chamam de sociabilidade primária, onde estão presentes as relações de reciprocidade. Isso nos leva à segunda hipótese, a de que:

- *A configuração do tecido social e as estratégias de sobrevivência criam essas relações de reciprocidade;*

Sujeitos que estão inseridos em um tecido social cuja presença da reciprocidade salta aos olhos irão transportar modos de agir semelhantes para a esfera do trabalho. Não só isso leva à existência desse tipo de laço, como também as dificuldades enfrentadas por essas pessoas para se integrar à sociedade e à sua dinâmica econômica exigem que elas elaborem estratégias não usuais (ou seja, nem baseada numa normatização nem na racionalidade econômica *stricto sensu*) de enfrentamento da realidade que se baseiam na confiança mútua e na aposta da dádiva.

- *Elas se apresentam sob a forma de confiança, de reconhecimento, na mobilização dos sujeitos e podem aparecer em alguns rituais;*

Nessa perspectiva, podemos ver que a confiança necessária para gerar o vínculo entre os diferentes agentes que compõem um empreendimento e entre estes e os outros agentes que se relacionam com eles – como as entidades de apoio, os fornecedores e clientes e os agentes do Estado – são um dos modos de manifestação da reciprocidade. Outro aspecto importante da aposta da dádiva é que, somente a partir da tríade dar – receber – retribuir é que os sujeitos conseguem se mobilizar coletivamente para o trabalho. Não há cooperação sem “mobilização subjetiva”. Essa mobilização dos sujeitos passa também pelo reconhecimento do outro, que gerará a identidade do grupo a partir da noção de alte-

ridade. Nesse sentido, essa hipótese nos conduzirá a procurar rituais e outras formas de manifestação que demonstrem a existência da reciprocidade.

- *Essas relações recíprocas facilitam a construção da coesão do grupo, permitem uma participação democrática mais densa e facilitam a formação de redes.*

A partir das hipóteses supracitadas podemos analisar como essas manifestações das relações de reciprocidade influenciam e são influenciadas pela organização do trabalho, contribuindo para a formação identitária do grupo, e abrem algumas possibilidades de ganho para a cooperativa.

Levando em consideração essas hipóteses, pretendo ao longo dessa pesquisa descobrir se e de que maneira a reciprocidade contribui para o crescimento e consolidação dos empreendimentos solidários dos catadores de lixo de Brasília, ou em um âmbito mais geral, para a consolidação desses empreendimentos no Brasil.

4. Teoria

Um Empreendimento de Economia Solidária possui algumas características que o distingue de uma empresa capitalista tradicional e que coloca novas questões, inclusive teóricas, para aquele que se dispõe a compreendê-lo. Esse empreendimento é formado sobretudo por trabalhadores, mas não é qualquer trabalhador, são trabalhadores que se mobilizam para gerir esse empreendimento. E é a partir dos sentidos que o coletivo de trabalhadores compartilha que vão surgir as novas questões que dizem respeito ao campo dos valores, da economia e da subjetividade dos indivíduos envolvidos. Os ideais de solidariedade, democracia e autogestão estarão presentes e, juntamente com outros valores diametralmente opostos presentes no grupo e exterior a ele, formarão a realidade desse empreendimento solidário, que deverá se apresentar de maneira deveras ambivalente.

Como bem afirma Enriquez (1991), um empreendimento do tipo solidário, aquele cujo desejo é que esteja presente uma forma de “poder partilhado”, que se funda no “amor mútuo” (e não nas características assimétricas do amor), leva consigo o “selo do impossível”, pois vários aspectos da subjetividade dos indivíduos são contraditórios com o ideal desejado, o que enfraquece a construção de laços democráticos e solidários. No entanto, e vamos demonstrar por que, outros aspectos da subjetividade humana podem levar esses indivíduos a construir um empreendimento solidário e torná-los realidade, apesar das contradições presentes nesses empreendimentos.

Notar os aspectos contraditórios de um empreendimento solidário é, de fato, o papel do sociólogo que estuda a economia solidária. A economia solidária não é, e nunca virá a sê-lo, um todo coerente. A economia solidária é diversa, contraditória e complexa, como toda a realidade. Entender o que compõe essa realidade é, então, o principal objetivo do sociólogo.

E para entender a realidade da economia solidária é necessário compreender os seus atores: o que faz, por exemplo, uma pessoa investir e continuar investindo seu tempo, seus desejos, suas esperanças em um Empreendimento de Economia Solidária. Quais aspectos das necessidades subjetivas dos indivíduos organizados coletivamente que ajudam na construção de um Empreendimento de Economia Solidária e quais são aqueles que atrapalham.

Compreender os atores da Economia Solidária significa levar em consideração o mundo do trabalho, e as questões subjetivas envolvidas com a realidade social do trabalho. Significa também ampliar a noção de trabalhador. O trabalhador de um empreendimento solidário deve ser visto como um ator econômico – não só econômico, mas também social e político – para quem o sucesso econômico do empreendimento acarreta um envolvimento e responsabilidades antes impensáveis para o simples empregado de uma empresa capitalista. Responsabilidade esta coletiva, de todos, o que pode provocar certo desinteresse por parte dos membros de um Empreendimento de Economia Solidária. Mobilizar os sujeitos em prol de um empreendimento dessa natureza não é simples, envolve uma série de aspectos da subjetividade do indivíduo. Mas mobilizar os empregados de uma empresa capitalista em suas atividades também não é simples e também envolve uma série de aspectos subjetivos do trabalhador.

A questão da mobilização dos sujeitos faz parte das preocupações de pesquisa da psicodinâmica do trabalho. Essa mobilização envolve o reconhecimento e a confiança. Tanto o reconhecimento quanto a confiança estão assentados na dinâmica da tríplice obrigação da dádiva: dar, receber e retribuir. Essa relação é o que denominamos de reciprocidade. A reciprocidade está presente nesses empreendimentos, mas não só, como também em vários momentos da vida cotidiana e constitui, como muito bem demonstra Marcel Mauss (2003), o meio pelo qual se formam alianças entre pessoas ou grupos que são, em princípio, inimigos. Formar alianças e laços sociais são fundamentais para a constituição da sociedade, dos seus valores, mitos, tabus e hierarquias, o que não é diferente no caso de um Empreendimento de Economia Solidária. O que diferencia a constituição de um empreendimento dessa natureza são seus princípios norteadores, o que vai acarretar certas particularidades em relação à mobilização dos sujeitos para o trabalho no empreendimento.

Nesse sentido, pretendo apresentar, na medida do possível, um corpo teórico que busque compreender como se constrói a cooperação em um Empreendimento de Economia Solidária a partir da análise da subjetividade, em outras palavras, o que faz com que os indivíduos formem alianças e se mobilizem em prol de um empreendimento cujo sentido não é o lucro individual, mas o bem-estar coletivo. E, ainda, verificar se e por que não é o interesse individualista que faz surgir ou move um empreendimento como esse, mas outra coisa, que chamamos de reciprocidade, a base de toda solidariedade, mostrando que a

construção desse tipo de relação não parte de um ideal utópico de certos seres humanos altruístas, mas de uma necessidade subjetiva dos indivíduos.

4.1. Mobilização e subjetividade na análise da psicodinâmica do trabalho

Entender as dinâmicas subjetivas e intersubjetivas da formação dos laços sociais no interior das relações de trabalho é uma das preocupações da psicodinâmica do trabalho. A partir dessa preocupação, a psicodinâmica do trabalho nos permite visualizar os processos sociais e psíquicos que compõem as relações dos trabalhadores entre si, partindo da organização do trabalho e de como ela se opõe ao trabalho em si, tendo o trabalhador como o elo que permite a passagem de uma para o outro. O confronto, necessário para a realização do trabalho, entre o trabalhador e a organização do trabalho acarreta um sofrimento para o indivíduo, sofrimento este que a psicodinâmica vai procurar compreender. Nesse sentido, faz-se mister compreender como se forma o corpo teórico que chamamos de psicodinâmica do trabalho e as principais questões levantadas por essa abordagem.

A psicodinâmica do trabalho tem sua origem nas pesquisas realizadas na década de 50 pelos professores L. Le Guillant, C. Veil, P. Sivadon, A. Fernandez-Zoila e J. Bégoïn (Dejours, 1993). Sua preocupação eram os distúrbios psicopatológicos causados pelas vicissitudes do trabalho e, dentro dessa perspectiva, a abordagem ainda se chamava psicopatologia do trabalho. As pesquisas se concentravam sobretudo na observação do trabalho industrial, cuja nocividade levava, de acordo com essa abordagem, às desregulações e distúrbios mentais dos trabalhadores. Os estudos desenvolvidos nos anos 70 buscavam apreender o encontro entre o trabalhador e a organização do trabalho, que sob o fordismo se configurava como um conjunto de constrangimentos maciços, inexoráveis e exteriores ao trabalhador. A partir dessa perspectiva, o psiquiatra francês Christophe Dejours nota que o trabalhador não é simplesmente um sujeito passivo que se submete às pressões e coação do trabalho, mas uma pessoa capaz de reagir e de se proteger dos eventuais efeitos nocivos causados pela organização do trabalho. De um lado, Dejours nota a construção de estratégias individuais de defesa e de outro, percebe que esses trabalhadores também desenvolvem estratégias coletivas de defesa, o que acaba gerando uma reorganização não-formal, porém real, das relações de trabalho. Essas estratégias, não compreendidas anteriormente pelos pesquisadores, são formas de racionalidade intencionais, porém não conscientes, dos

trabalhadores. Percebe-se aí a nítida influência que a psicopatologia do trabalho teve da abordagem psicanalítica, quando traz elementos do inconsciente ou do pré-consciente.

A abordagem da psicopatologia do trabalho proposta por Dejours busca compreender como se dá a relação entre o sofrimento no trabalho e os mecanismos de defesa utilizados pelos trabalhadores que possibilitam que eles continuem a levar o trabalho sem distúrbios mentais graves. Dejours se propõe a empreender uma *patologia do normal*. A pergunta é: o que fazem os trabalhadores, diante das pressões e exigências do trabalho, para não enlouquecerem? Nesse âmbito a noção de *sofrimento* tem um papel fundamental. O que é, afinal, o sofrimento no trabalho para Dejours? O sofrimento pode ser definido como um estado onde o sujeito se confronta com forças que o levam em direção à doença mental. Quando o sujeito não consegue mais adaptar as exigências do trabalho aos seus desejos e anseios, emerge um sofrimento patogênico. Todavia, os trabalhadores criam estratégias defensivas para se proteger, sendo este um outro ponto da abordagem da psicopatologia do trabalho proposto por Dejours. Essas estratégias defensivas, na maioria das vezes agindo de modo oculto para o trabalhador, podem ser de caráter individual ou coletivo. Os aspectos individuais seriam melhor entendidos pela psicanálise, já a psicopatologia se proporia a explicar as estratégias coletivas de defesa dos trabalhadores, que por sua vez gerariam, a partir da formulação de regras de comportamento e padrões de pensamento, uma ideologia defensiva, que teria como função ocultar o sofrimento e os riscos do trabalho para o trabalhador.

Destaca-se, na antologia de textos da psicopatologia do trabalho, o ensaio de Dejours *A Loucura do Trabalho* (Travail, usure mentale), de 1980, que demarca a passagem entre a abordagem da psicopatologia tradicional – que buscava averiguar no trabalho o que levava o trabalhador à doença mental – e a psicopatologia proposta por Dejours – que entre outras coisas, tenta compreender o que fazem os trabalhadores, em um trabalho nocivo à sua saúde mental, para não enlouquecerem. A proposta de Dejours e sua equipe, que enfoca principalmente a caracterização do sofrimento (e do prazer) no trabalho, vai levar à construção de uma nova perspectiva teórica que terá como objeto de estudo a inter-relação que existe entre os trabalhadores e a organização de trabalho formal e dos trabalhadores entre si, além do pressuposto de que a inteligência prática vai mostrar a liberdade que possui o trabalhador frente à organização do trabalho e às suas estruturas de poder, mesmo que ele não tenha consciência disso. Essa reconstrução da psicopatologia do trabalho, na

visão de Dejours, vai ultrapassar a fronteira de estudos da psicopatologia, que busca compreender, a partir dos efeitos patogênicos do sofrimento, o que leva o trabalhador à doença mental. Já Dejours quer entender, a partir da normalidade, por que, mesmo com a influência nociva da tarefa e da organização do trabalho, a maior parte dos trabalhadores não possui esses distúrbios. Dejours propõe, então, uma nova nomenclatura para esse campo de estudo, que vai tentar entender as dinâmicas existentes entre trabalhadores, organização do trabalho e subjetividade. Essa área de estudo, Dejours vai chamar de *psicodinâmica do trabalho*.

Nesse sentido, a noção de subjetividade é central para o entendimento do corpo teórico da psicodinâmica do trabalho. A subjetividade, vista como o conjunto de características pessoais, emocionais e culturais, que permitem a identidade própria e fazem do indivíduo sujeito de suas ações, está sempre sendo formada pelo confronto entre o ego, o outro e o real, e pelas relações de resistência entre estes e o ego, que causaria, segundo Dejours, o sofrimento. O sujeito, segundo Dejours, é sempre o sujeito do sofrimento. O trabalho torna-se então um ambiente privilegiado para a análise desse sujeito de sofrimento, já que é mediatizado pelo trabalho que o sujeito vai estar no mundo, se contrapor a ele e se impor, transformando, inclusive, o sofrimento em prazer.

Engajado na situação de trabalho, o sujeito choca-se com aquilo que, no mundo objetivo e social, resiste ao que sua história singular faz nascer em si mesmo, como expectativas ou como desejos em relação à realização de si mesmo no campo das relações sociais de trabalho. Do confronto entre as crenças e os desejos que ele forjou no teatro psíquico interno da infância, de uma parte, e a resistência contrária a essas crenças e a esses desejos imposta pelo real – no atual cenário do trabalho –, de outra parte, nasce uma vivência de sofrimento (Dejours, 1995: 205).

A partir do confronto com o real e com o outro, vai se formar a subjetividade do indivíduo. Transformar o sofrimento em prazer não se torna possível a partir da realização da tarefa simplesmente, mas a partir do reconhecimento do outro, ou seja, da construção da identidade. O reconhecimento do outro é fundamental na realização do trabalho, considerado aqui o trabalho real e não o trabalho prescrito. O trabalho é, de fato, aquilo que não foi previsto pela organização do trabalho, o que não está dado pelo conjunto de normas técnicas. O trabalho exige do trabalhador uma engenhosidade, uma criatividade que se contrapõe, muitas vezes, à organização formal do trabalho para ser realizada. A resistência do real se manifesta pelo fracasso e cria um sofrimento para o trabalhador. A criatividade e a mobilização dos sujeitos para a superação dessa resistência é o que transforma o sofri-

mento em prazer e o que permite a realização de si no trabalho. No entanto, mobilizar a criatividade, a inteligência do sujeito, exige determinadas condições de possibilidade. A mobilização das subjetividades se apóia na dinâmica da contribuição e da retribuição, ou seja, em resposta a sua contribuição para a realização do trabalho, o sujeito espera uma retribuição, que nada mais é do que o reconhecimento – tanto no sentido de constatação, quanto de gratidão pela contribuição do trabalhador – dessa mobilização. Na ausência desse reconhecimento, a tendência do trabalhador é desmobilizar-se.

Ora, o que a mobilização requer não é outra coisa senão a reciprocidade configurada a partir do que chamamos de dádiva, a tríade dar – receber – retribuir. O sujeito dá sua contribuição, espera que sua iniciativa não seja frustrada e, também, que o outro retribua a sua contribuição por meio do reconhecimento. Essa contribuição é, de fato, algo que ultrapassa a prescrição das normas do trabalho e também a racionalidade instrumental, pois exige uma racionalidade baseada na relação (subjetiva) com o sofrimento causado pela resistência do real e na relação (intersubjetiva) com o outro. Essa retribuição simbólica evidenciada pelo reconhecimento confere sentido ao trabalho, sentido este que permite a transformação do sofrimento em prazer, pois premia o indivíduo quanto a suas expectativas de realização pessoal no campo das relações sociais. O que se configura como a formação da identidade na esfera do trabalho.

De fato, quando colocamos a questão do outro, envolvendo as dimensões da alteridade e da identidade, como um dos aspectos principais das preocupações de realização de si dos indivíduos, começamos a perceber que o pressuposto teórico do *homo economicus* incorre em um grave equívoco ao pautar a dimensão subjetiva pura e simplesmente pela noção do interesse individual. Torna-se necessário, então, modificar a noção que se tem do móvel da ação econômica para além do interesse e do contrato, levando em conta seriamente as questões do desinteresse, da obrigação e da liberdade, além do próprio interesse, que perpassam as relações recíprocitárias. Somente a partir dessas considerações é que poderemos analisar, de modo mais verossímil, a realidade da Economia Solidária.

4.2. A economia plural e a dádiva

Para se pensar uma outra modalidade de economia devemos também pensar um outro princípio que possa reger a ação econômica. Pensar na economia apenas enquanto mercado é naturalizar algo que é construído socialmente e que se apresenta como uma

especificidade na história. A economia neoclássica, representada atualmente pelo pensamento hegemônico neoliberal, reduz o econômico ao mercado. Mesmo outras correntes econômicas em moda nas últimas décadas, como o neo-institucionalismo e a economia das organizações, consideram a economia fora do mercado apenas para explicar o porquê dos fracassos do mercado. Essa redução da economia ao mercado se dá pela própria concepção de economia que essas abordagens possuem, na qual o econômico se define tendo por referência a escassez, onde a troca de bens e serviços acontece pela determinação dos preços sob um regime hipotético de livre concorrência, em que se articulam oferta e demanda.

Uma outra maneira de ver a economia, mais substantiva e menos formal, define a economia como o estudo das relações e interdependências existentes entre seres humanos e meios naturais de onde é extraída sua subsistência (Laville, 2004a). Essa outra concepção de economia possui um valor heurístico importante para as ciências econômicas e sociais, no sentido de que permite uma compreensão da complexidade das atividades ditas econômicas, não reduzindo simplesmente tudo ao princípio estabelecido pelo mercado. É desse modo que Karl Polanyi (2000) pretende propor uma abordagem que identifique os diversos princípios econômicos, de modo a clarificar as relações de complementaridade e de contraposição existentes entre eles que, como percebe, perpassam a história das organizações humanas.

Um dos princípios, o mais evidente na sociedade em que vivemos, é o *princípio do mercado*, tão valorizado pela economia neoclássica. O mercado, segundo este princípio, é o lugar onde se encontram a oferta e a demanda de bens e serviços, que se colocam sob a forma mercadoria, para fins de troca. O equilíbrio entre a oferta e a demanda é essencial para que funcione de maneira adequada a relação econômica mediada pela troca, cujo equivalente geral vai se chamar moeda. A economia sob o princípio de mercado exige, para a concretização de suas relações, que os seus participantes sejam livres para trocar e concorrer entre si. Essa livre concorrência pressupõe também uma igualdade, pelo menos a princípio e formalmente, entre esses participantes. Desse modo, os ideais de liberdade e de igualdade ganham importância na consolidação de uma economia mercantil e se contrapõem a um sistema tradicional de organização da vida social, jogando por terra os tipos de laços sociais tradicionais, ligados a sistemas simbólicos transcendentais. A emancipação engendrada por esse “desencantamento do mundo” evidencia um outro modo de entender a natureza dos laços sociais, não mais colocados sobre uma moral tradicional, mas sobre

os interesses individuais. A própria vida coletiva estaria baseada na capacidade de os indivíduos atenderem aos próprios interesses. “Nesse sentido, qualquer que seja a natureza dos objetivos pretendidos, que se distinguem segundo os autores, é considerado justo o que é obtido pelo cálculo e pela instrumentalização ou o que contribui para maximizar a felicidade de um número maior” (França Filho & Laville, 2004: 37). Vê-se, então, que as relações econômicas, sob o princípio de mercado, são baseadas nos interesses utilitários que buscam a maximização do lucro mediatizada pela troca de mercadorias, cujo motor regulador é a relação entre oferta e demanda. Com a difusão da economia mercantil, seus princípios extrapolam a esfera econômica, na qual estavam inscritos, ganhando espaço nas mais diversas relações sociais existentes na modernidade, gerando o que pode-se chamar de uma sociedade de mercado.

No entanto, essa sociedade de mercado traz conseqüências nefastas para boa parte da sociedade que, percebendo que a simples competição entre os indivíduos não gera a estabilidade social – pois nem todos podem usufruir das benesses oferecidas pelo mercado auto-regulado –, passa a exigir formas complementares que regulem o mercado. No século XIX, então, os trabalhadores começam a lutar por seus direitos sociais, que garantam um nível de vida decente para todos, inaugurando novas formas de solidariedade, dentre elas, os sindicatos, cooperativas e instituições de seguridade social. Com o fortalecimento dessas lutas, o Estado passa a ser pressionado para ser o grande responsável por essa solidariedade, tornando-se, então o agente redistribuidor. Entramos, então, em outro princípio também muito presente nas sociedades modernas ao longo do século XX, o *princípio da redistribuição*, baseada não mais em uma lógica utilitária individualista, mas em uma solidariedade que, em última, instância, busca o bem-estar geral de um grupo social. Este princípio está baseado na centralidade de um poder que vai se encarregar de pegar parte, ou toda, a produção e distribuí-la segundo os critérios vigentes nesse grupo. A autoridade responsável pela redistribuição, ou seja, que vai receber e repartir parte da produção, pode fazê-la a partir de modelos despóticos ou democráticos, mas diversas vezes vai utilizar essa autoridade para manter ou ampliar seu poder dentro do grupo (Polanyi, 2000). No caso hodierno, percebe-se que o Estado passa a ter essa função redistributiva, se apropriando de parte da produção – ou mesmo se responsabilizando por parte dela, no caso keynesiano – e repartindo-a para o conjunto da sociedade – sob a forma de seguros sociais, investimentos em educação, saúde etc. –, principalmente para aqueles em condições de

maior vulnerabilidade e pobreza, se tornando, então, um Estado Social. É desse modo que se estabelece, no período após a Segunda Guerra Mundial, a união entre Estado e mercado, permitindo a complementaridade entre esses dois princípios.

Contudo, essa sinergia entre mercado e estado sofre abalos tanto em um plano moral quanto no plano econômico. De um lado, o aumento da competitividade em escala global e a redução da expansão do capital colocam em xeque a possibilidade de união desses dois princípios, pois os encargos da redistribuição ficam demasiadamente pesados para a esfera mercantil da economia, que busca cada vez mais o aumento da eficiência produtiva e a redução dos custos. Isso cria um novo modelo de competitividade entre os Estados nacionais: ganha quem conseguir oferecer os custos mais baixos para a produção e a circulação de bens e serviços, o que quer dizer, em outras palavras, impostos reduzidos, abundância de mão-de-obra (barata e qualificada) e facilidade de escoamento da produção. Para a classe trabalhadora, isso significa a redução dos direitos, o desemprego em massa e o aumento da pobreza e exclusão social. O neoliberalismo traz de volta, então, a utopia do mercado auto-regulado como possibilidade de retomada do crescimento econômico. À crise econômica soma-se também uma crise no plano dos valores, que lhe é, inclusive, anterior. Com as diversas mudanças ocorridas na sociedade, sobretudo do ponto de vista demográfico – envelhecimento da população, redução do tamanho das famílias, participação crescente da mulher no mercado de trabalho –, que gerou, também, mudanças na esfera cultural, começou-se a questionar se o plano societal existente era realmente o melhor, se os mecanismos de integração geridos pelo Estado eram, de fato, suficientes para trazer o bem-estar geral da população, se o modelo de integração através da subordinação do trabalhador – que acabava exercendo sua autonomia, inexistente no trabalho, na esfera do consumo – era satisfatório, além de questionamentos que diziam respeito à vida política, afetiva e cultural. Estas reivindicações, cujo estopim foi o Maio de 68, mesmo não sendo um movimento organizado, trouxe uma reflexão importante, mesmo que às vezes confusa, a respeito da vida política e social da época: os cidadãos não eram tratados como sujeitos, que participam da vida política e são co-responsáveis pela sua emancipação social, mas como contribuintes, populações-alvos, clientes, ou seja, administrados. É dessas reivindicações e reflexões que surgem os novos movimentos sociais – ambientais, culturais, étnicos, religiosos, de gênero – que serão partes constituintes da vida política posteriormente.

Começam, então, a ressurgir com grande força novas formas de solidariedade, que são baseados em elos horizontais, com preocupações locais, capazes de formar redes em escalas regional, nacional e até global, e que buscam um novo paradigma de sociedade, não mais baseado tão somente na sinergia entre Estado e mercado, mas em relações cujos espaços públicos sejam ressignificados e reutilizados pelos cidadãos. Dessa forma, os movimentos sociais reacendem a chama do associativismo, que se configura como espaço público de proximidade, e começam a elaborar à sua maneira, ou seja, no método da tentativa e erro, uma proposta de economia solidária. O ideal da economia solidária recupera o espírito, já existente nas sociedades tradicionais, de produção e distribuição de bens e serviços baseados na solidariedade. A essas relações econômicas, Polanyi associa o *princípio da reciprocidade*.

Para se entender o princípio da reciprocidade, devemos adentrar um pouco mais a fundo na teoria maussiana da dádiva. Devemos, assim, definir exatamente que entendemos por dádiva “toda ação efetuada sem expectativa, garantia ou certeza de retorno, tendo em vista a criação, manutenção ou regeneração do vínculo social” (Caillé, 2002: 192). A dádiva consiste na tripla obrigação de dar, receber e retribuir. Obrigação, no entanto, que não nega a liberdade, pois aquele que dá faz do outro um ser livre para receber e também dar. A pessoa dá esperando, ou não, que o outro dê livremente. A reciprocidade, então, se configura como o vínculo gerado por esse *endividamento mútuo positivo* (Godbout, 2002), no qual cada um tem o sentimento de receber muito mais do que dá. A dádiva, como às vezes se sugere, não se configura necessariamente na ausência total do interesse, ou mesmo no seu contrário. A dádiva não é *a priori* desinteressada, mas caminha entre o interesse e o desinteresse. A teoria maussiana da dádiva pode abrir diversos leques para o entendimento da ação social, ou seja, podemos definir diferentes tipos de dádiva, de acordo com as intenções dos sujeitos participantes de um sistema de dádiva: a dádiva agonística, a dádiva entre desiguais, a dádiva aos desconhecidos etc. Nosso interesse aqui é apresentar a dádiva que rege o princípio da reciprocidade. É necessário afirmar, também, que a dádiva não requer necessariamente a reciprocidade, sendo esta mais presente em alguns tipos de dádiva do que em outros. No nosso caso, a dádiva se configura como elemento fundador de vínculos sociais, o que requer a reciprocidade, ou seja, que o outro também entre na relação de dar, receber e retribuir. A dádiva, nessa relação, também pressupõe uma relação entre iguais, em que um vai tentar a *aposta do dom* (Caillé, 2002a), ou seja, vai dar, espe-

rando que o outro também dê, mas sem ter a certeza de que ele vai fazê-lo. Se ambos aceitaram esse desafio de gratuidade (dar podendo não receber), começa-se a criar, então, um vínculo social baseado na confiança mútua na dádiva do outro (embora sem nunca se estar certo disso), que continuará indefinidamente até ser interrompida a seqüência de dádivas e contradádivas. A confiança necessária para a criação dos vínculos sociais baseados na dádiva remete à idéia de *incondicionalidade condicional*, segundo a qual o vínculo “não pode ser gerado a não ser com uma dimensão de aposta incondicional, a não ser com um salto no desconhecido” (Idem: 119), se rompendo, no entanto, quando não existe a contradádiva por parte do outro.

Só depois de ter afirmado de maneira incondicional o fato do viver-juntos, um em companhia do outro (...), é que se pode começar a discutir os termos da aliança, e no quadro desta, no quadro de uma incondicionalidade primeira, cada um pode, se quiser, e na medida dos seus meios, tentar apropriar-se de uma parte dos benefícios que nascem do próprio fato da aliança. É aqui, e somente aqui, que cada um começa a pôr as suas condições. E isto só é possível na medida em que cada parceiro continua livre e se mostra efetivamente capaz de sair da aliança com toda a perfeição. Confiei sem reservas. Mas se eu acredito que minha confiança foi traída, ou não recebe a devida compensação, posso a qualquer instante retomá-la e novamente soçobrar na desconfiança (Idem:121).

É aí que mora o calcanhar-de-aquiles da economia solidária: se por um lado, é na relação da dádiva que se formam os laços sociais baseados na solidariedade, por outro, esses laços são demasiadamente frágeis, por não serem passíveis de institucionalização efetiva, e podem ser rompidos com relativa facilidade. Mesmo que exista um estatuto que estabeleça as regras de uma cooperativa, por exemplo, a reciprocidade, elemento na qual está ancorada sua força, vai estar ligada às relações sociais que se dão, se não à margem, além de um estatuto. Isso nos remete à outra característica fundamental da reciprocidade: é que as dádivas são indissociáveis das relações pessoais, ou seja, constituem trocas personalizadas, nas quais o que importa é a pessoa, seu carisma, sua personalidade. É esse tipo de relação, bastante presente na esfera do que se chama de sociabilidade primária, que vai permear o empreendimento solidário fazendo com que a racionalidade utilitária seja subordinada à idéia de solidariedade. É, então, em um misto de sociabilidade primária e de sociabilidade secundária – esta baseada na razão utilitária e em normas impessoais – que vai se formar a economia solidária.

4.3. A dimensão intersubjetiva da Economia Solidária: reconhecimento e confiança

Tendo, então, apresentado duas abordagens que buscam explicar como se forma o vínculo social no interior de um empreendimento econômico, podemos perceber que, de fato, somente a partir de uma concepção diferenciada dos atores econômicos é que podemos compreender a dinâmica que envolve a Economia Solidária. Tanto a análise da psicodinâmica do trabalho quanto a abordagem baseada no paradigma maussiano permitem uma compreensão bastante pertinente daquilo que denominamos Economia Solidária. Agora, é necessário demonstrar como essas duas abordagens podem, conjuntamente, nos ajudar a compreender melhor esse fenômeno.

Como foi colocado anteriormente, os sujeitos precisam se mobilizar para poderem realizar seu trabalho. Isso é ainda mais importante quando falamos de um Empreendimento de Economia Solidária. Em um empreendimento desse tipo, as pessoas devem se sentir responsáveis pelo sucesso, que resultará não só no seu ganho, mas também no ganho do outro. Se sentir responsável é se sentir dono, mas não só, é se sentir trabalhador também. Como as regras são feitas pelos próprios atores, como as sanções, muitas vezes, não são tão evidentes, o sujeito precisa se comprometer. É a aposta da dádiva. Ele se compromete, esperando o compromisso do outro também. O comprometimento coletivo vai permitir ou não que seja realizado o trabalho, a partir, sem sombra de dúvida, do confronto com o real. Como o real oferece resistência, e essa resistência muitas vezes resulta em fracasso¹, ou pelo menos impede alcançar o sucesso desejado, é necessária uma mobilização dos sujeitos que vise não só o ganho material imediato, mas que tenha como objetivo o aumento da solidariedade do grupo, a ampliação da democracia e o estreitamento do vínculo social. Cooperar se torna então imprescindível. Mas como e por que cooperar?

A cooperação “não se trata apenas (...) de assegurar as condições lógicas e as condições cognitivas de uma articulação conquistada nas atividades singulares, mas a vontade das pessoas de trabalharem juntas e de superarem coletivamente as contradições que surgem da própria natureza ou da essência da organização do trabalho” (Dejours, 1993: 67). E essa cooperação não pode ser prescrita nem determinada a priori, ela surge da “liberdade dos indivíduos e da formação de uma vontade coletiva” (Idem: 67).

¹Não esqueçamos que a Economia Solidária no Brasil é feita principalmente por pessoas que ocupam posições sociais menos privilegiadas, contando com recursos escassos e representa, em boa parte dos casos, um meio de sobrevivência que garante “apenas a reprodução imediata das condições materiais de vida das pessoas, não conseguindo evitar a subordinação que se encontram em relação à lógica do capital” (França Filho & Dzimira, 2004: 141)

Cooperar exige confiança e desejo de cooperar. A confiança deve ser construída pelo coletivo e essa construção se dá, como já foi dito, pela aposta da dádiva. Confiar é apostar no outro. Para confiar é preciso acreditar, acreditar na palavra dada, nas normas, no ideal. E em um empreendimento onde todos acreditam serem iguais e poderem influenciar nos rumos tomados, a transparência é fundamental. A transparência nas decisões, no controle financeiro, na escolha de prioridades, deve ser sempre perseguida, pois somente através dela é que o grupo irá crer e confiar. O segredo e a mentira geram desconfiança e isso desmobiliza um grupo. A confiança é uma aposta, você espera a retribuição e quando ela não vem você desfaz o acordo. À transparência junta-se a existência de um espaço de discussão onde todos os indivíduos que fazem parte do coletivo possam exprimir suas opiniões e contribuir na formação de um corpo normativo – no que se refere aos acordos que apresentam uma eficiência reguladora – e deontológico – na medida em que as regras se fundamentam também a partir dos valores. Percebe-se, então, a importância da existência de um espaço de discussão democrático que contribui na geração da confiança necessária para os sujeitos se mobilizarem para o trabalho. Quando as dinâmicas coletivas de um Empreendimento de Economia Solidária se consolidam a ponto de formarem um corpo normativo regular, a dimensão da aposta se retrai e ganha ênfase a dimensão do contrato. Mesmo assim a espera da retribuição sempre estará presente em cada assembleia, eleição dos dirigentes, reunião dos conselhos e conversa informal. Além disso, as pessoas necessitam confiar uma nas outras. Sem essa confiança os vínculos sociais se tornam impossíveis. Quando isso acontece há uma ruptura da relação do ego com o outro, a alienação mental, que pode levar ao isolamento ou mesmo à paranóia.

A confiança é um requisito muito importante para cooperar, mas não o único. O desejo de cooperar passa também pelo desejo de ser reconhecido enquanto membro do grupo e cooperador. Quando o sujeito se mobiliza para realizar algum trabalho ele espera que o outro o valorize por isso, que reconheça a sua contribuição e, por isso, não só não a impeça, mas retribua, no sentido de reconhecer a importância singular do sujeito na realização do trabalho e, ainda, dê também sua contribuição individual. Ou seja, a dinâmica da dádiva também está inscrita no reconhecimento, mecanismo imprescindível para a mobilização dos sujeitos e para a cooperação. Esse reconhecimento impacta, sobretudo, na formação da identidade do indivíduo, pois “a retribuição simbólica conferida pelo reconhecimento pode ganhar sentido em relação às expectativas subjetivas e à realização de si

mesmo” (Idem:73). As expectativas subjetivas dizem respeito à espera que o dom oferecido seja aceito e recompensado, não pelo que as regras prescrevem, mas pelo que não está dito, por aquilo que ultrapassa as normas estabelecidas. E quando isso acontece o sujeito adquire importância para o outro e isso representa a realização pessoal no campo das relações sociais. Como nos chama atenção Enriquez, “nós só existimos quando somos reconhecidos pelos outros” (Enriquez, 1991: 52).

A dinâmica do reconhecimento e da confiança é deveras frágil e, pela importância que ambos possuem para a cooperação, isso incide também sobre o Empreendimento de Economia Solidária. É com base nessas dinâmicas, mediadas por uma relação horizontal e democrática que, em princípio, devem existir em um empreendimento dessa natureza, que se consegue a mobilização dos sujeitos para a cooperação. Esses dois aspectos, assentados sobre o princípio da reciprocidade, entram em confronto constantemente com outras dinâmicas que dizem respeito às relações intersubjetivas, como os limites existentes para a aceitação incondicional das singularidades e diferenças, as dificuldades de se ter uma mobilização permanente em torno de um ideal democrático e solidário frente a uma ideologia do menor esforço, o risco sempre existente de se cair em um desvio burocrático ou carismático, quando a estrutura ou uma pessoa encarnam o ideal do grupo (Enriquez, 1991). É exatamente por esse caráter ambivalente do ser humano envolvido com projetos de Economia Solidária que se apresenta o desafio, não só de fomentar o aparecimento e a consolidação de Empreendimentos de Economia Solidária, mas também de compreender as dinâmicas que constituem esses fenômenos. Nesse sentido, tentamos fazer alguns apontamentos teóricos que nos dêem subsídios para entender como se manifestam algumas relações recíprocas e a importância dessas relações na mobilização dos sujeitos em práticas econômicas alternativas.

5. Metodologia

Em uma pesquisa, o aspecto metodológico tem importância fundamental, pois é o elo que liga a teoria – os conceitos, as dinâmicas sociais colocadas em uma dimensão abstrata – e as técnicas que serão utilizadas para a coleta e a análise dos dados. A metodologia de uma pesquisa vai, enfim, ser a responsável pelo caráter que diferencia a ciência de outras formas de conhecimento e vai explicitar, portanto, de qual modo o pesquisador vê e faz a ciência. A escolha de uma abordagem teórica implica necessariamente em uma opção metodológica, o que vai, de maneira bastante efetiva, demarcar quais serão os instrumentos técnicos de coleta e análise das informações. Se a ciência se baseia na produção de um conhecimento que tem como fundamento último a busca por evidências empíricas, então será o método o filtro que vai dizer se tal conhecimento, e teoria, é científico ou não.

O quadro teórico supracitado, referente à análise da subjetividade no trabalho e das relações recíprocas entre trabalhadores, leva à formulação de uma metodologia específica de comprovação empírica, ou seja, de coleta e de análise de dados. Como veremos adiante, as estratégias de verificação da psicodinâmica do trabalho, por se concentrar nos aspectos coletivos da produção da subjetividade, são bastante similares às abordagens feitas por sociólogos e antropólogos quando em busca de dados qualitativos e de experiências individuais do seu objeto de estudo. De fato, a abordagem feita por Dejours é muito sociológica, se entendermos como aspectos sociológicos da realidade as relações que são construídas socialmente, ou seja, que levam em conta a existência do outro, suas relações com valores e estruturas sociais, enfim, que são construídas intersubjetivamente. Com efeito, não são poucos os sociólogos que, atualmente, buscam na psicodinâmica do trabalho uma nova perspectiva de explicação para fatos que eram antes dados como explicado. Para os que acusam de psicologismo esse tipo de abordagem, lembro que a sociologia busca, desde Max Weber e Simmel até a Escola de Frankfurt – em sua tentativa de conciliação entre a psicanálise e o materialismo-histórico –, só para ficar entre os mais clássicos, no estudo da relação entre o indivíduo e sociedade, um diálogo amplo e profundo com as mais diversas escolas da psicologia, e que estas fronteiras estipuladas para diferenciar os campos são muito mais artificiais, para não dizer arbitrarias, do que reais.

De todo modo, devemos perceber as similitudes e diferenças existentes entre o método adotado pela psicodinâmica do trabalho e alguns dos métodos já consagrados na a-

bordagem sociológica, como as entrevistas baseadas em grupos pré-estabelecidos (grupo focal). Foi pretendido, assim, realizar uma pesquisa sobre as relações inter-subjetivas no trabalho sem perder a amplitude da perspectiva sociológica que permite apreender as relações existentes entre esses aspectos mais individuais e os de caráter mais geral e estrutural das relações sociais e de trabalho.

Outro ponto a ser destacado é que, mesmo tendo como foco a análise da subjetividade dos trabalhadores, o estudo não ficou restrito às exigências da pesquisa em psicodinâmica do trabalho. Tendo em vista a especificidade da profissão de catador – que isola constantemente um catador do outro – e a necessidade de averiguar a existência de relações recíprocitárias e como elas influenciam na organização do trabalho, nos apropriamos das ferramentas viáveis da psicodinâmica, descartamos aquelas que mais atrapalhariam e trouxemos outros instrumentos de obtenção e análise dos dados que eram mais convenientes para responder o problema proposto.

5.1. A preparação da pesquisa

Para começar a pesquisa em psicodinâmica do trabalho, deve-se partir de uma demanda, que pode ser do grupo de trabalhadores não institucionalizados ou inicialmente isolados, de um grupo sindical, do comitê de uma empresa ou mesmo de uma comissão de segurança e condições de trabalho. De todo modo, a pesquisa, na visão de Dejours, deveria partir da demanda formada pelos interessados.

Depois de feita essa demanda, a pesquisa exige um tempo de preparação, para a formulação do quadro teórico, montar a equipe – cuja formação deve conter pelo menos um não psicopatologista, como um sociólogo ou economista – e, por fim, definir, junto com os trabalhadores, o grupo que será escolhido para participar da pesquisa. Além dessas preocupações, durante a preparação da pesquisa devem ser levantadas as informações a respeito do processo de trabalho e suas transformações; da empresa, seu espaço físico e os aspectos técnicos da produção; e, além disso, deve-se abordar a organização do trabalho, não simplesmente a organização formal, produzida pelos técnicos e profissionais gerenciais, mas a organização real, aquela que envolve conflitos entre os trabalhadores e a hierarquia de trabalho, podendo ser levantada a história das lutas sindicais, as greves e demais incidentes que mostrem a dinâmica das relações de trabalho.

Percebe-se aí que, na psicodinâmica do trabalho, a preparação da pesquisa diverge em um ponto da pesquisa sociológica tradicional: a questão da demanda. Mesmo que boa parte das pesquisas em sociologia do trabalho seja efetuada após a demanda de sindicatos, do governo ou mesmo da empresa interessada, a demanda anterior não é condição *sine qua non* para a realização da pesquisa. Essa obrigatoriedade, na visão dos psicopatologistas, se apresenta por uma razão: a de que a análise que se pretende fazer é sobre sofrimento no trabalho e as estratégias coletivas, desenvolvidas na maioria das vezes inconscientemente pelos trabalhadores, de defesa contra o sofrimento causado pelo trabalho. Isso pode acarretar, para o conjunto de trabalhadores, no enfraquecimento ou até mesmo na derrocada dessa estratégia coletiva. Então outra questão se coloca: e por que tirar o véu sobre essa estratégia de defesa coletiva contra o sofrimento se ela pode, devido a isso, deixar de funcionar e acabar por expor os trabalhadores às vicissitudes do trabalho sem nenhuma proteção? A resposta dada por Dejours se faz quando ele nota que a importância disso é convencer os trabalhadores de que eles são constantemente expostos a elementos que causam sofrimento e podem levar a desajustes mentais e que esses mecanismos de defesa, ao mesmo tempo que agem como escudo, também ocultam os aspectos nocivos do seu trabalho. Coadunar com esse tipo de coisa, na visão de Dejours, é uma forma de manter o trabalhador na própria ignorância de suas potencialidades e, pois, se mostra, no mínimo, como uma irresponsabilidade do pesquisador que se preocupa em esconder esses fatos do trabalhador.

A demanda, por outro lado, condiciona a própria exequibilidade da pesquisa. De fato, ao se analisar a origem da demanda, o pesquisador deve, primeiramente, averiguar se quem faz a demanda é o grupo que será analisado. Outra questão a se destacar é sobre o conteúdo da demanda, que por vezes pode ser formulada de maneira inaceitável e não negociável ou porque a resposta já vem dada. Um terceiro ponto é que os riscos da pesquisa devem ser explicitados. Estes riscos podem ser da seguinte ordem: pode-se não encontrar nada; pode-se não encontrar o que estava previsto, podendo o problema ter efeitos inesperados; e há, finalmente, o perigo de se colocar o “dedo na ferida”, o que pode causar desestabilizações coletivas no que se refere aos mecanismos de adaptação às condições de trabalho. Além disso, deve-se levar em consideração que essa demanda está sendo feita a um pesquisador e não a um simpatizante, seja da empresa ou do movimento operário, e que, para a concretização da pesquisa, o trabalho deve ser realizado sem interferências, mesmo que os resultados não se mostrem do agrado de quem fez essa demanda.

Para que seja aceita e passível de ser corretamente trabalhada, é necessário reunir condições que se conjuguem para desembocar na formação de um coletivo ad hoc, coletivo construído para as necessidades da pesquisa, mas que, por sua composição, exerce importante influência sobre a situação e até mesmo sobre as relações sociais da empresa. A pesquisa é assim, de fato, uma “pesquisa-ação” (Dejours, 1987: 114).

Para essa pesquisa, no entanto, não partimos de uma demanda feita pelos trabalhadores. Como a pesquisa não se propunha a analisar o sofrimento dos trabalhadores mais diretamente, tal preocupação perde um pouco do sentido. Essa não é uma pesquisa da psicodinâmica, mas se utiliza das ferramentas da psicodinâmica que foram julgadas adequadas para a obtenção e análise dos dados referentes às relações inter-subjetivas dos catadores.

5.2. A obtenção das informações

A pesquisa em psicodinâmica do trabalho envolve uma série de atores, o grupo de trabalhadores e o pesquisador ou grupo de pesquisadores. Essa forma de organização da pesquisa pressupõe que o método de pesquisa em psicodinâmica do trabalho deve ser vista como uma ação coletiva, pois recorre à pesquisa com trabalhadores organizados coletivamente, o que sinaliza que não há, ou são evitadas, assim, entrevistas individuais (Dejours, 1993). Entretanto, várias entrevistas que foram feitas com os catadores foram individuais. Decerto que essa decisão não implicou em perdas para a pesquisa. Muito pelo contrário, essas entrevistas individuais permitiram que fossem extraídos elementos diferenciados dos indivíduos que não estariam presentes em entrevistas em grupo. Outrossim, não devemos subestimar o pressuposto da psicodinâmica para quem o fato em si não existe independente do pesquisador, ele é fruto de um trabalho de discussão intersubjetivamente construído pelo coletivo de trabalhadores e pesquisadores.

Em nossa pesquisa também demos ênfase à formação de um grupo homogêneo, tentando não misturar hierarquias – formais ou informais – para que os trabalhadores se sentissem à vontade para falar, tendo em vista a importância de se empreender discussões dialogicamente referendadas. Essa preocupação deve existir inclusive quando tratamos de Empreendimentos de Economia Solidária, pois a presença de lideranças muitas vezes retira do trabalhador cooperado a liberdade de falar certas coisas que não estão de acordo com o discurso do grupo quando da presença dessa liderança. Os princípios de democracia, de autogestão, de solidariedade, de liberdade de expressão e de igualdade em Empreendimen-

tos de Economia Solidária podem se constituir como um bom motivo de ocultação de manifestações contrárias a práticas existentes no grupo como autoritarismo, competição, “panelinhas” etc., e quando uma liderança encarna esse ideal, a sua contestação se torna deveras difícil, principalmente em sua presença.

O que deve ser de interesse para o pesquisador é, deste modo, o comentário verbal dos trabalhadores a respeito de sua demanda – quando ela existe –, do sofrimento² a que eles estão expostos no trabalho e das relações que são estabelecidas entre eles dentro da cooperativa. O pesquisador, então, deve se ater mais ao que dizem os trabalhadores do que pelo fato em si, pois o sofrimento não é acessível de forma direta, mas apenas a partir das representações exteriorizadas, mediadas pela linguagem – tanto corporal quanto oral –, a explicitação pode se retrair por causa das estratégias defensivas e, além disso, se apresenta muitas vezes sob uma forma mistificada ou dramatizada. Essa particularidade do objeto de pesquisa da psicodinâmica do trabalho também corrobora a necessidade de a pesquisa ser realizada a partir da formação de grupos, pois a construção dessas informações, quando feitas coletivamente, permite a confrontação entre diagnósticos individuais e permite ao pesquisador notar as contradições e paradoxos existentes nas representações coletivas a respeito do sofrimento, o que, quando aprofundado e analisado à luz da teoria da psicodinâmica do trabalho, vai permitir ao pesquisador notar as estratégias coletivas de defesa contra o sofrimento no trabalho.

Em comparação com as pesquisas de aspecto mais sociológico, a pesquisa em psicodinâmica do trabalho apresenta muitas semelhanças com a pesquisa social realizada através de grupos focais. De acordo com Bauer & Gaskell (2004), o grupo focal apresenta as seguintes características centrais: ele é mais do que a soma de suas partes, ou seja, possui uma sinergia que emerge das relações sociais; torna possível observar as dinâmicas próprias de grupo, como a formação de liderança, de mudança de opinião e de possíveis divergências; e possibilita a existência de um envolvimento emocional dificilmente conseguida em entrevistas individuais. Além disso, o grupo focal se mostra deveras interessante quando o objetivo do pesquisador é explorar o espectro de atitudes, comportamentos e opiniões a respeito de um assunto que se mostra de interesse coletivo. Com efeito, tais características centrais da pesquisa com grupo focal também são encontradas nas pesqui-

² Lembremos que, para Dejours, o sujeito é o sujeito de sofrimento e que a subjetividade e os elementos que contribuem para a mobilização dos sujeitos – a confiança e o reconhecimento – se formam a partir da de suas relações dialéticas com as causas do sofrimento e com o próprio sofrimento do indivíduo em si.

sas desenvolvidas pela psicodinâmica do trabalho. O grupo focal normalmente compreende de seis a oito pessoas que, sentadas em círculo, discutem os temas levantados pelo pesquisador, que deve agir não só como moderador e facilitador da discussão, mas como fomentador e indagador de pontos que, geralmente, seriam assumidos como pontos pacíficos. De fato, quando se trata de percepções sobre o sofrimento, o pesquisador deve ter uma dupla perspicácia, para poder captar os comentários espontâneos – que nesse tipo de abordagem dizem mais do que aparentam – e para indagar os participantes a respeito de questões que podem ser mais bem aprofundadas para o esclarecimento de certos pontos de interesse da pesquisa.

No decorrer da pesquisa em psicodinâmica do trabalho, são os comentários formulados pelo grupo que são mais particularmente observados. Aqueles temas que são consensuais ou objetos de opiniões divergentes, independentemente de quem seja o levantador de tais questões, são o objeto privilegiado nessa abordagem. A análise deve se concentrar nos contrastes e paradoxos, mesmo que o grupo, em um primeiro momento, não aprofunde esse ponto específico, o que não impede que o pesquisador posteriormente o faça. O pesquisador, então, deve ser perspicaz para notar certos comportamentos, sejam eles explosões emocionais ou silêncios resguardados, que expressem certos elos existentes entre o sofrimento e a organização do trabalho. É nesse momento do reconhecimento dos elos que se torna possível sugerir-los como interpretação dos fatos, e das defesas coletivas, a fim de se tornarem visíveis para os trabalhadores. No entanto, desvendar esses elos pode vir a ser um perigo para o coletivo de trabalhadores, o que demanda do pesquisador certos cuidados:

A deontologia exige interpretar as defesas coletivas sem, contudo, fazer dela um ato de violência, pois desnudar o sofrimento e a dimensão subjetiva da exploração pode, às vezes, ser intolerável e ameaçar os indivíduos ou todo o grupo em relação aos constrangimentos organizacionais, causando mesmo sérias dificuldades no retorno à situação de trabalho. A interpretação ideal seria assim aquela que – desmontando um sistema defensivo – autorizasse simultaneamente a reconstrução de um novo sistema defensivo existente, de maneira a enfatizar um elo entre sofrimento e trabalho (Dejours, 1987: 110).

Nesse sentido, a preocupação técnica do pesquisador está intimamente ligada ao caráter intersubjetivo da construção do conhecimento acerca do sofrimento no trabalho, já que demanda um comprometimento, de ambos os lados, não só com a veracidade dos fatos, mas também com a situação posterior ao desvendamento dos segredos ocultos das representações sociais do trabalho. Além disso, esse desvendamento, que é feito conjun-

tamente entre pesquisadores e trabalhadores, merece uma atenção especial no que se refere à interpretação e análise das discussões feitas no grupo de trabalho, que serão nosso próximo ponto de exposição.

5.3. A análise das informações

Quando falamos em análise das informações, primeiro temos que definir quais são as informações que são objeto privilegiado de nossa análise. De certa forma, já foi tocado o que seria particularmente privilegiado nas discussões no interior do grupo de trabalho: aqueles comentários dos trabalhadores que poderiam nos levar a estabelecer elos entre sofrimento e organização do trabalho. Mas devemos ser um pouco mais específicos acerca desses comentários.

O material a ser analisado em psicodinâmica do trabalho é sobretudo a expressão verbal, o discurso feito pelos trabalhadores. Mas não qualquer discurso. O pesquisador deve estar atento não às descrições dos fatos e da realidade do trabalho, mas à dimensão subjetiva do trabalho.

Nossa pesquisa está centrada essencialmente na vivência subjetiva, de modo que nos interessamos, sobretudo, pela dimensão do comentário: comentário que inclui concepções subjetivas, hipóteses sobre o porquê e o como da relação vivenciada no trabalho, as interpretações, até mesmo as observações de caráter anedótico, entre outras diferentes formulações (Idem: 115).

Nesse sentido, o comentário dos trabalhadores constitui a expressão da inteligência prática, aquela adquirida por meio da experiência vivenciada, dos trabalhadores, o que se mostra, sobretudo, diferente, para não dizer oposto, àquelas informações produzidas formalmente por engenheiros, pela empresa, ou mesmo pelo sindicato. É esse comentário, nascido a partir das relações intersubjetivas existentes entre os trabalhadores, e, no momento da pesquisa, entre estes e os pesquisadores, que deverá ser analisado em psicodinâmica do trabalho. Outros tipos de comentários que podem ocultar a dimensão da percepção dos riscos do trabalho são as bravatas, anedotas, desafios, conjurações. Esse tipo de inversão do silêncio, que muitas vezes se propaga nos grupos a serem pesquisados, pode ser considerado, assim como o silêncio a respeito dos perigos do trabalho, como uma negação da percepção, que também vai atuar como proteção contra o sofrimento, o que se caracteriza também como uma estratégia defensiva. E essa estratégia defensiva, exteriori-

zada pelos comentários ou ausência deles, quando continuamente expressada por um conjunto de trabalhadores irá se afirmar enquanto estratégia coletiva e, a partir daí, poderá ser desvendada pelos pesquisadores e trabalhadores, o que, decerto, vai desanuviar a percepção que esses trabalhadores têm dos riscos a que estão submetidos.

Agora que já situamos *o que* deve ser analisado pelo pesquisador, vamos ao ponto que se refere ao *como* essas informações adquiridas devem ser analisadas. Para Dejours, o procedimento de análise começa no momento da discussão no grupo de trabalho, no qual o pesquisador pode fazer algumas anotações preliminares, e vai ser efetivada em dois momentos subseqüentes. O primeiro é a redação do que aconteceu na sessão de pesquisa. Nesse momento o pesquisador pode recorrer às anotações realizadas no grupo e, eventualmente, às gravações. Dejours nota, em psicodinâmica do trabalho, uma certa inutilidade dessas gravações, pois a riqueza que pode existir no momento de contato intersubjetivo entre pesquisadores e trabalhadores e sua posterior interpretação pelo pesquisador não pode ser captada pela transcrição de uma fita. Dejours propõe, para que seja melhor aproveitada essa dimensão intersubjetiva da pesquisa, que o pesquisador, logo que acabe a sessão, escreva seu relatório, colocando todas as suas impressões e interpretações acerca dos discursos e comentários – e suas contradições, paradoxos, o dito e o não dito – feitos no grupo de trabalho. Essa observação “repousa, assim, mais que sobre os fatos observados, sobre os instrumentos subjetivos da observação” (Idem: 120).

O segundo momento de efetivação da análise é a discussão dos relatórios das observações entre o grupo de pesquisadores – ou entre o pesquisador e seu orientador –, o que vai permitir uma troca entre experiências de pesquisa e uma discussão com maior aprofundamento teórico acerca dos fatos observados e interpretados. É nesse momento, também, que se valida o conhecimento produzido como científico. A psicodinâmica do trabalho, de fato, se baseia na objetivação a partir da dinâmica intersubjetiva proporcionada pela interpretação crítica dos fatos observados. E a validação, sob o ponto de vista prático, desse método interpretativo será proveniente do coletivo de trabalhadores, quando os resultados da pesquisa serão apresentados e as ações posteriores serão decididas por eles próprios. Por outro lado, sob o ponto de vista estritamente científico, o processo de validação da pesquisa e de seus resultados é efetivado a partir da confrontação com outras pesquisas e os conseqüentes debates teóricos realizados não só por psicopatologistas, mas por pesquisadores das mais diversas áreas de conhecimento relacionadas.

PARTE II

O CONTEXTO

6. A cooperativa

O que hoje conhecemos como Economia Solidária tem como precursor o cooperativismo do século XIX. Reconhecer tal herança nos permite entender melhor algumas questões que se colocam ao movimento de economia solidária hoje e também nos evidencia o que se tem de novo na busca por formas alternativas de organizar a economia. O fato de vivermos em uma sociedade em que o capitalismo triunfa e reina soberano não impede de visualizar e apontar alternativas que vêm surgindo principalmente nos lugares onde, apesar de hegemônico, ele deixa rastros de pobreza, violência e desigualdade enormes. Na América Latina e no Brasil, e também na Europa, as conseqüências de um capitalismo cada vez mais degenerativo e excludente levam movimentos sociais, trabalhadores, desempregados, homens e mulheres, a buscarem meios de sobrevivência e de integração sócio-econômica não previstos pelos teóricos do mercado. As estratégias de sobrevivência mostram pessoas agindo economicamente através de uma mistura híbrida de solidariedade e auto-interesse, trazendo à tona elementos de sociabilidades tradicionais locais que, por terem sido relegadas pela hegemonia do tripé Estado – Mercado – Trabalho, estavam ocultas e silenciosas junto às populações pobres e marginalizadas. Essas iniciativas, que não estão enquadradas em um único modelo, mas englobam uma variedade de práticas alternativas solidárias, com experiências diversas, possuem em comum entre si a busca por uma constante democracia participativa, evidenciada pela prática da autogestão, uma forma de socialização não baseada na competição, mas na cooperação e a valorização do eu, não situada na esfera do individualismo, mas na solidariedade, permitindo a construção de identidades autênticas e, por isso, legitimadas pelos atores.

A compreensão de um modo alternativo de produção, distribuição e consumo em construção necessita de uma perspectiva que seja, ao mesmo tempo, histórica e sociológica, que busque enxergar as novas práticas sociais e econômicas não apenas a partir de seus êxitos, mas a partir do foco nas inovações tentadas, nas novas modalidades de organização construídas e, sobretudo, dando ênfase às formas de socialização que se criam, e como o comportamento humano, à luz dos valores socialmente aceitos, se molda nesses circuitos de interação. Como Santos e Rodríguez apontam, devemos realizar uma “hermenêutica das emergências”, qual seja:

uma perspectiva que interpreta de maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas para as tornar mais visíveis e credíveis. Isto não implica que a hermenêutica das emergências renuncie à análise rigorosa e à crítica das alternativas analisadas. Todavia, a análise e a crítica procuram fortalecer as alternativas, e não propriamente diminuir o seu potencial (Santos & Rodríguez, 2002: 26).

6.1. Do Cooperativismo à Economia Solidária

O surgimento, na modernidade, das formas solidárias de produção se confunde com o advento e a consolidação do capitalismo industrial. As primeiras cooperativas surgiram em resposta à pobreza e ao desemprego causados pela desregulamentação da economia vigente nos séculos XVIII e XIX. A primeira cooperativa que se tem registro foi criada pelos trabalhadores dos estaleiros de Woolwich e Chatham, na Inglaterra, em 1760. Eles fundaram moinhos em base cooperativa para não terem de pagar os altos preços cobrados pelos donos de moinho na época. Devido a um incêndio no moinho de Woolwich, do qual foram acusados, a cooperativa deixou de existir. Várias associações de produção e consumo são registradas na Grã-Bretanha e na França no final do século XVIII e início do século XIX. A maioria desses empreendimentos foi impulsionada a partir do pensamento dos socialistas utópicos, em particular, Saint-Simon, Robert Owen e Charles Fourier. O conde de Saint-Simon (1760-1825) destacou-se ao criticar a ordem social vigente, que privilegiava as classes ociosas, e ao fazer uma apologia do trabalho, invertendo a lógica da pirâmide social; seu lema era: “A cada um segundo sua capacidade, a cada capacidade segundo seu trabalho”. Robert Owen (1770-1858) notabilizou-se por conceber e criar as *aldeias produtivas*, comunidades de trabalhadores onde haveria produção e consumo em comum, trocas de excedentes entre aldeias, propriedade coletiva e igualdade de privilégios. Já Charles Fourier (1772-1837) defendeu que a indústria, na sociedade moderna, deveria ser conduzida pelos *falanstérios*, comunidades de trabalhadores que partilhariam os rendimentos segundo o capital, o talento e o trabalho realizados, tendo o republicanismo como modelo de comando. Destaca-se o papel de Owen junto aos trabalhadores na organização do movimento cooperativista operário que, em sua luta por direitos, não só cruzavam os braços em suas greves, mas também formavam cooperativas que disputavam o mercado com seus patrões. O movimento owenista chegou ao auge em 1833 com o Congresso Cooperativo de Londres, onde se propôs a criação da Grande União Nacional Moral das Classes Produtivas do Reino Unido, cujo objetivo era tomar toda indústria do país, formando o que

iria se chamar de República Cooperativa. No entanto, a reação do patronato não tardou e o movimento operário foi seriamente perseguido, com demissões e prisões dos seus líderes, além das greves patronais, que terminaram por minar a resistência dos trabalhadores (Singer, 2002).

O associativismo, representado pelas cooperativas de consumo e, sobretudo, de produção e trabalho, enfrentou forte resistência da classe dominante na época. Devido a essa resistência, boa parte dos empreendimentos cooperativos não deu certo. No entanto, o associativismo surgiu com bastante força no século XIX, se afirmando como uma alternativa frente à exploração do trabalho pelo capital. Nessa época, ser assalariado significava ser vulnerável; o Estado não existia como elemento regulador das relações entre capital e trabalho; e a proteção que o trabalhador podia ter se resumia à filantropia organizada pela classe dominante. A própria existência de um corpo coletivo de trabalhadores capaz da auto-organização era criticada por pensadores conservadores da época. Segundo o pensamento hegemônico, quem deveria proteger e guiar os operários era o “homem burguês moralmente superior” e legitimamente possuidor dos meios necessários à subsistência da classe operária. O modelo tutelar e hierárquico da proteção colocava em xeque o próprio pressuposto de igualdade concernente a uma sociedade de mercado. Vê-se que existia no período, em relação à proteção, o ocaso do Estado e a caridade filantrópica das classes dominantes (Castel, 2001: 340-1). Enquanto isso, o modelo associativo requeria não mais a caridade, que se dá entre desiguais, mas a solidariedade, relação existente entre iguais (Laville, 2004).

Dentre os empreendimentos cooperativos do século XIX, destaca-se o dos trabalhadores de Rochdale, na Inglaterra, que conseguiu, inclusive, sistematizar os princípios e objetivos da cooperativa, chegando a ser composto por 10.427 associados em 1879. A cooperativa de Rochdale foi criada em 1844 por 28 trabalhadores, em sua maioria tecelões, em decorrência de uma longa greve que causou sérias dificuldades financeiras. Com dificuldades para comprar gêneros de primeira necessidade, os trabalhadores se organizaram e começaram a fazer essas compras em conjunto, conseguindo, assim, melhor preço. Em consequência do sucesso, os trabalhadores da cooperativa de Rochdale, abriram várias outras filiais da cooperativa de consumo e formaram cooperativas de produção e de habitação. De acordo com Veiga e Fonseca, “a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale mostrou enorme capacidade de adaptação às oportunidades e aos riscos da economia de mercado, e

fez isso sem abrir mão dos princípios cooperativistas. Pelo contrário, foi a harmonização destes dois fatores que possibilitou seu crescimento, tornando-a um modelo das cooperativas futuras” (Veiga & Fonseca, 2001: 20). De fato, os trabalhadores de Rochdale não só seguiram os princípios de solidariedade e igualdade do cooperativismo, como também conseguiram sistematizar um corpo de idéias e regras gerais para o funcionamento de uma cooperativa. Esses princípios foram depois imortalizados como princípios universais do cooperativismo: escolha da direção da cooperativa mediante eleições na assembléia geral; livre adesão e desligamento dos sócios; direito a um voto de cada associado, independente do capital investido; limitação no pagamento de juros ao capital; distribuição dos ganhos proporcionalmente às compras efetuadas pelos associados, depois de descontadas as despesas de administração; cotas reservadas à extensão das operações e à educação; as vendas só deveriam ser feitas em dinheiro, para que os associados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias; produção e venda apenas de produtos puros e de boa qualidade (a adulteração de produtos era muito comum na época); neutralidade política e religiosa. Esses princípios, atualizados e ressignificados, constituem até hoje a base dos princípios cooperativistas elaborados pela ACI (Aliança Cooperativa Internacional), mostrando a capilaridade do cooperativismo no mundo inteiro.

No fim do século XIX e início do século XX cooperativismo começou a perder espaço no continente europeu. Basicamente duas coisas levaram a isso. Por um lado a dinâmica capitalista de acumulação, crescimento, expansão e concentração de capital fez com que grandes empresas passassem a dominar os ramos em que as cooperativas haviam conquistado seu espaço. Nesse período, os supermercados surgiram competindo com as cooperativas de consumo, os grandes bancos passaram a concorrer nos nichos de mercado antes dominados pelas cooperativas de crédito e as grandes indústrias capitalistas praticamente levaram à bancarrota as cooperativas de produção de tradição owenista ou fourierista. De outro lado, a organização e a luta dos trabalhadores e os contextos político e econômico levaram o Estado a intervir na proteção dos seus cidadãos, dando maiores garantias e melhoria na condição de vida dos trabalhadores. O Estado de Bem-Estar surgiu e se consolidou a fim de trazer uma relativa paz nas relações entre capital e trabalho. Isso fez com que organizações de trabalhadores que visavam garantir segurança e estabilidade ao trabalhador cedessem espaço para o Estado fazer isso, não com grupos específicos de trabalhadores, como, de fato, acontecia, mas a todos os cidadãos do país. O Estado de Bem-

Estar se consolidou principalmente após a II Guerra Mundial. Com a grande intervenção do Estado nas economias nacionais, por meio do keynesianismo, o mercado passa a ter no Estado um grande aliado à sua recuperação e expansão.

A partir das décadas de 1970-80 a economia mundial começou a sofrer uma forte retração, colocando em xeque a aliança entre Estado e mercado. O mercado, então, passou a ver o Estado keynesiano e de Bem-Estar como um grande impeditivo para sua expansão. Este fato, junto com o questionamento, já existente, dos modos de socialização, de distribuição e de participação dos cidadãos na produção de riquezas, contribuiu na desestruturação do Estado de Bem-Estar Social. Dessa forma, os trabalhadores passaram a vivenciar situações homólogas àquelas vividas pelos operários do século XIX: falta de proteção, aumento da desigualdade e da pobreza e crescimento do número de excluídos do processo produtivo. Essa situação levou ao ressurgimento, na década de 90, de estratégias alternativas de inserção econômica e social. Grande parte dessas alternativas tem como precursor o cooperativismo e o associativismo do século XIX, formando atualmente o que chamamos de economia solidária.

Percebe-se, nesse breve relato, que o estabelecimento de formas solidárias de produção, distribuição e consumo conheceu avanços e recrudescimentos. Iniciativas solidárias surgem principalmente a partir de demandas locais por trabalho, inserção e renda, são propostas de organização coletiva que buscam a superação de realidades de exclusão e pobreza. Desse modo, também podemos notar que os períodos em que essas experiências surgem em maior quantidade também são períodos de maior retração econômica e de maior efervescência social. Não que essas formas solidárias de produção tenham deixado de existir na época de expansão econômica e social do pós-guerra, os ditos Trinta Gloriosos, mas perderam parte de sua força, por conta da hegemonia de duas instituições que lograram ser as grandes organizadoras da vida econômica e social da modernidade, o mercado e o Estado. É justamente a partir da união de Estado e mercado que se estabelecem mecanismos de redução das desigualdades e de proteção ao trabalhador, que se formam vinculados à universalização do emprego assalariado (Castel, 2001). No entanto, a partir da década de 70, essa sociedade salarial não consegue absorver a todos, colocando em xeque a união entre Estado e mercado, que culmina com o apogeu do neoliberalismo dos anos 80 até os dias de hoje. Nesses interstícios entre mercado e Estado, então, começam a ressurgir com grande força modos de produção da vida social e econômica diferentes daqueles dita-

dos pela mão invisível do mercado e pela autoridade centralizadora do Estado, as iniciativas de economia solidária.

6.2. A construção da Economia Solidária no Brasil

No Brasil, a história da economia solidária e do cooperativismo tem início no final do século XIX com a fundação de cooperativas de consumo em Campinas, Ouro Preto e Rio de Janeiro. Destaca-se também a fundação, em 1902, de uma cooperativa de crédito em Nova Petrópolis (RS) que existe até hoje, a Cooperural. Entretanto, a mais notável cooperativa desta época é a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea (Coopfer), fundada em 1913 em Santa Maria (RS), e que cresceu até a década de 1960, chegando a contar com 18 mil cooperados. A cooperativa criou uma caixa de pecúlios, montou hospital próprio, desenvolveu escolas primárias, secundária e técnica, criou oficinas que abrangiam os mais variados ramos de produção e serviços e, construiu, ainda, um parque industrial de apoio. Podemos observar, como nos mostra Singer (2002), que o cooperativismo chegou ao Brasil trazido pela imigração européia. Seu crescimento nas cidades e no campo se deu a partir de modalidades de cooperativas diferenciadas. No campo, destaca-se o surgimento de cooperativas agrícolas e de crédito. No meio urbano, percebe-se o maior número de cooperativas de consumo. Com a chegada de grandes redes de supermercados, a maioria das cooperativas de consumo veio à falência. Já as cooperativas agrícolas, boa parte, expandiram economicamente, mas deixaram de lado vários dos princípios cooperativistas. A autogestão cedeu lugar à heterogestão, com a contratação, pela cooperativa, de assalariados que passaram a gerir os rumos e a tomarem as principais decisões pela cooperativa. Essas grandes cooperativas agrícolas “se transformaram em grandes empreendimentos agroindustriais e comerciais” (Singer, 2002:122) e deixaram de lado a possibilidade de transformação das relações de produção a partir de uma prática econômica democrática e solidária em prol da lucratividade de seus associados.

A partir de 1964 o cooperativismo sofreu seguidos golpes, sendo submetido ao centralismo estatal e perdendo incentivos fiscais e liberdades conquistadas na década de 1930 – quando obteve vantagens e liberdades para a constituição e funcionamento de cooperativas, consagrando, ainda, suas postulações doutrinárias. Em 1971, o decreto-lei 5.764/71 é instituído e passa a regular o funcionamento das cooperativas. Com a Constituição de 1988, cessa a intervenção do Estado, todavia mantém-se a lei de 71 em vigor. En-

tre as décadas de 1960 e 1980, o cooperativismo que se fortaleceu foi apenas o cooperativismo agrícola mais voltado ao agronegócio. O cooperativismo popular, aquele organizado por trabalhadores mais vulneráveis, praticamente não existiu, por conta das diversas dificuldades dos trabalhadores em encontrarem, no cooperativismo, uma alternativa viável de inserção econômica.

No entanto, seria um erro pensar apenas no cooperativismo tradicional como precursor da economia solidária no Brasil. O cooperativismo é uma experiência européia trazida por imigrantes europeus para o país que, de acordo com as necessidades locais, foi se adaptando ao nosso ambiente. Mas, fora do cooperativismo e além do contexto de imigração, na história do Brasil, se desenvolveram diversas experiências de caráter associacionista cujas características da economia solidária se acharam presentes. Bons exemplos disso são as comunidades quilombolas, algumas existentes até hoje, onde o modo de organização da produção, da distribuição e do consumo nos remete às aldeias owenistas. Também podemos destacar as missões fundadas pelos jesuítas, as formas de organização indígenas, as experiências de comunidades como a de Canudos etc. De fato, várias dessas experiências não traziam consigo alguns dos elementos caros à economia solidária, como a prática da autogestão, no entanto as formas de sociabilidade construídas se aproximam muito daquelas das organizações populares que hoje dão origem a Empreendimentos de Economia Solidária. Não somente nessas experiências mais afastadas encontramos o germe da economia solidária, mas também no meio urbano, onde algumas experiências, ao longo da história do Brasil, se mostram como importantes precursores de modos de produção solidárias. O grande exemplo encontrado em nosso país é o mutirão, em que as pessoas se organizam coletivamente em prol de um objetivo comum e, com isso, todos são beneficiados. Essa miríade de experiências pode ser denominada como “economia popular” e é a partir da restituição de sua história e importância, que devemos compreender o fenômeno da economia solidária no Brasil. De acordo com França Filho e Laville:

A base fundamental para tais iniciativas é a solidariedade preexistente nos grupos sociais. Elas representam um prolongamento das solidariedades ordinárias, que se praticam no cotidiano da vida no interior dos grupos primários. A economia popular alimenta-se, portanto, das práticas recíprocitárias tecidas no cotidiano dos grupos comunitários, base para a produção e desenvolvimento de atividades econômicas (França Filho & Laville, 2004: 178-9).

Podemos afirmar, então, que a Economia Solidária no Brasil surge tendo como grande referencial, o cooperativismo, trazido a partir da experiência européia, e como base social de constituição, as experiências de economia popular existentes no país. De fato, como podemos perceber, a economia solidária no Brasil se diferencia da economia solidária na França, muitas vezes, por conta de modos de sociabilidade engendrados nas relações comunitárias em que os atores sociais estão inscritos. Essa sociabilidade primária permeia as organizações solidárias e dá uma cara distinta a esse fenômeno. E dentro de um misto de sociabilidades primária e secundária – esta existente por conta da relação que se estabelece entre empreendimentos, mercado e Estado – temos o que hoje conhecemos como economia solidária, chamada por alguns autores de economia popular e solidária.

A emergência, nas décadas de 1980 e 90, sobretudo nesta última, da economia solidária no Brasil, conta com a participação não somente dos Empreendimentos de Economia Solidária, mas também de Organizações Não-Governamentais (ONGs), da Igreja, dos movimentos populares, de sindicatos, de universidades, de governos municipais e de redes de colaboração mútua (Singer, 2002a). Destaca-se, ainda, a criação, em 2003, de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, no âmbito do governo federal, a formação de Fóruns Estaduais e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, além do Conselho Nacional, constituído em 2006, que vêm trabalhando para o fortalecimento da Economia Solidária no Brasil.

Todo esse contexto nos ajuda a entender os caminhos que a economia solidária vem percorrendo. A partir desse panorama geral, podemos definir alguns elementos que caracterizam o atual fenômeno da economia solidária:

- A formação de redes entre empreendimentos, apoiadores e gestores, em que se destacam as redes de incubadoras, a rede Unitrabalho, no seio das Universidades; os fóruns estaduais; a Rede de Sócio-Economia Solidária; as redes de comércio justo; a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores das Empresas Autogeridas) etc. Essas redes são importantes para articular ações, mobilizar recursos, ampliar o leque de apoios e trocar experiências a fim de fortalecer a economia solidária a partir da interação de todos os atores envolvidos.
- A mistura entre os tipos de sociabilidade primária e secundária é também uma característica presente nas experiências econômicas solidárias. De um lado, as relações recíprocitárias estão bastantes presentes nos Empreendimentos de Economia

Solidária, por outro, as relações que são estabelecidas com mercado e Estado mostram que o movimento de economia solidária vem se expandindo para além das fronteiras ditadas pelas relações baseadas única e exclusivamente em dinâmicas próprias da vida comunitária.

- As experiências de economia solidária se destacam por apresentar, em seu seio, a pluralidade de princípios econômicos, através da hibridação entre economia mercantil (pela venda de produtos e serviços), não-mercantil (através de acordos ou subsídios conseguidos na esfera estatal) e não-monetária (pelas relações de proximidade, de doação, de ajuda mútua e de solidariedade), tentando articular as lógicas existentes em cada tipo de organização econômica.
- Mostram, em decorrência disso, uma finalidade multidimensional que, a partir de uma noção ampliada de riqueza, busca objetivos não-monetários para satisfazerem e responderem às necessidades não só de seus participantes mas do conjunto da sociedade em geral. A economia solidária busca mobilizar os atores em prol de uma convivência comum, sustentável, pacífica, de qualidade, inclusiva, democrática e participativa, promovendo, para isso, ações que englobem os campos social, político, cultural, ambiental e econômico.
- Nesse sentido, a prática da autogestão mostra-se como elemento essencial na caracterização da economia solidária, pois é a partir de uma prática democrática de gestão dos empreendimentos que os indivíduos se consolidam enquanto sujeitos políticos, lutam pela conquista do bem-estar em suas múltiplas dimensões e vão se diferenciar das práticas solidárias e/ou relações de proximidades tradicionais que muitas vezes também se caracterizam pela verticalização dos laços sociais.
- Além disso, é importante notar que, nos empreendimentos vistos como solidários, um dos desafios principais é o da “afirmação de um agir no espaço público” (França Filho e Laville, 2004: 188), ampliando os espaços de discussão e a esfera de ação dos indivíduos participantes da economia solidária para além de seu empreendimento ou sua comunidade, o que permite o enfrentamento de problemas tidos como públicos ou gerais.

Essas características formam aquilo que denominamos de economia solidária. Suas modalidades e práticas podem tomar diversas formas: cooperativas de trabalho, de consu-

mo, de produção e de crédito, associações, clubes de troca, empresas autogeridas, grupos informais, redes diversas etc.

No Brasil, de acordo com o mapeamento realizado em 2005 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em parceria com o Fórum Brasileiro, a economia solidária está assim caracterizada:

- Foram mapeados 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários, dos quais 44% localizados na região Nordeste, 13% na região Norte, 14% no Sudeste, 17% no Sul e 12% na região Centro-Oeste.
- Esses empreendimentos estão organizados, em sua maioria, sob a forma de associação (54%), 33% são grupos informais, 11% são cooperativas e 2% são outras formas de organização.
- Dentre os principais motivos para a criação do empreendimento, destaca-se a procura por uma alternativa ao desemprego, que representa a motivação da criação de 45% dos empreendimentos mapeados.
- São mais de 1 milhão e 250 mil trabalhadores e trabalhadoras envolvidas com a economia solidária, sendo 36% mulheres e 64% homens. Nos empreendimentos com até 10 participantes, destaca-se o número de mulheres, sendo elas 63% do total. Já nos empreendimentos maiores, acima de 21 sócios cresce o número de homens: mais de 60%.
- Metade (50%) atua exclusivamente na área rural, outros 33% são tipicamente urbanos e 17% atuam tanto na área rural quanto no campo.
- Quanto às atividades desenvolvidas, 42% atuam no ramo da produção agropecuária, pesca e extrativismo, 42% no de alimentos e bebidas, 13,9% no artesanato e cerca de 2% no ramo de coleta e reciclagem de materiais.
- Esses empreendimentos movimentam cerca de 500 milhões de reais mensalmente, através da comercialização de seus produtos e serviços.
- O ramo da reciclagem movimenta, em média, R\$ 9.098,15 mensalmente, através da venda de seus produtos.
- Dentre os empreendimentos que informaram a remuneração dos sócios (59% dos empreendimentos entrevistados), 50% apresentam remuneração de até meio salário mínimo (R\$ 175,00), 26,1% de meio a um salário mínimo (R\$ 350,00) e, em escala decrescente, 23,9% remuneração de mais de um salário mínimo.

- Os empreendimentos, em sua maioria, realizam a comercialização em suas comunidades e municípios, 56% e 50% respectivamente, apenas 7% comercializam nacionalmente e 2% em outros países, sendo a comercialização a maior dificuldade encontrada por esses empreendimentos: 61% dos empreendimentos declaram encontrar dificuldades na comercialização.
- Quanto à ação em redes e movimentos sociais, 59,4% afirmam participar de movimentos sociais e populares e 42,2% de redes e fóruns de economia solidária.
- Além disso, foram identificados 1.120 entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária, com destaque àquelas que atuam no campo da formação (39,5%) e de mobilização e articulação (34,7%).

Após esse panorama geral a respeito da economia solidária no Brasil, podemos comparar com a sua situação no Distrito Federal, a fim de contextualizar as cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

6.3. Aspectos da Economia Solidária no Distrito Federal

Na região do Distrito Federal, o desenvolvimento da Economia Solidária está intimamente ligado aos aspectos sócio-econômicos encontrados na capital federal. Brasília é uma cidade tipicamente dominada pelo setor terciário. O amplo domínio da área de serviços, do comércio e do funcionalismo público, em detrimento dos setores primário e secundário, o alto índice de desemprego – cerca de 20% – e o elevado nível de informalidade – atingindo quase 60% da População Economicamente Ativa – tornam o DF um lugar bastante peculiar em relação à possibilidade de geração de renda.

Assim como no restante do Brasil, a economia solidária no DF tem como antecedente o cooperativismo. Com a vinda da capital federal e o conseqüente aumento da demanda por produtos alimentícios, começam a se desenvolver cooperativas e associações de produtores rurais, tanto no DF quanto nas regiões próximas de Goiás e Minas Gerais. Até a década de 1980, as cooperativas agrícolas eram maioria no DF.

Com a mudança do mercado de trabalho, o crescimento do setor informal e o surgimento de novos atores que passaram a apoiar e fomentar novas maneiras de organização do trabalho, inicia-se no DF uma fase de desenvolvimento da economia solidária. Mesmo o cooperativismo tradicional ganha um novo impulso, desta vez em virtude da multiplicação do cooperativismo de trabalho. O número de cooperativas passa de cerca de 20, na

década de 1980, para mais de 100, na década seguinte (OCDF). Além do crescimento do número de cooperativas, percebe-se, nos últimos anos, o florescimento de outras formas de organização de trabalhadores em empreendimentos de economia solidária. De acordo com dados do mapeamento realizado em 2005, foram identificados, no DF, 341 Empreendimentos de Economia Solidária, desse total, 39% foram iniciados na década de 1990 e 48% começaram suas atividades a partir de 2001. Desse total, apenas 9% são cooperativas, o que mostra como a economia solidária, no Brasil, tem se descolado do cooperativismo oficial. Outras formas de organização vêm ganhando destaque, como as associações, que já respondem por 30% do total de empreendimentos mapeados. Pode-se perceber, também, que a economia solidária no DF sofre influência do aumento do desemprego e da precarização do trabalho: 58% dos empreendimentos pesquisados são grupos informais; e quando perguntados sobre qual o principal motivo para a criação do empreendimento, 55% responderam que era uma alternativa ao desemprego.

Esses dois últimos dados demonstram que não podemos desprezar, para compreensão da economia solidária no Brasil, e mais particularmente no DF, as relações que existem entre o setor informal e a criação e funcionamento dos empreendimentos, além da questão da exclusão, ou desfiliação, gerada pelo desemprego em massa. Em ambos os casos, quando situamos os empreendimentos em um lócus social em que impera a fragilidade, tanto econômica quanto social, compreendemos que um dos objetivos da economia solidária é “evitar que a degradação do tecido social aumente” (Nunes, 2004: 211) e, nesse sentido, os diversos atores que fazem parte dessa construção devem ser percebidos a partir de suas histórias e trajetórias, a fim de que se tenha um diálogo mais profícuo e que a economia solidária se consolide como uma forma de organização econômica e social menos violenta e mais democrática.

Outro aspecto interessante da economia solidária no DF é a consolidação de uma rede de apoiadores (governos locais, ONGs, universidade), que vêm se articulando através do fórum local de economia solidária. A formação de redes e fóruns é ainda incipiente na economia solidária do DF. De acordo com o mapeamento, apenas 33% dizem participar de alguma rede ou fórum de articulação. Essa articulação é muito importante, pois é através dela que os empreendimentos conseguem se fortalecer e mobilizar outros atores que possam estar os apoiando e assessorando. Nesse sentido, vemos que os dados do mapeamento mostram a importância de tal apoio quando apontam que 30% dos empreendimentos con-

taram com a doação de recursos para iniciarem suas atividades. O número de empreendimentos que se utilizaram de doações ultrapassa, inclusive, o número daqueles que contaram com empréstimo ou financiamento. O que isso quer dizer? Em primeiro lugar, que, de fato, a economia solidária acaba recorrendo e sendo construída através de outro princípio que não o de mercado, assentando-se sobre a dinâmica da dívida. Em segundo lugar, mostra a importância que a construção de laços de solidariedade fora do empreendimento é essencial para o seu sucesso, justamente por ter uma dinâmica diferente de uma empresa capitalista. Outro dado corrobora essa reflexão: 69% dos empreendimentos pesquisados dizem realizar algum tipo de ação social ou comunitária.

Se, por um lado, os empreendimentos apresentam como grande diferencial e potencialidade as relações não-mercantis, por outro, é justamente nas relações mercantis que os empreendimentos encontram sua maior dificuldade. E é nesse ponto que reside um dos grandes desafios da economia solidária: como entrar no mercado e preservar aquilo que um empreendimento solidário tem de mais valioso? Essa não é uma questão fácil, e por isso não deve ser respondida sem uma reflexão muito bem embasada pelo conhecimento das reais necessidades e possibilidades dos empreendimentos. A distribuição de bens e serviços oferecidos por Empreendimentos de Economia Solidária, que também encontram manifestações bastante exitosas por meio do comércio justo e das trocas solidárias, não pode prescindir do mercado tradicional, sob o perigo de se tornar apenas uma alternativa residual e pouco abrangente de organização econômica. Particularmente no DF, 50,5% dos empreendimentos dizem encontrar dificuldades na comercialização e mais de 80% afirmam não terem realizado nenhum investimento nos últimos 12 meses.

Quanto ao ramo produtivo, percebe-se que no DF o maior número de empreendimentos se dedica ao artesanato e ao setor de confecções, 84% dos empreendimentos têm como principal atividade econômica a produção e a comercialização de artefatos têxteis e artesanato em geral. Isso explica, em parte, o maior número de mulheres envolvidas com a economia solidária local, 62% do total, e a predominância de empreendimentos com até 10 participantes, 47% (dados do mapeamento da SENAES).

Em suma, pode-se perceber que a economia solidária no DF apresenta características próprias bastante marcantes. Seu fortalecimento passa pela articulação entre os vários setores da sociedade, na esfera pública, no setor privado e na sociedade civil, não podendo prescindir, de modo nenhum, dos princípios que regem e fortalecem a economia solidária.

Além disso, há que se ter especial atenção, quando da criação e ampliação de redes, à formação de elos horizontais, que na verdade são:

(...) novas formas de reordenamento do social como um todo, incluindo a esfera política.
(...) Trata-se, necessariamente, na economia solidária, de relações não-hierárquicas, que podem ser entendidas da seguinte maneira: para terem essa configuração, as relações devem refletir a natureza dos elos entre os diferentes atores que participam do movimento. O mesmo ator, nacional e localmente, precisa ou tende a uma unificação necessária para a eficácia de sua ação. Ele compartilha valores e princípios e deve, ao mesmo tempo, respeitar as diferenças que provêm das trajetórias e histórias dos diferentes atores (Nunes, 2004: 199).

É a partir da formação de elos horizontais, que os sujeitos da economia solidária do Distrito Federal devem se organizar a fim de se fortalecerem mutuamente, preservarem sua autonomia frente a atores mais poderosos, sua liberdade e solidariedade frente aos seus pares e seu protagonismo frente à sociedade.

7. O lixo

A sociedade moderna, afirma Bauman (2005), é uma sociedade de destruidores. Nosso desejo de destruição vai além daquelas coisas ou seres que desprezamos ou temos aversão. Hoje destruímos aquilo que ontem nós amávamos. Infelizmente a nossa capacidade de destruição propriamente dita está aquém de nosso desejo. Aquilo que não queremos mais, torna-se desnecessário e é descartado. Na natureza nada se perde, tudo se transforma, ou vai para o lixo! Somos produtores de milhões de toneladas de lixo. O suficiente para lotar um campo de futebol a cada 8 segundos. A sociedade humana sempre produziu resíduos, mas nunca em dimensões tão espetaculares ou de maneira tão incontrolável. E por quê?

Segundo o pensador anglo-húngaro István Mészáros (2002), o capitalismo, além de estabelecer o modo de produzir mercadorias, também dita as maneiras como elas devem ser consumidas – já que um produto, para ser fabricado, precisa ser consumido. Entretanto, para o capital, a utilidade das mercadorias – seu valor de uso – é plenamente satisfeita quando ela é vendida, ou seja, quando é realizado o seu valor de troca. Se esta mercadoria depois vai ser utilizada ou não, já não é de interesse do capital – ou pelo menos não era! Para o capital e sua lógica de expansão, o melhor é que uma mercadoria seja pouco usada ou reusada, “já que tal subutilização torna vendável outra peça de mercadoria. (...) Ou seja, em termos mais gerais, se a taxa de utilização de um determinado tipo de mercadoria pudesse ser diminuída de, digamos, 100% para 1%, mantida constante a demanda por seu uso, a multiplicação potencial do valor de troca seria correspondentemente centuplicada (isto é, assumiria a estonteante figura de 10.000%). De fato, essa tendência de reduzir a taxa de utilização real tem sido precisamente um dos principais meios pelos quais o capital conseguiu atingir seu crescimento verdadeiramente incomensurável no curso do desenvolvimento histórico” (Mészáros, 2002: 661). Com as crises das décadas de 70 e 80, o capital encontrou, com a taxa decrescente de utilização, uma válvula de escape para sua expansão. A crescente lucratividade é o objetivo do capital, ela é possibilitada pela produção e venda do produto, se de um lado do ciclo de produção o capital procura aumentar a produtividade e reduzir o custo, do outro, ele busca o aumento da demanda por esse mesmo produto. Com a taxa de utilização decrescente, em outras palavras, com a redução da vida útil, da utilidade, com a superação do produto por outro mais moderno, mais luxuoso – e mais caro

–, em uma velocidade cada vez maior, a demanda por novos produtos será também maior e vai permitir ao capital a realização de seu objetivo, o lucro. De acordo com Mézaros:

Torna-se, desse modo, necessário divisar meios que possam reduzir a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usada, encurtando deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no vórtice da circulação que se acelera. A notória “obsolescência planejada” em relação aos “bens de consumo duráveis” produzidos em massa; a substituição, o abandono ou o aniquilamento deliberado de bens e serviços que oferecem um potencial de utilização intrinsecamente maior (por exemplo, o transporte coletivo) em favor daqueles cujas taxas de utilização tendem a ser muito menores, até mínima (como o automóvel particular) e que absorvem uma parte considerável do poder de compra da sociedade; a imposição artificial da capacidade produtiva quase que completamente inutilizável (por exemplo, o “superdesperdício” de um complexo computador usado como “processador de texto” num escritório onde uma simples máquina de escrever seria perfeitamente suficiente); o crescente desperdício resultante da introdução de tecnologia nova, contradizendo diretamente a alegada economia de recursos materiais (por exemplo, o “escritório informatizado sem papel”, que consome cinco vezes mais papel que antes); o “extermínio” deliberado das habilidades e dos serviços de manutenção, para compelir os clientes a comprar dispendiosos produtos ou componentes novos, quando os objetos descartados poderiam facilmente ser consertados (por exemplo, compelir as pessoas a comprar sistemas completos de silenciosos para carros ao preço de 160 libras, em lugar de um serviço de solda de 10 libras, que seria perfeitamente adequado ao propósito) etc. Tudo isso pertence a essa categoria, dominada pelos imperativos e determinações subjacentes para perdulariamente diminuir as taxas de utilização práticas (Mézaros, 2002: 670-1).

Vê-se, então, que a taxa de utilização decrescente consiste basicamente, na aceleração do processo de circulação do capital. Tal característica do capital, que não é propriamente nova, mas tem se acentuado nos últimos anos, pode trazer sérias conseqüências para a sociedade e para o meio ambiente como um todo.

7.1. Aspectos econômicos

Considerando que a sociedade humana na modernidade se caracteriza por ter no desperdício um dos seus pilares de sustentação, é necessário delimitarmos o que, para esta sociedade, se configura como refugo, rejeito, resíduo ou lixo. A partir de uma definição clara, podemos visualizar de que maneira produzimos esse lixo, o quanto produzimos, quais as conseqüências dessa produção e quais são as destinações que lhe damos.

Podemos definir como lixo “todo e qualquer resíduo que resulte das atividades diárias do homem na sociedade” (Lima, 2004: 11). Dentro desse espectro, classificamos como lixo, continua Lima, “sobras de alimentos, papéis, papelões, plásticos, trapos, couros, madeira, latas, vidros, lamas, gases, vapores, poeiras, sabões, detergentes e outras substân-

cias descartadas pelo homem no meio ambiente”. Nesse sentido, classificamos como lixo todo material que, uma vez já utilizado pelo ser humano, não possui mais serventia e é, conseqüentemente, descartado. A produção de lixo perpassa a história humana, o que varia é o que é considerado lixo, o quanto de lixo é produzido e o que é feito desse lixo.

O conceito de lixo e de resíduo pode variar conforme a época e o lugar. Depende de fatores jurídicos, econômicos, ambientais, sociais e tecnológicos. (...) Na linguagem corrente, o termo resíduo é tido como sinônimo de lixo. Lixo é todo material inútil. Designa todo material descartado posto em lugar público. Lixo é tudo aquilo que se “joga fora”. É o objeto ou a substância que se considera inútil ou cuja existência em dado meio é tida como nociva. “Resíduo” é palavra adotada muitas vezes para significar sobra no processo produtivo, geralmente industrial. É usada também como equivalente a “refugo” ou “rejeito” (Calderoni, 2003: 49).

Atualmente, a forma mais utilizada para a classificação do lixo leva em consideração o critério de origem e produção. De acordo com esse modelo, pode-se classificar o lixo como:

- Lixo domiciliar, residencial ou doméstico. É originado no ambiente doméstico e é constituído principalmente por restos de alimentos, papéis, plásticos, papelões, garrafas, além de uma infinidade de itens domésticos.
- Lixo comercial. É aquele originado em estabelecimentos comerciais como lojas, lanchonetes, bancos, hotéis, supermercados etc. Sua composição mais comum engloba papéis, plásticos, embalagens e materiais de limpeza e asseio pessoal.
- Lixo industrial. É todo e qualquer resíduo cuja origem seja uma atividade industrial, incluindo os mais diversos ramos produtivos existentes. Pode ser composto por diferentes materiais, dependendo do produto final da atividade industrial, como óleos, ácidos, entulhos de construção civil, cinzas etc. Normalmente seu recolhimento fica a cargo das próprias indústrias.
- Lixo hospitalar. É constituído de resíduos sépticos, que podem conter substâncias patogênicas, como agulhas, seringas, gazes, remédios, luvas descartáveis etc. São oriundos de hospitais, postos de saúde, laboratórios, clínicas, farmácias, consultórios etc.
- Lixo público. São originados dos serviços de limpeza pública urbana, como varrição, limpezas de praias, córregos e terrenos baldios.
- Lixo especial. São aqueles encontrados em portos, terminais rodoviários ou ferroviários e compreendem veículos abandonados, ferragens, além de material de higiene e restos de alimentação provenientes desses locais.

- Lixo agrícola. São resíduos provenientes das atividades agropecuárias e são constituídas de restos de colheita, embalagens de adubos e agrotóxicos, ração etc.

O lixo produzido pela nossa sociedade vem crescendo assustadoramente nos últimos anos. Tendo o lixo como subproduto das atividades humanas, mais particularmente das atividades econômicas, o crescimento dessas atividades implica necessariamente no aumento da produção de lixo. Dito isso, se considerarmos que neste início do século XXI vemos uma pujante atividade econômica e que, comparando com períodos não tão remotos assim, a soma de tudo o que foi produzido no mundo, ou seja, o PIB mundial, saltou de “meros 6 trilhões de dólares em 1950 para 43 trilhões de dólares no ano 2000” e que neste último ano as “atividades humanas expandiram-se mais que durante cem anos, entre 1801 e 1899 (Penteado, 2003: 22)”, veremos que a produção de lixo no planeta também veio crescendo assustadoramente. Um outro importante indicador a ser analisado quando falamos de lixo é a quantidade de lixo diariamente produzida por pessoa. Nos Estados Unidos, a quantidade de lixo produzida por uma única pessoa adulta em um dia é de 2 kg, enquanto no Brasil a quantidade de lixo diária *per capita* produzida é de aproximadamente 0,5 kg. Presume-se que o mundo inteiro produza, nos dias de hoje, cerca de 400 milhões de toneladas de lixo por ano, o que dá aproximadamente 1,1 milhão de toneladas de lixo produzido por dia. Se todos os habitantes adultos do planeta produzissem a mesma quantidade de lixo que um norte-americano, a humanidade teria que achar a destinação para 5,6 bilhões de toneladas de lixo produzidas diariamente, um incremento de 5.000 vezes o que produzimos atualmente. Para se ter uma idéia, se toda a produção global de resíduos sólidos fosse destinada a um único local, lotaríamos um espaço equivalente a 11 mil campos de futebol diariamente, ou um campo de futebol a cada 8 segundos.

No Brasil, de acordo com dados do IBGE do ano 2000, produzimos quase 230 mil toneladas de lixo anualmente (ver Tabela 7.1.1.). Calderoni (2003), em um minucioso estudo a respeito da produção e da destinação do lixo nas grandes cidades brasileiras, percebeu que a produção de resíduos sólidos no país segue uma tendência onde 30,9% do lixo domiciliar é composto por materiais recicláveis, como latas de alumínio, vidro, papel, plástico e latas de aço, e os outros 69,1% é composto por material orgânico e outros não recicláveis. Um outro dado do IBGE (2000) mostra que, do total coletado, apenas 0,99% tem como destinação estações de triagem, onde seguem para a reciclagem. A maior parte vai para lixões e aterros (ver Figura 7.1.1.).

Quantidade diária de lixo coletado (t/dia) no Brasil									
Total	Unidade de destino final do lixo coletado								
	Vazadouro a céu aberto (lixão)	Vazadouro em áreas alagadas	Aterro controlado	Aterro sanitário	Estação de compostagem	Estação de triagem	Incineração	Locais não-fixos	Outra
228.413,0	48.321,7	232,6	84.575,5	82.640,3	6.549,7	2.265,0	1.031,8	1.230,2	1.566,2

Tabela 1. Destinação final do lixo coletado no Brasil

Fonte: IBGE 2000

Destinação final do lixo produzido no Brasil

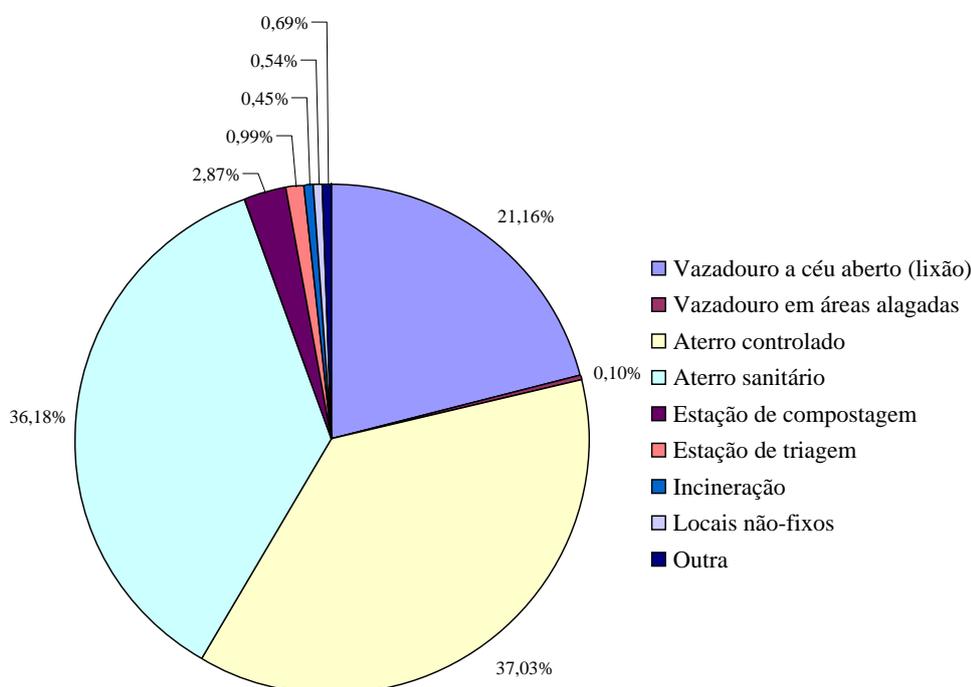


Figura 1. Destinação final do lixo coletado no Brasil

O lixão, ou vazadouro, se caracteriza por ser um espaço a céu aberto, onde o lixo é descarregado inadequadamente, sem qualquer tratamento, podendo trazer graves consequências ambientais e sanitárias por causar a poluição do solo e da água.

Por conter substâncias de alto teor energético e por oferecer disponibilidade simultânea de água, alimento e abrigo, o lixo é preferido por inúmeros organismos vivos, ao ponto de algumas espécies o utilizarem como nicho ecológico (Lima, 2004: 29).

Dentre os principais organismos vivos que habitam o lixo, alguns comumente causam graves danos à saúde dos seres humanos, como ratos, larvas de vermes e bactérias. O

lixo é um ambiente tão adequado para essas espécies sobreviverem que a conhecida *Ascaris Lumbricoides*, por exemplo, sobrevive mais de 2 mil dias dentro do lixo, e algumas espécies de ratos podem procriar até 80 vezes ao ano nesses locais, gerando em cada cria em média 6 filhotes. Estes vetores de agentes patogênicos podem causar diversas doenças quando em contato com os seres humanos, como a cólera, o tifo, a leptospirose e a peste bubônica. A poluição da água é um outro problema acarretado pela destinação inadequada do lixo. A umidade natural do lixo (que aumenta nos períodos de chuva), a água que sobra da decomposição de vários materiais e o líquido proveniente da dissolução de matéria orgânica geram um líquido negro conhecido como chorume, que reduz o nível de oxigênio na água e desencadeia o aumento de gases tóxicos para a maior parte das formas de vida superiores. O perigo do chorume não é somente a contaminação da água de rios e do mar, mas a contaminação dos lençóis freáticos que se encontram abaixo dos vazadouros, o que leva a poluição para locais que, a princípio, estariam fora do risco de poluição. Pouco mais de 21% do lixo coletado no Brasil vai para lixões a céu aberto.

Outro local bastante utilizado como destinação final dos resíduos sólidos são os aterros. Eles podem ser classificados como aterros sanitários e aterros controlados. Ambos utilizam a prática da cobertura de lixo para que se reduza o risco de poluição e diminua o número de possíveis vetores. Os aterros sanitários são aqueles executados segundo critérios de engenharia e atendem os padrões de segurança estabelecidos, o que minimiza os danos relativos ao escoamento de líquidos e emissão de gases tóxicos. Já os aterros controlados utilizam somente a cobertura do lixo, não levando em conta, por exemplo, a absorção do chorume decorrente da decomposição dos materiais. A utilização de aterros, principalmente os sanitários, reduz drasticamente a poluição causada pela alocação do lixo em locais inapropriados, permitindo até mesmo o aproveitamento posterior da superfície para outros fins, como a construção de parques, estacionamentos etc. No entanto, os aterros sanitários são finitos e também podem acarretar outros problemas, como a impermeabilização do solo, impedindo a absorção das águas pluviais, a dificuldade de encontrar grandes áreas próximas aos centros urbanos que não comprometam o bem-estar da população e a dificuldade de encontrar material de cobertura diária. Devido ao seu relativo baixo custo e redução dos problemas ambientais, o aterro sanitário é a destinação com melhor custo-benefício encontrada pelas prefeituras no mundo inteiro. Em vários países os aterros são os principais destinos dos resíduos sólidos urbanos. Na Itália, 84% dos resíduos sólidos

municipais vão para os aterros, no Reino Unido 91%, na Bélgica 77% e na Irlanda 100% do lixo coletado vai para os aterros sanitários. No Brasil, 37% dos resíduos vão para aterros controlados e 36% para aterros sanitários. Esses dados, no entanto, podem apresentar uma realidade distorcida. De acordo com a mesma pesquisa do IBGE (2000), mais de 90% do lixo coletado no Distrito Federal vai para aterros controlados. Sabe-se que a principal destinação do lixo em Brasília é o Lixão, se o IBGE considera este vazadouro como aterro controlado, isso significa que esses dados devem estar bastante distorcidos, não correspondendo, portanto, à realidade. Como esses são os dados mais recentes encontrados, fique-mos, por ora, com eles.

A incineração é uma outra alternativa ao despejo do lixo em locais inapropriados. A construção de um dos primeiros incineradores de lixo data de 1874 e foi construído na cidade de Nottingham, Inglaterra. No Brasil, em 1896, foi instalado em Manaus o primeiro incinerador. A incineração consiste em reduzir “peso e volume do lixo através de combustão controlada” (Lima, 2004: 119). Uma das vantagens da incineração é a possibilidade de gerar energia através do aproveitamento do poder calorífico do lixo, além do espaço reduzido ocupado por uma usina de incineração de lixo, quando comparado a um aterro ou vazadouro. A geração de energia vem sendo um dos maiores incentivadores da utilização dos incineradores no tratamento do lixo, a França, por exemplo, incinera 35% dos seus resíduos e a Dinamarca, 56%. Entretanto, existem alguns inconvenientes, como o impacto causado pela emissão de substâncias tóxicas no ar durante o processo de combustão. No Brasil, menos de 0,5% do lixo é incinerado.

Além delas, destaca-se também a compostagem, que consiste em transformar os materiais orgânicos do lixo em fertilizantes orgânicos, através de processos físicos, químicos e biológicos. Esta é uma prática que vem crescendo bastante nos últimos anos no mundo inteiro, já que o uso de fertilizantes orgânicos vem sendo estimulado e desejado pelas pessoas em detrimento do uso de fertilizantes químicos, em sua maioria prejudiciais à saúde. Na Holanda, por exemplo, cerca de 20% do lixo coletado vai para as usinas de compostagem. O Brasil, por sua vez, destina quase 3% do seu lixo a usinas de compostagem.

O reaproveitamento de resíduos sólidos não é algo totalmente novo na história humana. Há evidências que mostram processos de reciclagem de papel tão antigos quanto sua descoberta, no ano 105 d.C. No império romano, as armas abandonadas nos campos de

batalhas eram recolhidas pelos soldados a fim de serem derretidas e transformadas em novas armas. No Brasil, a prática de reciclagem remonta à década de 1920, época do advento da industrialização, sendo o papel o primeiro tipo de material reciclado no país. Por reciclagem podemos entender o “processo através do qual qualquer produto ou material que tenha servido para os propósitos a que se destinava e que tenha sido separado do lixo é reintroduzido no processo produtivo e transformado num novo produto, seja igual ou semelhante ao anterior, seja assumindo características diversas das iniciais” (Duston apud Calderoni, 2003: 52). A reciclagem é composta por diversas fases: a coleta (que pode ser seletiva ou usual), a triagem, o beneficiamento e acondicionamento e, por fim, o processo industrial, de transformação do resíduo em matéria-prima.

A coleta de material reciclável, quando é feita sem a separação prévia, no próprio local de origem do lixo, é denominada de coleta usual, e quando é feita a coleta separando os materiais a serem reaproveitados dos outros não aproveitáveis, esta é chamada de coleta seletiva. Acredita-se que a coleta seletiva tenha surgido inicialmente na Itália no ano de 1941, em decorrência das dificuldades enfrentadas durante a Grande Guerra. No Brasil, a primeira experiência sistemática de coleta seletiva foi realizada em Niterói, no bairro de São Francisco, no ano de 1985, por iniciativa e sob coordenação da própria comunidade. Atualmente, dos 5507 municípios brasileiros, apenas 352 possuem serviços de reciclagem, o que representa 6% de nossos municípios. De qualquer maneira, essa fase de coleta e primeira seleção do resíduo, seja ela seletiva ou não, normalmente fica a cargo dos catadores. O primeiro elo da cadeia produtiva do lixo.

Mesmo tendo passado por uma separação prévia, ou no local de origem, ou pelas mãos do catador, o material ainda precisa passar por uma nova etapa de separação. Essa separação mais detalhada é chamada de triagem, e é necessária principalmente por causa do papel e do plástico que são classificados em diversos tipos.

A etapa seguinte é composta pelo beneficiamento e acondicionamento, nas quais os vidros são triturados e lavados, os metais e os papéis são prensados e enfardados, os plásticos são lavados e transformados em pequeninas pelotas. Depois dessa fase vem o processo industrial em que o material preparado é transformado em material para nova produção de bens.

Essas etapas são conduzidas normalmente por diferentes tipos de atores. A triagem e o beneficiamento normalmente são dominados pelos sucateiros, os chamados “atraves-

sadores”, destacando-se nessas etapas atualmente a presença das cooperativas de catadores. Já o processo transformação normalmente fica nas mãos de poucas e grandes indústrias, sendo elas que lucram mais com o processo de reciclagem.

Os principais materiais recicláveis existentes no lixo são: o papel, o plástico, o alumínio, o vidro e a lata de aço. Todos esses materiais quando reciclados representam ganhos tanto na esfera ambiental quanto na econômica. Bens produzidos a partir de materiais recicláveis consomem menos energia, menos água, sua utilização possui custos menores do que a extração de matérias-primas virgens, além de reduzir significativamente a poluição da água e do ar. A economia de energia gerada pela reciclagem no Brasil somou, no ano de 1996, 340,3 milhões de reais, a de água 223,9 milhões e a de matéria-prima 735,6 milhões. O total economizado no Brasil, já subtraindo os custos da própria reciclagem (de 109 milhões de reais), foi de aproximadamente 1,2 bilhão de reais (fonte: Calderoni, 2003).

Lembrando que apenas cerca de 1% do lixo coletado pelas prefeituras no Brasil segue para a reciclagem, verifica-se que o potencial econômico da reciclagem é enorme. O índice de reciclagem no Brasil é ainda muito baixo, se comparado a outros países. Enquanto no Brasil reciclamos menos de 5% do lixo que produzimos³, no Japão este índice chega a 50% e nos Estados Unidos e Europa, 40%. O Brasil recicla 31,7% do papel que consome, 12% do plástico, 35% do vidro, 18% das latas de aço e 80% das latas de alumínio (Calderoni, 2003). Em relação a alguns itens, como as latas de alumínio, o Brasil vem se destacando na reciclagem, sendo atualmente o país com melhor índice de reciclagem para esse tipo de material.

O mercado nacional da reciclagem é pujante, proporcionando ganhos globais para todos os envolvidos da ordem de 400 milhões de dólares anualmente. Deste total, 65,9% dos ganhos ficam com as indústrias, 9,9% com os sucateiros, 11,1% com as prefeituras e 13,1% com os catadores (dados levantados por Calderoni, tendo como base a distribuição dos ganhos no município de São Paulo). Os ganhos das indústrias se devem à economia de energia elétrica, de matéria-prima e de água proporcionados pela utilização de materiais

³ De acordo com os dados do IBGE, 0,99% do lixo coletado pelas prefeituras seguem para a reciclagem. Os dados de empresas recicladoras e do CEMPRE (Compromisso Empresarial para Reciclagem, entidade que congrega 13 grandes empresas e atua na promoção da reciclagem) afirmam que pouco menos de 5% do lixo que é produzido no Brasil é destinado à reciclagem. Isso significa, de acordo com a análise dos dados e conhecimento da situação da reciclagem no país, que o principal trabalho de coleta do material reciclável é feito por outros agentes que não o Estado, os catadores, que recolhem quase 80% do material reciclável do Brasil.

recicladados. Os ganhos das prefeituras são, na verdade, custos evitados decorrentes da diminuição do volume de lixo pelo qual teriam que responsabilizar-se. Já os ganhos de sucateiros e catadores são obtidos única e exclusivamente na comercialização do material. De acordo com Calderoni “a indústria é o segmento que maiores ganhos auferem com o processo de reciclagem” (Calderoni, 2003: 293), subjugando, através de sua posição privilegiada na estrutura verticalizada do mercado da reciclagem, os sucateiros às suas necessidades e às variações de mercado. É interessante notar que quanto maior a concentração de indústrias em determinado setor, maior o índice de reciclagem. Um bom exemplo disso é o setor de latas de alumínio, que é dominado por uma única empresa, no qual o Brasil é o campeão de reciclagem. Já nos setores com maior pulverização da indústria, como o de papéis, os índices são bem menores, apesar do ganho possível ser bastante alto por causa da grande economia de matéria-prima e energia que este setor pode auferir (Idem: 296).

Já os sucateiros, que podem ser grandes ou pequenos, são setores que, em São Paulo⁴, ganham bem menos do que as indústrias, mas ainda possuem um grande poder de barganha em relação aos catadores, pois conseguem passar a estes as variações de preço impostas pelas indústrias e ainda mantêm os preços dos materiais bastante baixos. A faixa de sucateiros é menos concentrada do que a das indústrias, no entanto o número de sucateiros decresce quanto melhor for sua estrutura operacional e quanto mais material consegue comprar e vender. A estrutura requerida pelos sucateiros é basicamente a logística: caminhões, contêineres, galpões e algum maquinário para triar, prensar e beneficiar o material trazido pelos catadores. É interessante notar que é comum um sucateiro vender para outro maior, que vende para outro maior até chegar à indústria, principalmente entre os sucateiros que atuam fora de São Paulo.

Já os catadores ficam com o menor quinhão da reciclagem. Eles ocupam a posição de maior vulnerabilidade, grande parte vive em situação de clandestinidade e sofrem as maiores conseqüências das variações negativas dos preços dos materiais. O que é destinado para pagamento dos materiais é somente condizente com a sobrevivência e depende da capacidade do catador em carregar até 200 kg de material em cada dia de trabalho. Além disso, o trabalho dos catadores vem sendo cada vez mais disputado entre as populações há

⁴ Em São Paulo, apesar de o sucateiro ser essencial na cadeia da reciclagem, ele exerce um papel bem menos importante, já que a grande concentração de indústrias em São Paulo torna dispensável a presença de uma grande estrutura logística, diferentemente do que se vê entre os sucateiros de outras cidades e estados, que necessitam de vários caminhões e de grandes galpões para poderem entregar o material já separado e beneficiado para as indústrias.

muito desempregadas, o que gera maior dificuldade para os catadores e, por conta do excesso de oferta, acaba reduzindo o preço dos materiais. Atualmente, estima-se que mais de 400 mil pessoas trabalhem com a catação de materiais recicláveis. Uma das alternativas encontradas para a redução da vulnerabilidade dos catadores é a formação de cooperativas.

O advento das cooperativas de catadores constitui uma inovação institucional importante. Transforma também em sucateiros os carrinheiros e catadores que as integram. Assim, ocorre uma integração vertical “de baixo para cima”, tornando-os menos vulneráveis em negociações e melhorando sua remuneração, a qual eleva ao nível da dos sucateiros (Idem: 299).

A suposta equiparação entre os ganhos dos sucateiros e dos catadores é muitas vezes ilusória, pela dificuldade de as cooperativas conseguirem o equipamento e a estrutura necessária para a separação, a estocagem, o beneficiamento e o transporte do material coletado. Em sua maioria, as cooperativas ainda ficam nas mãos dos sucateiros, proporcionando aos cooperados ganhos financeiros mínimos quando comparados ao tempo anterior à constituição da cooperativa.

7.2. Aspectos simbólicos

Já analisamos, sob o ponto de vista econômico, a questão do lixo em nossa sociedade. Todavia, não menos importante é analisar o lixo em sua dimensão simbólica, pois é essa dimensão que vai permitir ao catador dar significado ao seu trabalho, estabelecer seu status social e gerar, a partir daí, uma identidade coletiva para este conjunto de trabalhadores. Nesse sentido, devemos recuperar a definição que elaboramos e nos concentrarmos nos significados que são associados à idéia de lixo.

O lixo é tudo aquilo que sobra, que é descartado, que se torna inútil, redundante, nos dizeres de Bauman (2005). Além disso, podemos acrescentar que o lixo é aquilo “cuja existência em dado meio é tida como nociva” ou pode representar algum perigo. Mais do que ser algo redundante, o lixo é um subproduto da criação e da ordenação. Visto como um “ingrediente indispensável do processo criativo”, percebemos no lixo uma “encarnação da ambivalência”, uma “mistura singular de atração e repulsa que produz um composto, também singular, de terror e medo” (Bauman, 2005: 32).

Essa e também outras qualidades coincidem com as características pertencentes ao que Mary Douglas designa como impuro. Para Mary Douglas, as estruturas simbólicas,

para fazerem sentido, devem ser bem delimitadas. Tudo o que estaria fora de delimitação desse universo seria marginal, destrutivo e perigoso para a ordem estabelecida, apesar de contribuir para a construção dos limites desse universo. Os conceitos de pureza e impureza, limpeza e sujeira, contágio e purificação seriam, então, necessários para o entendimento de como ordenamos o mundo. O processo de ordenação cria rejeitos, tudo aquilo que não faz parte da ordem. Em um primeiro momento, aquilo ainda mantém características, elementos identitários, que os mantêm presos àquela ordem, representando, para essa mesma ordem da qual participou da criação, um perigo. Em um segundo momento, já esquecido e sem a identificação com aquilo que ajudou a criar, o rejeito já não se torna perigoso, mas um elemento que representa o momento de criação, a “pedra filosofal”, o princípio de toda a ordem. Nesse sentido, Mary Douglas traz à tona a ambivalência que há no refugio que produzimos diariamente, visto como perigoso à ordem, mas também como elemento essencial da formação dessa mesma ordem.

A impureza, como característica pertencente ao lixo, é definida por Mary Douglas como “desordem”, “uma ofensa contra a ordem”. E se a impureza representa um perigo à ordem, “eliminando-a, não fazemos um gesto negativo; pelo contrário, esforçamo-nos positivamente por organizar o nosso meio” (Douglas, 1990: 14). E como organizar implica em rejeitar elementos inapropriados, a sujeira, o lixo, o impuro necessariamente será um subproduto da ordenação e classificação sistemática de coisas. A noção de impureza, nesse sentido, é uma característica presente em todas as formas de sociedade, pois se configura como algo que tem a função de limitar o social. Há, para Mary Douglas, uma íntima relação entre a moral e a noção de impureza, mas ambos não se confundem. Nem tudo que é considerado uma afronta às regras morais de uma sociedade é considerado impuro e nem tudo que é impuro acarreta sanções morais. No entanto, a idéia de impureza serve para impor determinados limites onde os preceitos morais não chegam, não são suficientes ou são contraditórios. “Quando as prescrições morais não são claras ou são contraditórias, as idéias relativas à poluição tendem a simplificar ou a esclarecer a situação” (Idem: 167). A idéia de impureza nos faz perceber aquilo que pode e o que não pode, nos colocando algumas sanções pouco vistas como tal, como o nojo, o medo do contágio, a repulsa, o rejeio da obsolescência.

Podemos nos questionar se a idéia de impureza pode ser utilizada para entendermos o sistema de ordenação do mundo moderno. De acordo com Mary Douglas, sim, mas

sem esquecer os pormenores que diferencia nosso comportamento do de outras sociedades. As diferenças são basicamente duas: evitamos a impureza por razões de higiene e não religiosas e nossas idéias de impureza estão relacionadas ao nosso conhecimento dos organismos patogênicos. Mas ainda sim, a idéia moderna de impureza ainda nos traz elementos que servem justamente para separar, ordenar, organizar. Se consideramos uma coisa viscosa, por exemplo, como algo nojento – e o nojento é uma de nossas reações ao impuro – não é pelo fato de ele ser anti-higiênico ou causar mal à saúde, mas pelo fato de ele estar fora de nossas classificações: sólido ou líquido. Aquilo que é anômalo, ou seja, esteja fora de como ordenamos o mundo, é considerado impuro.

A impureza é uma idéia relativa. Estes sapatos não são impuros em si mesmos, mas é impuro pô-los em cima da mesa de jantar; estes alimentos não são impuros em si, mas é impuro deixar os utensílios de cozinha num quarto de dormir ou salpicos de comida num fato; os objetos da casa de banho não estão em seu devido lugar se estiverem na sala de visitas; o mesmo é válido para as roupas abandonadas sobre uma cadeira; para as coisas da rua que estão dentro de casa; (...) para as roupas de baixo que aparecem onde devia aparecer roupa de cima, e por aí adiante. Em suma, o nosso comportamento face à poluição consiste em condenar qualquer objeto ou qualquer idéia susceptível de lançar confusão ou de contradizer as nossas preciosas classificações. (Idem: 51)

Consideremos, a partir daí, o lixo. Este refugio tão desprezível, sobra daquilo que em outros momentos já consumimos – e quando consumimos não o considerávamos impuro –, deixou de fazer parte de nosso sistema de classificação, ou melhor, passou a ser classificado como lixo, algo que, por si, deve ser apartado de nosso convívio. Se o que consideramos como lixo ainda convive conosco, corremos real perigo de nosso sistema de ordenação do mundo ser questionado e desmoronar. O lixo deve estar longe, então, de nosso meio. Há razões no campo da saúde para evitarmos o lixo perto de nós, como já vimos no caso dos lixões. Mas por que consideramos, então, aquele computador velho como lixo, impuro, que deve ser jogado fora, longe de nossas vistas? A mesma coisa com sapatos, brinquedos, automóveis e outros objetos dos quais diariamente milhões de pessoas se desfazem. Como afirma Bauman, é para darmos espaço ao que é novo. Esta sociedade moderna tem desprezo por aquilo que é velho, obsoleto, redundante. Se não me desfizer da minha TV velha, onde colocarei a nova? Talvez também seja para que evitemos aquele sentimento de arrependimento ou para que não nos questionemos, quando nos deparamos com o vazio que o objeto comprado não foi capaz de preencher, se realmente era necessá-

rio uma TV nova. Até porque, como vemos nas propagandas, este vazio vai ser resolvido se eu adquirir aquele outro produto sensacional que acabou de ser lançado no mercado!

Comparemos com um outro caso estudado por Mary Douglas, o das prescrições mosaicas para que seu povo evitasse certos tipos de carne. Enquanto para o povo judeu, a restrição de se comerem carnes tidas como impuras estão relacionadas à idéia de completude e santidade, ou seja, de separar aquilo que é tido como “fora do lugar”, na nossa sociedade também consideramos como lixo, ou impuro, tudo aquilo que pode nos afastar do que consideramos mais “sagrado”, ou o que, em nosso sistema de ordenação do mundo, nos coloca fora do sistema. E o que seria isso? Em nossa sociedade seria aquilo que nos impede de consumir, de colocar a economia para funcionar – afinal, ninguém quer recessão. Tudo aquilo que é velho, usado e ultrapassado. Alguém que não segue a moda ou as tendências de mercado está completamente “out”! Boa palavra para designar aqueles que ainda não se renderam ao consumismo exacerbado. Se consideramos, então, como lixo tudo aquilo que já não faz parte do sistema, mas que é produzido por ele e que também traz sérios perigos à ordem estabelecida, podemos considerá-lo impuro. E chegamos a essa conclusão sem mencionar fatores sanitários, como seria de praxe.

E como uma das características do impuro é o contágio, o lixo, o obsoleto, o redundante também contagia. Não é obra do acaso o fato de figurarem entre as camadas mais vulneráveis da sociedade aqueles que mexem com o lixo: os varredores, as faxineiras, os lixeiros e os catadores. Nada pior do que ser identificado com aquilo que não possui mais serventia, com o que é dispensável. E esta identificação não se dá apenas pelo contato direto com o lixo, mas também pela analogia de posições que a sociedade acaba fazendo entre os indivíduos supranumerários e o lixo. Se, na sociedade da obsolescência – não por valorizar aquilo que é obsoleto, mas por tornar tudo obsoleto muito mais rapidamente –, não tomarmos cuidado para não nos tornarmos obsoletos, nosso destino pode ser o mesmo do lixo. Mesmo que não tenhamos, *stricto sensu*, vazadouros, aterros, incineradores e usinas de compostagem e reciclagem para seres humanos, a sociedade cria refugos humanos e lhes dá destinos parecidos, sejam as ruas, os abrigos, as periferias, as prisões ou outros locais que se destinam a acolher todos aqueles que são considerados redundantes em nossa sociedade. E, de preferência, bem longe de nós!

Não somente objetos têm sido, em quantidade e velocidade cada vez maiores, descartados em nossa sociedade do desperdício, mas também o descarte de seres humanos,

sob o signo de refugos, vem crescendo assustadoramente. Entre esses seres humanos, os catadores de lixo se configuram como um subproduto bastante eloqüente gerado pela modernidade. Não só pelo fato de serem pessoas que são consideradas refugos sociais, mas por trabalharem diretamente com aquilo que é refugo na atividade econômica; por permitirem que este rejeito econômico seja novamente imbuído de significado e transformado em um bem valioso; e por demonstrarem uma capacidade de adaptação e de sobrevivência dignos de nota, por se colocarem na contramão do que a sociedade impõe dizendo: “Não somos redundantes. Existimos, queiram vocês ou não!”.

8. O catador

Para entender quem é o catador de lixo devemos analisar, afinal, de onde ou de qual camada social se origina o catador de lixo. Em uma análise rápida, percebe-se que as pessoas que trabalham na catação de lixo são pessoas de baixa renda que engrossam a lista daqueles chamados excluídos e que vivem do lixo, indo de lixeira a lixeira procurando latas, papel e outros resíduos sólidos, com seu saco nas costas, ou carroça – algumas vezes puxadas por cavalos, outras, pelos próprios catadores. Essa imagem do ser humano revirando as lixeiras urbanas se mostra ainda mais degradante quando vemos pessoas nos lixões disputando o lixo – mesmo que seja um tipo de lixo diferente, o “material reciclável” – com cachorros e urubus. A pobreza, ou a situação inferior a ela, a miséria, se configura como a característica mais marcante de um catador de lixo. Mas devemos ser mais precisos, pois dizer que as cerca de 400 mil pessoas que vivem da catação de lixo no Brasil – este é o valor estimado pelo Fórum Lixo e Cidadania – são pobres, talvez não seja nenhuma descoberta sociológica deveras impressionante. Não obstante, por meio de uma análise pouco mais profunda, nota-se que uma grande parte dos catadores é de pessoas que vivem nas ruas. De fato, Bursztyn (2000) nos mostra que, para o morador de rua, catar lixo significa até uma posição superior ao dos outros moradores, pois representa para os catadores de rua uma renda média superior a outras atividades tipicamente desenvolvidas por eles – como cuidar de carros e pedir esmolas –, sendo a catação a atividade predominante entre eles. Em 1997, estimava-se que cerca de 1.500 famílias viviam da coleta de lixo em Brasília. Atualmente, segundo estimativas do Fórum Lixo e Cidadania Local, esse número ultrapassa os 5 mil. Como o trabalho do catador, atualmente, é muito mais visível e visado economicamente, principalmente pelos moradores de rua, a estimativa deste número é bastante precária, até pela informalidade do setor, que agrega desde moradores de rua relativamente permanentes em suas barracas montadas em invasões até os chamados “perambulantes” que não possuem nenhuma residência fixa ou parcialmente fixa, vivendo como “nômades urbanos”. Mesmo indivíduos que não são moradores de rua, ou seja, possuem um endereço domiciliar, legalizado ou não, começaram a ver na reciclagem uma possibilidade de fonte ou incremento de renda.

Nessa análise preliminar já se percebe que o catador de lixo está numa posição estatutariamente inferior na sociedade. Marcel Bursztyn vai ainda mais longe, ele vê nes-

ses catadores a personificação de uma realidade que nos últimos anos tem ganhado cada vez mais importância tanto na dimensão das políticas sociais, quanto em uma dimensão mais científica, a exclusão social. De fato, o conceito de exclusão social vem sendo utilizado de modo muitas vezes a atrapalhar a compreensão exata do que vem a ser exclusão social. Esse fenômeno vem ganhando as lentes da mídia, a preocupação política e, conseqüentemente, a curiosidade científica.

8.1. A exclusão social e suas múltiplas significações

O termo exclusão social foi utilizado pela primeira vez, no sentido em que comumente se emprega hoje, em 1974, pelo francês René Lenoir, então secretário de Estado para Ação Social, que se referia a este conceito para designar indivíduos ou grupos de pessoas que estavam administrativamente excluídos dos sistemas de proteção social do Estado. Posteriormente, este termo ganhou notoriedade não só na França, mas também em vários países, europeus principalmente, de todo o mundo, inclusive no Brasil. Apesar da posição central que tem este termo, principalmente no que tange às políticas públicas, a sua conceituação e suas interpretações não são consensualizadas.

Não cabe aqui analisarmos individualmente cada uma das interpretações deste conceito, mas podemos, de certa forma, agruparmos essas interpretações a partir do que elas têm em comum e, aí sim, percebermos a variabilidade que pode assumir esse termo. Geralmente a exclusão social é associada ao desemprego de longa duração e às privações materiais de indivíduos determinados, o que acaba por confundir os conceitos de pobreza e de exclusão social. Outras interpretações vêem no fenômeno da exclusão social uma realidade de múltiplas privações e carências, como a falta de acesso à saúde, educação e moradia. Levitas (1999) identifica três significados ou interpretações da exclusão social no discurso político e científico. De um lado, a exclusão social é vista como uma conseqüência da pobreza, vista aqui como uma realidade multidimensional e dinâmica de privações que impossibilita os indivíduos de terem acesso às benesses da sociedade. Por outro lado, exclusão social é entendida como conseqüência do desemprego e é definida como a não-participação no mercado de trabalho, elemento fundamental para a integração social na sociedade moderna. O terceiro significado da exclusão social citado por Levitas relaciona o fenômeno às características morais e culturais dos excluídos – como a criminalidade, o desemprego, a desagregação da família, a dependência de programas de ajuda do Estado.

Essa separação proposta por Levitas busca mostrar o quão abrangente pode ser o conceito de exclusão social, ainda mais por ser uma categoria de bastante relevância para as políticas públicas e de já ter ganhado o imaginário popular. De fato, suas diversas interpretações já ganharam tamanha abrangência que Todman (2004), na tentativa de construir um conceito que abarcasse todas essas interpretações fez a seguinte proposição de definição: “exclusão social é um processo no qual indivíduos e grupos são dados como incapazes de participar satisfatoriamente de instituições, denominações e atividades sociais, políticas, econômicas, culturais e cívicas (tais como educação, saúde, moradia, emprego, redes sociais e tomadas de decisões políticas) que caracterizam a qualidade de vida ordinária, costumeira ou geral aceita (e freqüentemente esperada) na sociedade na qual eles ou elas vivem” (Todman, 2004: 05).

Percebe-se aí dificuldade de se utilizar um conceito de tamanha abrangência para designar um fenômeno social, por mais que se admita sua complexidade e suas múltiplas determinações e dimensões. Essa caracterização de um fenômeno tão heterogêneo coloca a exclusão social como uma categoria em processo de constante construção e reconstrução que, além de estar em constante relação com outras categorias – como pobreza, por exemplo – muda de acordo com os diferentes contextos históricos e societários.

O conceito de exclusão social remete, portanto, à discussão das novas feições da pobreza e da desigualdade em suas dimensões objetivas, restando ainda um campo aberto a ser explorado para a apreensão e compreensão dos processos subjetivos que diferenciam social e individualmente grupos e segmentos que, cada vez mais, perdem seu lugar e suas referências enquanto atores/participantes de uma dada comunidade de valores. Por mais difuso e sujeito a controvérsias, entretanto, o conceito tem a capacidade de jogar luz sobre as facetas múltiplas do econômico, do social, do político e do psicológico que se perdeu para cada um frente ao estado de destituição de recursos de toda espécie para o enfrentamento de suas vulnerabilidades e riscos. (Guimarães et al., 2002:04)

Alguns autores, como José de Sousa Martins, vêem essa abrangência do conceito de exclusão social como fator que impede o poder explicativo do próprio termo. Segundo Martins (1997), exclusão se tornou uma “palavra mágica” que se propõe a explicar tudo, o que leva a uma “fetichização da idéia de exclusão e certo reducionismo interpretativo que suprime as mediações que se interpõem entre a economia propriamente dita e outros níveis da realidade social” (Martins, 1997:15). Para Martins, a exclusão social não existe enquanto tal, o que existe são processos sociais excludentes causados por contradições internas da sociedade capitalista que marginalizam determinados grupos e indivíduos. Desse ponto de

vista, Martins nota que o problema não é a exclusão, pois o indivíduo continua na sociedade, sofrendo as conseqüências de suas dinâmicas internas, mas no processo de inclusão, que coloca essas pessoas em uma condição precária na sociedade. Essa inclusão instável, marginal, exprime uma nova desigualdade criadora de uma sociedade dupla, não mais dividida em classes sociais, o que impossibilita qualquer tipo de ascensão social, seja individual, seja do grupo social. Essas novas categorias sociais, que são rotuladas de excluídas, acabam por perder a força de transformação, como acontecia em uma sociedade de classes. De acordo com Martins, no capitalismo sempre existiu o processo de exclusão, o capitalismo exclui, desenraiza, mas inclui logo em seguida, de acordo com sua lógica. Para Martins, o que se configura nos últimos anos e que é realmente novo é que “o período de passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório” (Ibidem: 33). E, para sobreviver, o indivíduo lança mão de sua criatividade e estratégias de vida que o reinclui, pelo menos economicamente (é o que vemos no Brasil com o crescimento do setor informal), mas não o reintegra em uma sociabilidade “normal”. Essa reinclusão no mercado (informal) não garante a ele o acesso aos bens e serviços característicos da sociedade moderna, como educação, saúde, moradia, participação política, consumo etc. E, além disso, essa dinâmica acarreta uma fragilidade nos laços sociais desses indivíduos, fragilização causadora de uma anomia social (no sentido durkheimiano mesmo), o que pode trazer conseqüências sociais que extrapolam o espaço reservado a essa camada social, como a criminalidade, a demonização das populações marginais etc.

8.2. Da vulnerabilidade à exclusão

Um outro autor que se engaja na percepção dessa dinâmica e o faz em uma perspectiva sócio-histórica é o francês Robert Castel (2001), cuja análise é baseada nas relações existentes entre a precariedade econômica e a instabilidade social, dando ênfase, inclusive, à dinâmica que leva a essa instabilidade. É com essa proposta que Castel situa os indivíduos em zonas de densidade das relações sociais. Deste modo pretende-se explicar como se passa da zona de integração para a zona de vulnerabilidade, desta para a zona de assistência, quando há essa possibilidade e, finalmente, quando o indivíduo despenca para a zona de exclusão, ou como Castel prefere, *desfiliação*. Para Castel existe uma ampla complementaridade entre os níveis de integração pelo trabalho e a densidade da inscrição

relacional em redes familiares e de sociabilidade. Expliquemos melhor os termos. Segundo essa hipótese o emprego estável – no Brasil representado pelo trabalho formal, “com carteira assinada” e garantias trabalhistas como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego, férias pagas, direito à previdência social por velhice ou invalidez – é a forma mais característica de integração pelo trabalho e acarreta em uma inserção relacional forte em redes familiares e de sociabilidade. O emprego estável significa, sobretudo, a possibilidade de se viverem as promessas de pertencimento feitas pela sociedade moderna, permite a entrada na esfera do consumo, o ensejo de se planejar o futuro contando com uma proteção, vinda do Estado, que ultrapassa a esfera privada e independe das intempéries do acaso. Já o emprego precário, situado tanto nas esferas do trabalho formal quanto do informal – empregos temporários, estágios, bicos, comércio ambulante, serviços domésticos, enfim, as formas de trabalho “sem carteira assinada” –, se caracteriza por sua instabilidade, acarretando para o indivíduo, além de uma remuneração frequentemente inferior, uma fragilidade relacional, tanto na esfera familiar quanto nos outros modos de sociabilidade. Nessa condição, o indivíduo já vê comprometida a promessa de integração feita pela sociedade. A precarização do trabalho faz com que ele passe a viver para o dia-a-dia, sem poder planejar seu futuro e de sua família. “Essa maneira de habitar o mundo social impõe estratégias de sobrevivência fundadas no presente” (Castel, 2001: 529). Essas duas condições pelas quais podem passar os indivíduos, de estabilidade no emprego/inserção relacional forte e de emprego precário/fragilidade relacional, são situadas por Castel, quando definidas enquanto zonas de densidade das relações sociais, por zona de integração e zona de vulnerabilidade, respectivamente. Porém, uma terceira ordem de fenômenos emerge no momento atual. Com efeito, a precarização do emprego e o aumento do desemprego parecem manifestar o que Castel define como um *déficit de lugares* ocupáveis na estrutura social, ou seja, o aumento de indivíduos que não encontram na sociedade uma posição à qual esteja associada alguma utilidade. Esses indivíduos, “inúteis para o mundo” – jovens à procura do primeiro emprego, idosos velhos demais para o trabalho, desempregados há muito desatualizados, trabalhadores desqualificados – ocupam uma posição de *supranumerários*, não integrados e, também, não integráveis (Ibidem: 530). À expulsão do emprego corresponde o isolamento social. O desempregado, a “pessoa sem lugar” (*displaced person*), uma vez não-integrado ao mundo do trabalho, passa a

habitar a zona de assistência, caindo freqüentemente, ainda mais no Brasil, à zona de exclusão ou desfiliação.

8.3. O déficit de lugares

Quando se fala em déficit de lugares, pressupõe-se que na sociedade existem posições ocupadas por indivíduos e grupos que são diferenciadamente valorizadas e, pois, são divididas hierarquicamente. Em outras palavras, estamos falando do fenômeno da estratificação social. Segundo o sociólogo americano Talcott Parsons (1940), a estratificação social pode ser vista “como a ordenação diferencial dos indivíduos humanos que compõem um determinado sistema social e a maneira como se tratam, de superioridade ou inferioridade, em certos aspectos socialmente importantes” (Parsons: 144). Na visão de Parsons, o que possibilita e mantém essa hierarquização são sentimentos morais comuns a uma determinada sociedade cuja função é dizer quais são as bases de avaliação diferencial que permitirão o estabelecimento de posições institucionalmente definidas dos indivíduos na estrutura social. Para cada uma dessas posições estatutárias são definidas funções diferenciadas que, juntamente com os sentimentos morais comuns, irão permitir a integração social, o que irá “manter o funcionamento desse sistema como unidade” (Idem: 146-7).

O que acontece, no entanto, quando indivíduos não encontram posições que possam ocupar dentro da sociedade, mesmo aquelas menos valorizadas? De acordo com a teoria de Parsons, esse fato contribuiria para uma ruptura no sistema, já que a existência de uma grande “massa excluída” tiraria de um grande contingente de pessoas a possibilidade de exercer alguma função, com isso os valores morais comuns a essa parcela da população também começariam a se diferenciar, gerando, a partir daí uma sociedade dual, o que faria com que qualquer sistema social fosse à bancarrota.

Além disso, no plano individual, não possuir um status, por mais baixo que seja, ou seja, não possuir uma posição à qual se dê alguma utilidade é também não compartilhar da mesma vida moral, é isolar-se socialmente. Mais que isolar-se, é tornar-se invisível, pois significa que os valores compartilhados pela sociedade como um todo não são passíveis de serem encontrados nesses indivíduos, que ocupam essa “não-posição”. A inexistência social, que se realiza na impossibilidade de o indivíduo ter acesso a bens e serviços comuns a todos os que estão integrados – como educação, saúde e moradia – impossibilita esse indivíduo, inclusive, de ter acesso à atividade social que, segundo Marx, diferencia o ser hu-

mano dos outros animais, o trabalho. O desemprego de longa duração, causa principal da exclusão social, age sistematicamente na destruição moral desse indivíduo, primeiro o desqualifica, depois o isola, aí o torna invisível e, finalmente, o destrói, o torna inexistente socialmente.

A inexistência social – que não é total, pois “o excluído” ainda pode fazer parte das estatísticas de desemprego – só é vencida por esses indivíduos de duas formas: ou pelo trabalho informal ou pela criminalidade. Uma estratégia o recoloca na dinâmica econômica, mas não necessariamente o reintegra socialmente; a outra, a criminalidade, significa, pelo menos, uma visibilidade moral, por mais contraditório e paradoxal isso possa parecer, pois o coloca em relação e confrontação com o outro, que o reconhece como tal. As ações e sentimentos desse indivíduo, vítima do crime, estão voltados para aquele ser que, agora, existe, mesmo que o reconhecimento dessa existência não signifique uma valorização do outro ser, o bandido.

Não quero dizer aqui que a violência decorra única e exclusivamente da exclusão social, mesmo que esta possa ser colocada como uma, talvez não tão determinante assim, de suas causas. O que, no entanto, deve ser enfatizado é que, em uma análise de estratificação social, onde se consegue definir como são distribuídas as diferentes posições dentro de uma determinada sociedade, a exclusão social deve ser vista como a incapacidade dessa estrutura em absorver todos os indivíduos que a compõem. Nesse sentido, volta-se à análise proposta por Robert Castel de que a existência indivíduos supranumerários decorre de um movimento que tem como início o centro do sistema social, que vulnerabiliza – a partir da transformação de empregos estáveis em empregos precarizados – e exclui – por meio das demissões em massa e da incapacidade de absorver toda a força de trabalho disponível. Voltemos, então, à idéia que Castel concebe para analisar esse fenômeno que caracteriza o aumento do número de indivíduos que não encontram na sociedade uma posição à qual esteja associada alguma utilidade, a exclusão ou desfiliação.

Por exclusão, Castel entende uma categoria estanque, que designa estados de privação (Castel, 2001:26), remetendo não “à ausência de relação, mas a um conjunto de relações sociais particulares da sociedade como um todo” (Idem: 568-9), correspondente ao modelo de uma sociedade dual, caracterizada por uma localização geográfica precisa, pela coerência de uma cultura ou subcultura e por uma base étnica (Idem: 26). Os supranumerários, segundo Castel, não são indivíduos que estão fora da sociedade ou de sua lógica,

mas estão nessa posição, ou não-posição, devido a processos que vêm do centro e atravessam toda a estrutura social, alimentando a faixa de vulnerabilidade e jogando, cada vez mais, indivíduos na zona dos desfiliaados: “foram des-ligados, mas continuam dependendo do centro que, talvez, nunca foi tão onipresente para o conjunto da sociedade” (Idem: 569). Existe um *continuum* que se forma de maneira dinâmica segundo os movimentos do capitalismo. A desfiliação representa esse momento de passagem de uma condição à outra, reconstituindo esse percurso do centro à periferia. Na realidade brasileira, no entanto, o conceito de desfiliação perde um pouco do sentido já que, na maioria dos casos, os supra-numerários de hoje não foram nunca integrados por meio de um Estado Social, não estiveram presentes nos momentos de regozijo da consolidação da sociedade salarial. São, contudo, membros das parcelas da população que sempre sofreram a exploração e o “esquecimento” das elites e do Estado. Sempre habitaram os bolsões de miséria do Brasil, as favelas, os sertões, as ruas, os submundos. Não foram jamais filiados para serem desfiliaados.

8.4. Moradores de rua: excluídos ou desfiliaados?

É aí que se encontra a questão dos moradores de rua: são pessoas que, muitas vezes saíram de sua terra natal, imersos na pobreza e na miséria, para ganhar a vida na cidade grande, passando de cidade em cidade até encontrar uma que ofereça os meios de subsistência para o migrante. No caso a ser refletido, dos catadores de lixo de Brasília, são originários principalmente da região do semi-árido nordestino⁵, acreditam que a vida na capital é melhor, pois por meio de ajudas, doações ou da reciclagem conseguem, de maneira mais satisfatória, os meios necessários a sua subsistência. Ou seja, mesmo em sua terra natal, ou se viviam na mesma cidade, grande parte dos catadores de lixo, e os moradores de rua em particular, já se encontravam em uma zona de integração fragilizada: eram pequenos produtores, sem os meios de produção necessários, vindos da miséria, que encontravam na capital uma condição de vida um pouco melhor⁶. Havia alguma inscrição nas redes de sociabilidade em seus lugares de origem, todavia essa inserção não significava uma integração na produção e, principalmente, distribuição da riqueza. Quando chega à cidade, o

⁵ Em relação à origem do morador de rua, em Brasília há uma particularidade, “enquanto na capital a maior parte é de migrantes, particularmente recém chegados (72% vindos do Nordeste em 1996), nas demais cidades é nascida nos próprios estados”(Bursztyn, 2000: 235).

⁶ Na mesma pesquisa, “85% alegam que migraram por estarem passando fome; 78% não tinham emprego fixo na origem” (Idem:239) e 77% afirmam que vieram para a capital porque “Brasília é um bom lugar para se obter algum rendimento e porque é uma cidade onde não se passa fome” (Idem: 242)

migrante que não possui redes de sociabilidades prefixadas acaba indo morar na rua. Neste novo ambiente, encontra uma série de mecanismos e acaba por construir novas redes de inscrição relacional que facilitam sua vida nas ruas. Mesmo assim, apesar de suas relações no interior do grupo, o morador de rua, não se integra à sociedade, se tornando, antes, um perigo à ordem e estruturas vigentes por ser considerado um inútil para o mundo, um supranumerário. Por isso não é um absurdo conceitual considerar o morador de rua um excluído, e não um desfilhado, pois ele jamais fez parte dessa sociedade salarial garantidora dos benefícios da cidadania, sua condição é antes um estado e não um processo pelo qual passou, sendo empurrado para a zona de invalidação social. Não formam “guetos”, pois o direito a um local de moradia lhes é negada, e não constituem uma etnia, são frutos da discriminação e do abandono de seu próprio grupo social. São excluídos das benesses da sociedade e, no entanto, fazem parte de sua dinâmica. O que ocorre no seu centro, de fato, aumenta essa zona de invalidação social.

Para se sair desta armadilha conceitual, podemos dizer que em uma realidade tão heterogênea quanto a brasileira, de um passado tão cheio de pobreza e miséria, não se pode eliminar nem uma nem a outra afirmativa. Usemos o termo desfiliação, desde que não se perca de vista que nem todos que estão na zona de invalidação social alguma vez já foram filiados; usemos o termo exclusão, desde que também reconheçamos que entre os “velhos excluídos” estão os “novos excluídos”, que passaram pelo processo de invalidação social descrito por Castel e que se tornaram, devido a isso, supranumerários. Não obstante, para evitar esse tipo de aporia, quando houver referência ao processo pelo qual o indivíduo passa da zona de integração e/ou vulnerabilidade para a zona de invalidação será utilizado o termo desfiliação, e quando for referida a condição em que vive este invalidado, ou mesmo aquele que sempre o foi, será usado o termo exclusão, ou invalidação social. Para os indivíduos que passaram por esse processo de desfiliação usaremos o termo desfilhados, e para todos os que vivem nessa condição, independentemente da origem, será usado o termo excluídos, ou invalidados, ou ainda supranumerários. Este último conceito ainda remete à questão do déficit de lugares, da inutilidade social, ganhando ainda mais importância quando nos referimos aos catadores de lixo.

Observamos, então, que a parcela da população que se propõe a catar o lixo compreende aqueles que estão na zona de exclusão/desfiliação que, se tornando moradores de rua e/ou estando invalidados/desqualificados pelo capital para se inserir no mercado de

trabalho, percebem na reciclagem do lixo uma maneira de reinserção no mercado de trabalho. Aqueles que estavam inúteis para o mundo ressurgem, a partir da coleta de lixo, com uma nova utilidade econômica, social e também ambiental, podendo participar novamente do ciclo econômico. No entanto, as condições de vida do catador mostram que, sobretudo no caso do morador de rua, a reinserção no processo produtivo não significa (re)integração social, no sentido aqui discorrido anteriormente. Essa não-integração se dá primeiro por este ser um trabalho precarizado no qual o catador vai buscar a sobrevivência no presente, isto é, não garante a ele nenhuma proteção contra a invalidez, por exemplo. O segundo motivo é que este tipo de trabalho, além de não precisar de um trabalhador qualificado contribui muito pouco para a qualificação do catador, se mostrando, pelo contrário, um fator negativo perante o mercado de trabalho. O terceiro motivo é que trabalhar com o lixo envolve, também, uma relação de manuseio e até de afetividade, com o lixo, objeto de repulsa da sociedade como um todo. O catador é, muitas vezes, confundido com o seu instrumento de trabalho, o lixo.

8.5. O lixo e o catador

Apropriando-nos da idéia anteriormente discutida de pureza e impureza como componente fundamental do universo simbólico do lixo, podemos visualizar algumas semelhanças entre o catador e seu objeto de trabalho, além de uma implicação bastante peculiar do significado do lixo no status que é dado ao trabalho de catação. O lixo, apesar de sua impureza característica, é passível de purificação. Essa purificação se dá por meio da reciclagem, necessitando, para isso, ser apropriado por seu agente transformador, o catador. No entanto, o catador que lida com este lixo no momento que ainda está impuro, antes da reciclagem, é “contagiado” por essa impureza e também se torna sujo. Não suficiente sua relação com esse objeto impuro, o catador também é visto como um elemento pertencente à esfera dos não-integrados, aos supranumerários. O lixo, um objeto inútil enquanto tal, o catador, tido como um sujeito inútil para o mundo, sem lugar na sociedade: relação duplamente excludente, levados em consideração os limites impostos pela sociedade. No entanto, assim como o lixo pode ser “purificado” pela ação da reciclagem e integrado no processo produtivo, o catador também pode ser “purificado” e integrado à sociedade. Há, de fato, uma homologia de posições entre os lugares ocupados pelos catadores na sociedade e o lixo no processo de produção, estando ambos, em um primeiro momento, descarta-

dos para a sociedade, e se configurando como um perigo para ela, e, em seguida, sendo reinseridos, reconquistando sua utilidade e voltando a fazer parte de sua dinâmica de reprodução.

Vimos anteriormente que o trabalho de catação se configura como um trabalho precarizado e que, portanto, não integra o catador às relações sociais subjacentes a uma sociedade salarial, antes o coloca na zona de vulnerabilidade. Ele vai buscar, então, uma forma alternativa de integração social, a formação de cooperativas. Essa estratégia tem sido utilizada diversas vezes na história, visando resgatar a dignidade dos trabalhadores, sendo amplamente buscada pelos catadores de lixo organizados coletivamente. Enquanto a reciclagem visa a reinserção do lixo na cadeia de produção, a cooperativa vai visar a reinserção dos catadores nas relações sociais mediadas pelo trabalho.

Todavia, a passagem da zona de vulnerabilidade para a zona de integração se faz não sem tensão. Não é muito diferente da tensão que o próprio catador enfrenta no momento em que, através da reciclagem, ele sai da zona de exclusão para a zona um degrau acima, o de vulnerabilidade. De fato, a catação se configura como um emprego precarizado, o que caracteriza a zona de vulnerabilidade, mesmo assim a sociedade não reconhece esse trabalho, que lida com o lixo, como um trabalho no mesmo nível de outros tipos de trabalho, mesmo aqueles que são também informais, como o serviço doméstico, a construção civil e o comércio ambulante. Na hierarquia dos trabalhos precarizados, o da catação de lixo se configura como o que ocupa uma das posições mais baixas. O motivo para tal discriminação reside no fato de ser este um trabalho realizado, principalmente, por indivíduos desvalidos socialmente, como os moradores de rua, e de ter como objeto os resíduos gerados pela atividade econômica da sociedade, o lixo. Do mesmo modo, há uma tensão no que se refere à passagem da zona de vulnerabilidade à zona de integração. Essa tensão gera sofrimento, sofrimento que deve ser enfrentado pelo catador para a realização da passagem rumo à integração social. Esse sofrimento é gerado tanto pela sociedade inquiridora e discriminadora, quanto pela relação que ele tem com o próprio trabalho, e o significado que dá a ele, e também pelas relações que os catadores cooperados têm entre si. De fato, para o restante da sociedade o catador é constantemente relacionado ao lixo, ou seja, há uma identificação do trabalhador com seu objeto de trabalho. Nas palavras de uma catadora:

*Esse povo pensa que porque a gente trabalha com lixo a gente se transforma num lixo*⁷.

Não obstante, para a sociedade a catação é uma tarefa da população sem trabalho e sem moradia, dos supranumerários. Quando pessoas pertencentes a uma determinada comunidade se propõem a catar lixo, elas rompem com a estrutura simbólica da comunidade, passam a representar um perigo para a ordem desse coletivo e, devido a isso são rompidos os laços relacionais com eles.

Nós éramos tratados como loucos, tem gente que virava a cara pra gente. Pessoas que a gente conhecia e que ia na nossa casa, nos chamava pra churrasco na casa deles, depois que a gente começou a trabalhar com lixo, nem nos cumprimentava.

A tarefa de catação é alvo de dois tipos de discriminação, por conta do significado simbólico que lhe é dado. O primeiro é relacionado com o objeto de trabalho, o lixo, o outro diz respeito ao estatuto social que geralmente é associado a tal tarefa, o de morador de rua, de supranumerário, de pessoa sem vínculos sociais. A catação é um trabalho identificado como residual por dois fatores: seu objeto é um resíduo, o lixo, e seu sujeito também, o supranumerário. No caso desses catadores vê-se que são indivíduos com alguma inscrição relacional na comunidade e que, mesmo desempregados ou com empregos precários, ainda têm, para com a comunidade, um sentimento de pertencimento. Ao passar a trabalhar com o lixo, produto “execrado” socialmente, eles são identificados com seu objeto de trabalho e com as pessoas que freqüentemente são associadas a esse trabalho, pessoas de “status social zero”, os moradores de rua, e passam a ser discriminados na própria comunidade.

Deste modo, torna-se possível também perceber a diferença, nesse caso em particular, entre a realidade da pobreza e o fenômeno da exclusão social. A privação de bens materiais, o que caracteriza a pobreza, apesar de também fazer parte da realidade de inúmeros moradores de rua e catadores de lixo, também é parte da realidade das famílias que excluíram esses outros membros de sua convivência. Nas declarações supracitadas, as catadoras, moradoras de uma cidade periférica de Brasília, relatam o processo de rompimento dos laços sociais que possuíam com a sua comunidade a partir do momento em que começaram a catar lixo para sobreviver. O trabalho dessas catadoras representava para aquela comunidade um perigo à ordem social e mais, um fator que, na visão dos sujeitos

⁷ Entrevista realizada em outubro de 2004 com uma catadora, membro da cooperativa 100 Dimensão, para a realização de minha monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília.

inscritos naquela comunidade e, portanto, situados em uma posição definida da estrutura social, poderia retirar um dos traços marcantes que distinguem a posição ocupada pelos moradores daquela comunidade da posição dos sujeitos cuja catação é tida como tarefa típica, os moradores de rua, os excluídos. O fato de estarem realizando essa tarefa de catação significa, para as catadoras, o rompimento com as normas e estruturas simbólicas vigentes naquela comunidade, que são também traços de distinção social. De acordo com Bourdieu (1966):

Uma classe social nunca é definida somente por sua situação e por sua posição numa estrutura social, isto é, pelas relações que elas mantêm objetivamente com as outras classes sociais; ela deve também muitas de suas propriedades ao fato de que os indivíduos que a compõem entram deliberadamente ou objetivamente em relações simbólicas que, expressando as diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendem a transmutá-las em *distinções significantes* (Bourdieu, 1966: 63)

No entanto, diferentemente do que o próprio Bourdieu, pensava, esses traços distintivos não estão presentes apenas naquelas posições cuja condição econômica permite uma ênfase no aspecto simbólico, mas são traços que também se encontram presentes nos grupos sociais de menor poder aquisitivo. No caso mencionado, os moradores daquela comunidade em sua maioria ou se encontram desempregados ou subempregados, com rendimentos muitas vezes inferiores ao rendimento conseguido pela catação, e, mesmo assim, a dimensão sobretudo simbólica desse trabalho representa de tal modo o questionamento de tais traços distintivos que demandou a apartação daqueles que se propunham a catar lixo. Talvez a inconsciência de tal possibilidade de valorização simbólica das classes economicamente mais fragilizadas seja motivada pelo pressuposto de que partia Bourdieu que, tal como Weber, via a manifestação das distinções simbólicas no momento do consumo e não do trabalho ou da produção.

O jogo das distinções simbólicas se faz pois nos limites estreitos definidos pelas coerções econômicas e permanece, por esse fato, um jogo de privilegiados das sociedades privilegiadas que se podem dar ao luxo de dissimular as posições de fato, isto é, de força, em posições de sentido (Idem: 75).

Quando justamente é o contrário, são sobretudo as distinções simbólicas que permitem o auto-reconhecimento como pertencente a um grupo e não a outro, que diferenciam o pobre do excluído, o vulnerável do marginal. A catação de lixo, para esses catadores, significa a entrada na esfera econômica, mas a apartação na vida social. Possibilita o traba-

lho, mas um trabalho de tal maneira desvalorizado que é preferível o não-trabalho. A sujeição a essa tarefa pode representar para aquele grupo social, ao menos na dimensão simbólica, uma queda de posição, uma redução de status. Eis o paradoxo enfrentado pelo catador de lixo: catar lixo tira o catador da exclusão (por meio do ganho material), mas também o coloca na exclusão (através do rompimento dos laços sociais motivados aspecto simbólico ligado a tal tarefa).

Tal situação só começa a ser mudada com a organização que esses catadores começam a esboçar, sob a égide da Economia Solidária, que permite o reconhecimento social dos sujeitos e do trabalho que realizam. Desta forma, entende-se que a tarefa de catação – por permitir a organização coletiva daqueles que realizam esse trabalho, por meio da formação de cooperativas – possibilita a formação de uma identidade própria, o que dificilmente se consegue entre moradores de rua e desempregados, e torna possível a luta por melhores condições de vida, por um espaço social decente e, por conseguinte, permite o rompimento com aquele processo que leva e mantém o indivíduo na exclusão social.

8.6. A recente mobilização dos catadores

Não obstante as condições adversas dos catadores e sua posição dentro da sociedade, a crescente organização de cooperativas e associações tem ajudado a situar os catadores nos debates públicos que os afetam diretamente e, mesmo, pautar a agenda política para assuntos que envolvam questões referentes às políticas públicas de trabalho, inclusão social, ordenamento urbano e meio ambiente. Para adquirirem essa força política, os catadores vêm desenhando, ao longo dos últimos anos, uma articulação que envolve redes locais, regionais, nacionais e até internacionais.

Em 1999 ocorreu o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, onde surgiu o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Em junho de 2001, o movimento, ainda incipiente, organizou, em Brasília, o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras do país inteiro. Nesse congresso, foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades daqueles que sobrevivem da coleta de materiais recicláveis.

No ano de 2003 acontece, então, o 1º Congresso Latino-americano de Catadores, em Caxias do Sul – RS, que reuniu catadores de diversos países. Como resultado desse

congresso, é escrita a Carta de Caxias, que difunde a situação dos catadores da América Latina, unificando a luta entre os catadores de mais de 8 países.

Em nível local, os catadores de materiais recicláveis de Brasília, a partir do congresso de 2001, passam a organizar o Fórum Lixo e Cidadania que, além dos representantes das cooperativas de reciclagem, contam com a participação de diversos atores, como a Cáritas, a Fundação Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Universidade de Brasília.

Em 2003, em encontro realizado no ginásio da AABB (Associação Atlética Banco do Brasil), que contou com a presença de quase 1.000 catadores, foi aprovado o “Manifesto de apoio à criação da Central de Catadores”. Essa Central teria os seguintes objetivos:

- a) Fortalecer as entidades filiadas na busca por melhores preços e novos mercados;
- b) Funcionar como facilitadora no processo de capacitação de recursos humanos;
- c) Buscar medidas que levem à eliminação de intermediários no processo de comercialização de recicláveis;
- d) Representar e defender os interesses das organizações filiadas junto aos poderes públicos;
- e) Apoiar e orientar a criação de novas entidades de catadores (Streit, 2006: 53).

Em fevereiro de 2006, é criada a CentCoop, Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal e Entorno, primeiramente composta por quatro cooperativas (100 Dimensão, Cortrap, Fundamental e Superação), aquelas que já estavam legalizadas, no entanto, na prática, treze cooperativas já vêm participando ativamente de sua construção. A CentCoop possui diversos parceiros, dentre os quais se destacam a FBB e a Unitrabalho. Nos últimos meses, e como forma de dar prosseguimento ao planejamento inicial feito em meados de 2006, a CentCoop, tem se empenhado em melhorar a situação operacional, ampliar a comercialização e desenvolver os recursos humanos das cooperativas envolvidas.

Cooperativa/ Associação	Nº. de trabalhadores
Cortrap	110
Superação	70
Fundamental	30
100 Dimensão	250

Apcorp	230
Astradsm	450
Coopernoos	35
Coopernov	24
Apcorb	30
Ambiente	1200
Reciclo	57
Ageplan	200
Cataguar	79
Total	2765

Tabela 2. Trabalhadores englobados pela CentCoop

PARTE III

A PESQUISA

9. Delineamentos gerais da pesquisa

Para a realização desta pesquisa, foram escolhidas quatro cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal. Essas quatro cooperativas foram escolhidas a partir de um quadro geral de cooperativas existentes no DF, com base no cadastro realizado pela Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal e Entorno. As escolhas partiram da preocupação da pesquisa de se abordar, comparativamente, como as relações recíprocas se apresentam e influenciam nos resultados econômicos dos Empreendimentos de Economia Solidária. A partir dessa preocupação inicial, foi feito um levantamento geral de como estão as cooperativas do DF. O objetivo desse levantamento foi localizar aqueles empreendimentos que possuem similaridades no que tange à situação fundiária e legal, à infra-estrutura, nível de organização, materiais coletados, número de parceiros, quantidade de trabalhadores, tempo de operação, entre outros. Como foram encontradas cooperativas em situações completamente diferentes (vide quadro abaixo), jamais uma igual à outra, foi feita uma pesquisa prévia de quais seriam os elementos, dentro de uma cooperativa, que realmente causam impacto e tornam extremamente difícil, quando não impossível, uma comparação.

Variável Cooperativa	Local	Número de trabalhadores	Situação fundiária	Situação legal	Infra-estrutura
Cortrap	Estrutural	110	Local cedido em comodato (construindo galpão)	Cooperativa legalizada	Céu aberto
Fundamental	Planaltina	30	Local emprestado (foi cedido terreno, mas não começaram as obras)	Cooperativa legalizada	Céu aberto (pequena cobertura)
Cooperativa	SIA	150	Local cedido em comodato <i>Trabalho e moradia</i> (até pouco tempo moravam em invasão)	Cooperativa legalizada	Galpão
Reciclo	Pistão Sul	57	Invasão <i>Trabalho e moradia</i>	Cooperativa em processo de legalização	Céu aberto
Ambiente	Estrutural	1200	Lixão – Local cedido em comodato (construindo galpão)	Associação legalizada	Céu aberto

Astradasm	Santa Maria	450	Invasão <i>Trabalho e moradia</i> (só 1) (foi cedido terreno, mas não começaram as obras)	Associação legalizada	Céu aberto
Ageplan	Vila Planalto	200	<i>Trabalho e moradia em residência própria</i>	Cooperativa em processo de legalização	Céu aberto
100 Dimensão	Riacho Fundo	250	Local próprio	Cooperativa legalizada	Galpão
Cataguar	Ceilândia	79	Local emprestado (recém retirados de invasão no Guará)	Associação legalizada e Cooperativa legalizada	Galpão
Superação	Recanto das Emas	70	<i>Trabalho e moradia em residência própria</i>	Cooperativa legalizada	Céu aberto
Apcorb	L4 Sul	230	Local emprestado	Associação legalizada	Galpão
Copernov	Varjão	24	Local emprestado	Grupo Informal	Céu aberto
Coopernoes	Estrutural	35	Invasão	Grupo Informal	Céu aberto
Apcorp	Ceilândia	30	Local emprestado	Associação legalizada	Galpão

Quadro 1. Situação geral das cooperativas de reciclagem do DF

Nessa análise, dois elementos saltaram aos olhos, a situação fundiária e a infraestrutura produtiva. A situação fundiária de algumas cooperativas se mostra extremamente complicada: ocupação ilegal de área pública. Quando a essa característica se junta a infraestrutura precária, para não falar inexistente, encontramos uma situação difícil para a cooperativa. E, como se não bastasse, quando unimos tudo isso a uma moradia extremamente precária, sem saneamento básico, segurança e energia, percebemos que o grupo de catadores, e seus filhos e cônjuges, se tornam heróis, simplesmente por sobreviver.

Dito tudo isso, elegi como prioridade a análise de cooperativas que estivessem numa situação de precariedade como acima descrevi. No entanto, encontrei apenas uma cooperativa que respondesse a todos os requisitos, a Reciclo, de Taguatinga. Procurei outras

cooperativas com situação parecida. A única que conjugava o trabalho e moradia no mesmo local foi a Coopativa, no entanto essa cooperativa já possuía um galpão, apesar de a habitação ainda ser em invasão próxima ao local de trabalho. Foi outra cooperativa escolhida. Quase desisti de fazer a pesquisa nessa cooperativa quando, alguns dias antes da visita, “agentes do GDF retiram invasão de catadores do Setor de Inflamáveis” (manchete nos principais jornais da cidade – jan/fev 2007). Não desisti de realizar a visita na Coopativa e tal fato se mostrou extremamente interessante, pois (infelizmente para Cooperativa e felizmente para o pesquisador) tem engendrado mudanças significativas nas relações sociais dos cooperados. Os resultados dessas mudanças, todavia, só poderão ser analisados a médio prazo.

Outras duas cooperativas cuja situação eram similares, ou possuíam, no meu modo de ver, elementos que as aproximavam eram a Cortrap e a Coopernoes. A primeira, apesar de ter um galpão em construção, vinha trabalhando no terreno em frente a céu aberto. E a segunda, além de ser uma espécie de dissidência da Cortrap, também realizava sua atividade em um terreno ocupado irregularmente. A grande diferença das duas para as demais é que seus cooperados moravam em casas e não em barracos de lona. E mais uma característica os aproximavam todos – mas esta, só vim a descobrir posteriormente –, a maior parte dos catadores que fazem parte dessas cooperativas são ou foram moradores de rua.

Uma vez escolhidas as cooperativas foi realizada uma pesquisa exploratória em cada uma delas, em que foram entrevistados alguns membros, entre cooperados, diretores e presidente. Em uma segunda visita foram feitas entrevistas em grupo de cinco a seis pessoas, a fim de perceber algumas manifestações coletivas e, posteriormente, foram aplicados questionários de avaliação de dados objetivos da cooperativa como um todo e feitas entrevistas individuais para captação de dados mais subjetivos. Em cada cooperativa foram feitas seis entrevistas individuais.

Além desses dados diretamente coletados nos empreendimentos, foram utilizados documentos da CentCoop que possuem informações extremamente valiosas.

Os dados coletados foram referentes às seguintes áreas:

1. Dados gerais (breve histórico do grupo, início das atividades, situação legal e fundiária, infra-estrutura, equipamentos, parcerias, quantidade de material coletado, renda auferida)

2. Planejamento (se possuem plano de negócios, se fazem algum planejamento das atividades)
3. Controle financeiro (fluxo de caixa, capital disponível, dívidas)
4. Organização do trabalho (se o trabalho é individual ou em grupo, divisão do trabalho e dos ganhos)
5. Autogestão e democracia (funcionamento das instâncias democráticas, se fazem reuniões, se possuem conselhos e diretoria, como funcionam)
6. Liderança (relação dos cooperados com a liderança, no campo das relações interpessoais e não institucionais)
7. Reciprocidade interna (relações recíprocitárias, confiança, relações de grupo, conflitos, amizades, atividades coletivas)
8. Reciprocidade externa (relação com parceiros e apoiadores)
9. Aspectos subjetivos (como a situação de trabalho, as relações no interior do grupo e a organização do trabalho influenciam na mobilização subjetiva para a cooperação)

Esses foram os aspectos levantados e analisados nessa pesquisa e que, depois da descrição detalhada das características de cada grupo, serão comparados e analisados globalmente sob o ponto de vista da abordagem descrita e defendida nos capítulos anteriores.

10. Cortrap

A Cortrap é uma cooperativa de catadores que funciona na Estrutural. Suas atividades, como grupo de catadores ainda informal, começaram há 7 anos. Hoje é uma cooperativa formalizada, membro fundador da Central de Cooperativas de Reciclagem do Distrito Federal e Entorno. Possui um local cedido em comodato pelo Governo do Distrito Federal, onde está sendo construído o galpão. Este galpão foi conseguido graças a uma parceria firmada junto à Fundação Banco do Brasil. Atualmente, as atividades da cooperativa são realizadas em um local que fica em frente ao terreno cedido, cujas condições são completamente inadequadas tanto para o trabalho de triagem quanto para as reuniões dos cooperados. Contam ainda com um barracão onde é feito e exposto o trabalho de artesanato com materiais recicláveis (mobiliário com garrafas PET, cestos e objetos decorativos diversos feitos com jornais). Possuem uma prensa e uma balança – também doadas pela FBB – que não estão em uso pela falta de lugar adequado. De acordo com os dados passados para a CentCoop (jul/2006), os materiais e a quantidade comercializada pela Cortrap é a seguinte:

PLASTICO DURO	PAPEL MISTO	PAPEL BRANCO	PAPELÃO	JORNAL	PET	COMPRADOR
2,0 T/mês	5,0 T/mês	50,0 T/mês	150,0 T/mês	24,0 T/mês	10,0 T/mês	Capital Recicláveis

A renda média de seus trabalhadores, segundo informação da diretoria, é de R\$ 400,00. O material é coletado por dois caminhões, um de propriedade da própria cooperativa e outro emprestado pela empresa Capital Recicláveis (que também cede alguns contêineres), que compra todo o material comercializado pela cooperativa. Estes dois caminhões coletam o material em pontos previamente estabelecidos, inclusive em alguns órgãos públicos.

A Cortrap passou, no último ano, por um processo de reestruturação produtiva e de reorganização do trabalho. Esse processo consistiu na mudança de uma forma de organização do trabalho individualizada, na qual cada catador era responsável por um ponto de coleta e pela triagem do material que lá era coletado, ganhando de acordo com sua produção, para uma organização mais coletivizada, onde os pontos de coleta são de toda a cooperativa e todo o ganho é repartido igualmente entre os cooperados, variando somente de acordo com o número de dias trabalhados. O processo produtivo antes praticado permitia

uma diferença gritante entre os ganhos dos cooperados: aqueles que tinham melhor ponto de coleta, ou seja, que conseguiam um volume de material maior e mais limpo, ganhavam muito mais do que aqueles que tinham um ponto ruim. Essa forma de organização ainda permitia a relação de assalariamento entre os catadores: aqueles cujo ponto não vingava ou que não possuíam nenhum ponto de coleta acabavam sendo pagos por aqueles que tinham maior volume de material. As diferenças de ganhos eram brutais, chegando os donos dos melhores pontos a ganharem mais R\$ 1.000,00 mensais enquanto os “assalariados” ganhavam cerca de R\$ 200,00. A atual forma de organização da cooperativa acabou com essa prática, sendo que as retiradas dos trabalhadores são feitas com base nos dias trabalhados. A opinião dos cooperados quanto à mudança diverge no que se refere à eficiência do atual modo de organização do trabalho: a maioria acha a mudança positiva, mas também aponta o fato de o trabalho coletivo impedir a medição da produtividade dos cooperados e isso acarretar em certo desleixo de alguns trabalhadores que acabam trabalhando menos e ganhando o mesmo que os outros. Os problemas gerados por esta situação vêm sendo contornados pelo aumento da produtividade que a coletivização e a adoção de um sistema produtivo similar a uma linha de montagem fordista proporciona. Mesmo assim, conta-se que vários catadores saíram da cooperativa por insatisfação com o atual modelo. Alguns deles formaram outra cooperativa (também estudada nessa pesquisa), a Coopernoes, que se localiza a algumas dezenas de metros de distância da Cortrap.

10.1. Planejamento e controle financeiro

A cooperativa ainda não fez um plano de trabalho (ou de negócios), mas realiza, anualmente, um planejamento participativo com seus cooperados. No entanto, não foi detectado nenhum mecanismo de acompanhamento das ações programadas no planejamento.

Existe um controle do fluxo de caixa que é feito pelo tesoureiro com base nos dados repassados pela Capital Recicláveis nos momentos das vendas. Do montante ganho com as vendas, 3% fica para a cooperativa, para os gastos com os caminhões e eventuais gastos administrativos. Percebe-se uma relação bastante estreita, que também se percebe em outras cooperativas, com a empresa Capital Recicláveis: o controle do fluxo de caixa é feito com base nos dados repassados pela empresa, a porcentagem da cooperativa fica retida na fonte, na hora do pagamento do material vendido pela cooperativa, sendo os custos referentes a ambos os caminhões (mesmo o que pertence à cooperativa) já descontados do

montante que fica para a cooperativa como capital disponível. Outro fato importante em relação às finanças é que a cooperativa não possui pendência fiscal ou tributária.

10.2. Organização do trabalho

Como já foi colocado, o processo produtivo se caracteriza por ser coletivo. Existe uma diferenciação mínima de papéis, em que principalmente mulheres e idosos se responsabilizam pela triagem e os homens pelo acompanhamento da coleta nos pontos em que o caminhão passa diariamente. Há alguns que tomam conta dos pontos da cooperativa, para evitar extravio, outros que conduzem e ajudam os caminhões no momento do despejo do material que vai passar pela triagem e no momento em que os caminhões vão levar o material para ser comercializado. O presidente, o tesoureiro e alguns cooperados, em rodízio, acompanham a comercialização. De acordo com as informações obtidas, as divisões de tarefas, responsabilidades e de funções são democraticamente definidas e têm apresentado bons resultados.

Os ganhos são divididos igualmente, ao final de cada semana, de acordo com o número de dias trabalhados pelos cooperados.

10.3. Autogestão e democracia

Percebe-se, na Cortrap, uma preocupação bastante presente entre os cooperados quanto a manter as instâncias democráticas da cooperativa em funcionamento: as assembleias gerais, o conselho fiscal e a diretoria. São realizadas assembleias mensalmente que contam com mais de 75% da presença dos cooperados. Nessas assembleias, de acordo com as informações passadas por membros da diretoria, há uma participação moderada nas discussões mais relevantes, com 50% dos presentes, em média, se manifestando. As decisões tomadas pela maioria são respeitadas. Também há a prática constante da elaboração e divulgação, para os cooperados, do balancete fiscal. Este balancete é cobrado pelos cooperados que já tiveram a experiência, com dois presidentes anteriores, de serem enganados e perderem dinheiro.

10.4. Liderança

Quando o assunto a ser discutido foi a liderança exercida pelo presidente da cooperativa, praticamente houve consenso entre os cooperados da eficiência, transparência, confiabilidade, respeito à opinião de todos e da imprescindibilidade do presidente na cooperativa. Todos acentuam que este foi o único presidente que não se aproveitou da cooperativa e que ainda consegue benefícios para ela e seus cooperados. Apesar da admiração pelo presidente, notou-se, nas entrevistas, a valorização das instâncias democráticas e a preocupação em sua manutenção e fortalecimento que, segundo alguns cooperados, são a base que sustentam a legitimidade do presidente.

10.5. Reciprocidade interna

De acordo com as entrevistas realizadas, as relações recíprocas dentro da cooperativa, como amizade, nível de confiança entre os cooperados, eventos e atividades que juntam todos da cooperativa, a ajuda mútua, o reconhecimento, existem, mas são elementos não muito constantes. Verifica-se que essas relações ficam bastante restritas a grupos familiares e a relações de amizade pouco abrangentes. Em alguns momentos, determinados cooperados e ex-cooperados comentam a respeito da família do presidente estar mais a par das coisas da cooperativa, estar em peso na diretoria e excluir os outros das principais decisões concernentes à cooperativa. Esta, todavia, não foi a opinião geral, partindo de maneira mais direta de ex-membros da cooperativa.

Quando falamos de relações recíprocas, não podemos perder de vista que nem sempre essas relações são simétricas, ou seja, têm como sujeitos indivíduos em posições equânimes. A reciprocidade assimétrica também é um elemento constante, mesmo em um Empreendimento de Economia Solidária, e exerce um papel muito importante em qualquer tipo de organização social. As relações internas simétricas, isto é, aquelas cujos atores são pares com a mesma posição hierárquica na organização, também podem ser divididas entre aquelas restritas (ao âmbito familiar, círculos de amizade fechados) ou as ampliadas, em que é aceita a participação de outros indivíduos ou grupos que, a princípio, não fazem parte das relações de proximidade.

No caso da Cortrap, nota-se a maior presença de relações recíprocas restritas, o que torna a mobilização dos atores em prol da cooperativa um pouco mais difícil, pois reduz a confiança dos membros entre si e restringe a dinâmica de reconhecimento a um pequeno grupo de colaboradores. Essas relações podem acabar levando a uma desmobili-

zação geral, que só não ocorre pela presença, esta muito mais generalizada, de uma relação reciprocitária assimétrica, ou seja, dos membros do grupo com o líder, bastante consolidada. As pessoas, apesar de dizerem não confiar umas nas outras, afirmam confiar no líder. Essa confiança é renovada em cada reunião, através da prestação de contas, da conquista de novos benefícios trazidos pelo presidente, da preocupação e do respeito que os entrevistados afirmam que existem por parte do presidente em relação a todos da cooperativa.

10.6. Reciprocidade externa

A Cortrap possui relação com diversas entidades externas. Algumas dessas relações podem ser definidas como reciprocitárias, pois envolvem a tríade da dádiva (dar, receber e retribuir), as noções de interesse e desinteresse, de obrigação e liberdade e, principalmente, porque visam criar laços entre as entidades.

Essas relações também podem ser caracterizadas como simétricas ou assimétricas. As relações reciprocitárias externas simétricas são aquelas relacionadas à interação existente entre a cooperativa e seus pares, como o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e os outros empreendimentos que fazem parte da CentCoop. Com ambas as entidades, a Cortrap apresenta um elevado nível de integração, o que proporciona uma troca de experiências, a ampliação da rede de contatos e o fortalecimento da classe dos catadores frente ao poder público e ao mercado de reciclagem. Também podemos colocar como relações simétricas as relações da Cortrap com entidades parceiras e apoiadores que não criam, por meio das posições diferenciadas, relações de dependência entre o empreendimento e a entidade, e que preservam a autonomia da cooperativa. Nesse sentido, podemos acrescentar as relações da Cortrap com a FBB, com a CEF e com os órgãos públicos que cedem seu lixo para a cooperativa coletar.

No que tange às relações assimétricas, verifica-se o relacionamento que a Cortrap possui com a empresa “sucateira” para quem vende todo o seu material, a Capital Recicláveis. As relações existentes entre a Cortrap e a Capital não se resumem pura e simplesmente às relações mercadológicas. Não é somente o fato de monopolizar a compra de materiais recicláveis que subordina uma cooperativa como a Cortrap, mas o próprio ato de emprestar um caminhão, contêineres, de ajudar a cooperativa no controle de sua saúde financeira, implica em ganhos e prejuízos para a cooperativa. Dois fatores justificam colocar essa relação entre cooperativa e empresa como reciprocitária (assimétrica, é bem ver-

dade): o fato de não gerar obrigações contratuais (somente aquelas referentes ao uso do caminhão) e de visar, sobretudo, a aliança entre as duas entidades. A não-geração de obrigações contratuais (a cooperativa ainda pode vender para outros compradores e o preço do produto não é prefixado) acaba por fragilizar ainda mais a cooperativa, pois coloca a possibilidade de ganho do lado mais fraco nas mãos do outro ator, que monopoliza o mercado da reciclagem e que detém o controle sobre a utilização de uma ferramenta essencial ao trabalho da cooperativa. Logicamente o laço que se cria, através dessa relação recíproca é um laço de dependência de um para com o outro, não um elo horizontal que permite a autonomia dos atores envolvidos.

10.7. Aspectos subjetivos

Quando avaliamos os aspectos subjetivos das relações de trabalho dos catadores, o elemento exclusão social sempre está presente. No caso da Cortrap, isso não é diferente. A história da origem dos catadores que fazem parte dessa cooperativa mostra que grande parte é oriunda ou de rincões afastados e miseráveis ou das ruas de grandes cidades, mais especificamente de Brasília. A realidade de exclusão e a tarefa de catação de lixo são os dois principais fatores que uniram essas pessoas e que permitiram a formação da cooperativa. No entanto, como a tarefa de catação é anterior à organização da cooperativa, alguns hábitos concernentes à catação individual continuam arraigados enquanto outros têm se modificado. A catação em si e a separação do lixo eram tarefas individuais. As pessoas que se uniam normalmente eram da mesma família, os homens saíam para catar e as mulheres ficavam na separação do material.

Quando há a mudança do trabalho individualizado para o trabalho coletivo, os hábitos anteriores também precisam ser mudados. Para um catador que costumava ter o rendimento diretamente proporcional ao seu trabalho, a mudança para um regime que prioriza não o ganho individual, mas o coletivo, onde todos ganham o mesmo valor independente do seu ritmo, implica em um impacto nos valores. O regime anterior evita determinados problemas, como o corpo mole, a preguiça, a diminuição da produtividade individualizada, no entanto impede uma divisão do trabalho mais aprofundada que também acarreta em ganho de produtividade, mas agora uma produtividade coletiva. A resistência provocada por esses hábitos antigos favorece a desconfiança entre os membros da cooperativa, impede o reconhecimento do *outro* como alguém que contribui tanto quanto *eu* para o sucesso

do *nosso* trabalho. Esses fatores agem na desmobilização dos sujeitos e podem acarretar no acirramento de conflitos existentes dentro do grupo. Nesse sentido, é imprescindível que se tenham mecanismos, dentro da cooperativa, que permitam às relações recíprocas simétricas aflorarem, conduzindo à geração de confiança e reconhecimento entre os pares, não somente em escala restrita como ocorre hoje, mas sobretudo em um amplo espectro, para que possam atingir todos os trabalhadores.

É interessante notar que nenhum dos entrevistados se colocou na posição de que trabalha menos do que os outros. Todos relataram que há pessoas que trabalham menos, isso mostra que há um controle social, mesmo que não-sistematizado, do trabalho, mas nenhum se encaixa nesse perfil. Percebe-se que, independentemente do que existe de fato, no campo das relações sociais, há um déficit do que Godbout chama de “endividamento mútuo positivo”. Isso significa que há um sentimento geral de que as pessoas dão muito mais do que recebem, o que acaba prejudicando a geração de confiança entre as pessoas do grupo e pode acarretar numa desmobilização e a conseqüente queda de produtividade da cooperativa. E por que isso não ocorre?

Não podemos negar que há, na Cortrap, elementos que agem na mobilização do grupo, permitindo a formação de uma identidade própria. Um dos elementos verificados é fato de a cooperativa proporcionar, junto a atores externos uma visibilidade antes impensada. Vários cooperados lembram com orgulho das reuniões de membros dessa e de outras cooperativas com pessoas do primeiro escalão do governo federal e distrital. Outros citam o fato de o trabalho do catador já ser reconhecido. Há ainda aqueles que se mostram orgulhosos de serem agentes ambientais. Toda essa auto-afirmação enquanto catador envolve uma ressignificação do trabalho que realizam, do objeto de seu trabalho e das relações que os catadores têm com outros atores sociais.

Os benefícios conquistados pela cooperativa, como o terreno, o caminhão, a prensa, os pontos de coleta nos órgãos públicos, também são um forte incentivo à mobilização dos catadores. Além disso, destaca-se o funcionamento das instâncias decisórias, que permitem a participação dos cooperados e a discussão de problemas e dificuldades enfrentadas cotidianamente, e o estabelecimento de regras claras, definidas coletivamente, que regem o trabalho na cooperativa. O funcionamento dessas instâncias e normas reduz o perigo de desmobilização dos atores, existente por causa do baixo índice de reciprocidade simétrica ampliada dentro da cooperativa.

11. Coopernoes

A Coopernoes é um grupo informal composto por 35 catadores, dos quais cerca de um terço saiu da Cortrap. A saída da Cortrap se deve, na maioria dos casos, à mudança ocorrida no processo produtivo, com a coletivização do trabalho. A saída desses membros e a conseqüente formação da Coopernoes aconteceu há cerca de dois anos. Está localizada entre a Vila Estrutural e o Parque Nacional de Brasília, em um terreno invadido, sendo que a localização em uma Área de Proteção Ambiental (APA) acarreta problemas com o Ibama freqüentemente. Não possuem nenhuma indicação de que a cooperativa será contemplada com um terreno para a construção de seu galpão. Provavelmente, em virtude de sua proximidade com a Cortrap, os agentes do governo esperam que a Coopernoes se junte à referida cooperativa, ou divida o espaço com ela. Outra possibilidade é a Coopernoes ser realocada em outra Região Administrativa que ainda não tenha uma cooperativa de reciclagem. Não possuem um galpão para o trabalho de despejo do material e triagem, nem local adequado para reuniões. Também não possuem equipamentos como balança e prensa. Da mesma maneira que a Cortrap, utilizam um caminhão cedido pela empresa que compra todo o seu material, a Capital Recicláveis. A Coopernoes também faz parte da CentCoop, não formalmente, por ainda não ter sua situação legal regularizada, mas já participa das reuniões e das decisões da Central.

A renda dos catadores que fazem parte da Coopernoes varia de R\$ 150,00 a R\$ 600,00. Essa diferença entre o maior e o menor rendimento se dá porque, na Coopernoes, o trabalho é individual, existem os “donos das baias” e aqueles que são assalariados, ou seja, são pagos pelos donos por meio de diárias. A diária de um trabalhador assalariado é de R\$ 10,00.

11.1. Planejamento e controle financeiro

Não foi desenvolvido, na Coopernoes, o plano de negócios ou de trabalho da cooperativa. Também não é feito nenhum planejamento das atividades.

O presidente da Coopernoes possui um controle parcial das contas das cooperativas, anotando todo o dinheiro que entra para a cooperativa e os gastos diversos. Assim como a Cortrap, a Coopernoes utiliza os dados levantados pela Capital Recicláveis para controlar seu caixa, o dinheiro devido a cada cooperado e os gastos na manutenção do ca-

minhão, cujos valores já são retidos na fonte. A cooperativa reserva 3% dos ganhos na comercialização para cobrir suas despesas, como os gastos na manutenção do caminhão. Como ainda não é formalizada, a Coopernoes não possui gastos tributários nem com contador. Não possuem dinheiro em caixa. Quando necessitam de algum capital, é feito um rateio entre os cooperados para cobrirem os gastos. Outra estratégia utilizada é o pedido de empréstimo para a Capital Recicláveis, que posteriormente desconta o valor do material comprado junto à cooperativa.

11.2. Organização do trabalho

Na Coopernoes, o processo produtivo é individualizado. Como já foi colocado, a Coopernoes foi criada justamente para abrigar os catadores descontentes com a coletivização do trabalho levado a cabo na Cortrap. Há os cooperados que são os donos das baias e aqueles que são pagos para separar o material dessas pessoas. Os proprietários das baias recebem por quantidade de material vendido, já os assalariados recebem por dia de trabalho (R\$ 10,00 a diária). Além de manterem propriedade sobre as baias de separação do lixo, esses catadores-proprietários também são donos de determinados pontos de coleta, onde, entre o final da tarde e o início da manhã, os caminhões passam para recolher o lixo. Foi relatado que os donos das baias e dos pontos, às vezes, passam a madrugada inteira cuidando de seus pontos para que não seu material não seja extraviado ou levado por outros catadores. É responsabilidade do dono desses pontos zelar pelo seu material até o momento em que o caminhão passa para coletá-lo.

Alguns cooperados não utilizam a mão-de-obra assalariada, preferindo separar seu próprio material e cuidar da própria baia. Para fazerem isso, esses cooperados contam com a ajuda de seus familiares, alguns também donos de baias, e dividem o trabalho entre si: determinados dias alguns tomam conta dos pontos e outros trabalham na triagem, nos outros dias revezam as posições.

As questões administrativas ficam sob responsabilidade de uma única pessoa, o presidente. Às vezes um outro cooperado ajuda o presidente nos processos administrativos, mas, sem uma divisão de funções e de trabalho mais clara, a responsabilidade recai toda sobre o presidente da cooperativa, que acaba centralizando a maior parte das informações.

11.3. Autogestão e democracia

No quesito de autogestão, a Coopernoes convive com um sistema bastante ambivalente: de um lado as instâncias decisórias e de controle democrático (diretoria, conselhos e, principalmente, assembleias gerais) inexistem, por outro, as relações de proximidade do presidente com os cooperados e a postura não-autoritária do mesmo simulam uma espécie de democracia consultiva em relação às principais decisões.

Nesse ponto, destaca-se o fato de que um outro cooperado já ocupou o cargo de presidente durante algumas semanas e foi retirado pelos outros cooperados, que alegam que “ele não fez nada”, o que contribuiu para transformar a cooperativa, naquele período, em “uma bagunça”. Após esse breve período, o antigo presidente e fundador da cooperativa foi reconduzido ao cargo, no qual permanece até os dias atuais.

Não existe, na Coopernoes, nem conselhos nem diretoria, mas são realizadas, mensalmente, reuniões com todos os cooperados, em que é divulgado o balancete fiscal, são repassadas as informações relevantes e são decididas as principais questões concernentes à cooperativa. Outro ponto destacado pelos cooperados é o fato de as decisões tomadas pela maioria serem rigorosamente respeitadas pelo presidente.

11.4. Liderança

Ao contrário da Cortrap, na Coopernoes não são as instâncias democráticas que legitimam o presidente, mas as relações entre os cooperados e o presidente que tornam sua figura respeitada e admirada pelo coletivo.

Como, de fato, não existem as instâncias decisórias e de controle democrático, excetuando as reuniões mensais, que também não são assembleias, a ausência de um autoritarismo mais ostensivo é mantido única e exclusivamente por uma relação de proximidade entre os cooperados e a liderança que age como corpo regulador das ações da presidência. Todos do grupo dizem ser o presidente uma pessoa íntegra, transparente e que respeita as opiniões dos outros cooperados. Dois elementos captados pelas entrevistas: primeiro, apesar de o presidente respeitar as opiniões dos outros, quando essas opiniões divergem da dele ele sempre tenta – e frequentemente consegue – atuar de acordo com suas idéias, não por meio da imposição, mas do convencimento – o que mostra que ele é uma pessoa bastante hábil politicamente –; segundo, os cooperados também se mostram satisfeitos com a

não-interferência do presidente no processo produtivo de cada cooperado, respeitando a individualidade de cada um no trabalho e, o que lhes é bastante caro, mantendo a ordem para que cada um ganhe de acordo com sua produção (no caso dos donos das baias) ou com o tempo de trabalho (no caso dos assalariados).

11.5. Reciprocidade interna

No que tange às relações recíprocitárias internas, percebe-se que, assim como na Cortrap, os catadores da Coopernoes tendem a possuir maior parte das relações recíprocitárias simétricas com seus familiares que trabalham na cooperativa. O trabalho individualizado torna isso ainda mais presente, já que as relações mais próximas com os outros colegas de trabalho ficam dificultadas com cada um trabalhando em sua baía. Também se vê muito pouco a ajuda mútua entre os cooperados, excetuando o caso daqueles que possuem parentes também trabalhando na cooperativa, como o caso de dois primos, cada um dono de uma baía, que se ajudam na separação, no cuidado com o ponto de coleta e em outros momentos.

O fato de não terem muita relação com os outros também reduz, segundo os relatos, os casos de formação de subgrupos (as panelinhas) e de disseminação de informações não-pertinentes geradoras de conflitos inter-pessoais (as famosas fofocas). A falta desse tipo de relação recíprocitária simétrica acaba por reduzir ou ocultar (o que é mais provável) tensões dentro da cooperativa que só aflorariam e gerariam conflitos, como se percebe na Cortrap, no momento em que o contato mais próximo entre os cooperados resultasse numa real interferência dos comportamentos e práticas individuais na vida de cada um. O grau de confiança dos catadores uns para com os outros também é baixo, já tendo havido conflitos por causa de desconfiança, o que acarretou, inclusive, na expulsão de um cooperado.

Há, no entanto, na cooperativa, mais por iniciativa do presidente, uma preocupação de integração de todo o grupo. Isso se explicita nas diversas confraternizações organizadas dentro da cooperativa que contam com a participação de todos, ou quase todos, da cooperativa.

Como já foi colocado, as relações dos cooperados com o líder também é muito importante na manutenção da coesão dentro da cooperativa. Essas relações recíprocitárias assimétricas se mostram muito dependentes do carisma do líder e da capacidade que este

tem de, no relacionamento cotidiano e sem a presença de instâncias formais de legitimação da liderança, retribuir a confiança dos cooperados por meio do respeito à maneira de trabalhar de cada um e da manutenção da ordem e das condições requeridas para o bom andamento dos trabalhos.

11.6. Reciprocidade externa

Apesar de a Coopernoes participar da CentCoop, as relações que as duas entidades possuem não trouxe, ainda, benefícios para a cooperativa. Existe a possibilidade de ser disponibilizada, para a Coopernoes, uma prensa, no entanto, como a Coopernoes não possui nem um terreno e muito menos um galpão onde possa ser colocada essa prensa, não há expectativa que isso ocorra logo. Seria necessário que a Coopernoes estabelecesse outras parcerias com outras entidades para conseguir um espaço adequado para o trabalho e a alocação da prensa.

Outra relação mantida pela Coopernoes é com a empresa Capital Recicláveis, que cede um caminhão para a cooperativa. Esta relação recíproca assimétrica mantém a Coopernoes em uma posição ainda mais delicada que a Cortrap, pois, enquanto esta última ainda possui outro caminhão, a Coopernoes não utiliza outro veículo a não ser o caminhão emprestado pela Capital. Essa relação, duplamente subordinante, coloca a Capital em uma posição invejável: além de ser a única compradora do material (ou seja, coloca o preço no patamar que quiser), detém a ferramenta mais importante da cooperativa sob seu controle. Na atual situação, a Coopernoes não possui alternativa, pois sem essa parceria suas condições de trabalho seriam ainda mais precárias. O único meio de sair dessa relação e preservar sua autonomia frente à empresa é constituir novas parcerias e tecer redes que possibilitem novos ganhos e novas perspectivas para seu trabalho. A aproximação e o fortalecimento da CentCoop, se coloca, então, como uma alternativa estratégica para a consolidação da cooperativa e a melhoria das condições de trabalho dos catadores.

11.7. Aspectos subjetivos

Quanto aos aspectos subjetivos, nota-se, através das entrevistas individuais e em grupo, que os catadores pertencentes à Coopernoes mantêm, no campo de análise deontológico, uma cultura que valoriza bastante os aspectos individualistas próprios de uma organização tipicamente capitalista. O misto de sociabilidade primária e secundária confere

às relações internas da cooperativa uma característica própria bastante marcante. Não há, na Coopernoes, o perigo de desmobilização coletiva, justamente porque não existe essa mobilização dentro da cooperativa. Como cada um trabalha em seu espaço e responde pela própria produção, a produtividade e as estratégias engendradas para a melhoria do processo produtivo são basicamente individuais. Se elas se tornam gerais, isso se dá muito menos por uma estratégia coletiva de adaptação às situações de trabalho do que pela disseminação de práticas que se mostram comprovadamente mais eficientes – mas que são produzidas e reproduzidas no campo de práticas individualizadas.

As famílias que se organizam em grupos de ajuda mútua são uma exceção a essa regra, se colocando como incipientes alternativas de organização coletiva do trabalho. Mas ainda são muito restritas a pequenos grupos, carecendo de mecanismos de ampliação desse tipo de prática. De fato, para que o trabalho coletivo seja implementado em uma organização, é necessário que haja um corpo normativo que regule esse trabalho e um conjunto de valores que fundamente as regras e os comportamentos desejados em um grupo. E é exatamente esse corpo normativo e deontológico que falta à Coopernoes para que se implemente uma organização de trabalho coletivo.

A valorização do trabalho individualizado, que garante a retribuição monetária de cada membro de acordo com a produção, acaba criando cooperados de primeira e de segunda categorias. Aqueles que possuem uma baía e um ponto de coleta ganham de acordo com aquilo que produzem e podem pagar para outras pessoas trabalharem para si. Os outros que, pelos mais diversos motivos, não possuem uma baía, têm uma remuneração muito inferior àquela dos donos das baias e proporcionam que estes aumentem sua produção e, conseqüentemente, seus rendimentos. Faz-se mister acrescentar que não há impeditivo dentro da cooperativa – seja por parte do presidente ou do coletivo de catadores – para que outros catadores adquiram baias. A única exigência é a de que os donos das baias também tenham pontos de coleta. No entanto, para ter um ponto de coleta é necessário que o catador tenha disponibilidade de cuidar de seu ponto. Alguns catadores, destacadamente as mulheres, por terem dificuldades em manterem seus pontos com uma produtividade elevada, acabaram optando pelo assalariamento.

A principal motivação apontada para fazerem parte da cooperativa advém dos benefícios proporcionados por serem um conjunto de trabalhadores, como a cessão do caminhão, que dificilmente conseguiriam se trabalhassem isoladamente.

12. Reciclo

A Reciclo é uma cooperativa ainda não formalizada que funciona no Pistão Sul, em Taguatinga, próximo ao supermercado Carrefour e da escola Leonardo da Vinci. O grupo iniciou suas atividades há cerca de 9 anos, quando várias pessoas passaram a ocupar o local em que estão atualmente. Outros cooperados se juntaram a esses catadores nos últimos anos. No entanto, o início da organização dos catadores em cooperativa começou somente há dois anos, por sugestão de uma pastoral ligada à Igreja Católica que acompanha e ajuda este grupo. Atualmente, a Reciclo possui 57 catadores, em sua maioria mulheres. Nesse local moram 40 famílias, tendo 85 crianças. De acordo com a presidente todas as crianças estudam e/ou estão em creches. O terreno em que estão localizados foi ocupado ilegalmente pelos catadores, servindo tanto como local de trabalho quanto como local de moradia. A situação em que vivem e trabalham é bastante precária. A área mede aproximadamente sete mil metros quadrados, dentro de um cerrado já bastante degradado pela ocupação desordenada do solo. Um muro que cerca a linha do metrô limita a área de ocupação a leste e uma linha de transmissão de energia corta, no sentido norte-sul, a área. Espalhados nesse espaço, dezenas de barracos de lona, nem um pouco atrativos para o mercado imobiliário, se erguem sobre o cerrado. Cães de todos os tipos espiam ao redor. Nos períodos de chuva (em que foi realizada a pesquisa), com a lama e a água empoçada, cria-se a condição perfeita para o desenvolvimento de agentes patogênicos. Vários barracos possuem televisores. É nesse ambiente que moram e trabalham os catadores, alguns há nove anos.

Possuem algumas poucas carroças e carrinhos para carregarem o material. Nos locais onde é feita a triagem não há nem as baias, que ajudariam a conter o lixo. Não há nenhum outro equipamento. Da CentCoop, da qual também fazem parte, já está garantido a vinda de pelo menos uma balança e uma prensa.

Além da CentCoop e da pastoral católica, a Reciclo conta com o apoio de voluntários da Caixa Econômica Federal, de policiais da 21ª Delegacia de Polícia, localizada nas proximidades, e de outra cooperativa de reciclagem, a 100 Dimensão. A pastoral ajuda a cooperativa principalmente por meio de doações, além de já ter realizado um curso de alfabetização de adultos com alguns cooperados; os voluntários da CEF vêm ajudando na formalização da cooperativa; os policiais civis eventualmente realizam campanhas de doa-

ção de roupas e alimentos; e a 100 Dimensão prometeu ceder um terreno que haviam ganhado em Taguatinga para a Reciclo – o terreno ainda está em fase de regularização.

De acordo com dados da CentCoop (jul/2006), o material comercializado pela Reciclo é:

PLASTICO FINO	PAPEL MISTO	PAPEL BRANCO	PAPELÃO	JORNAL	PLAST. DURO	PET	ALUMINIO	COMPRADOR
5,0 T/mês	15,0 T/mês	16,0 T/mês	8,0 T/mês	6,0 T/mês	4,00 T/mês	6,0 T/mês	3,00 T/mês	*

A Reciclo, ao contrário das outras duas cooperativas já analisadas, não vende para a Capital Recicláveis, mas para diversos atravessadores, de acordo com o melhor preço oferecido. O que não representa necessariamente uma vantagem, pois esses atravessadores normalmente vendem para a Capital, o que significa que eles pagam um preço ainda menor pelo material do que a própria Capital. O rendimento médio do catador nessa cooperativa é de R\$ 250,00.

12.1. Planejamento e controle financeiro

Não há, na Reciclo, qualquer tipo de planejamento das atividades ou controle de fluxo de caixa. Também não há nenhum fundo da cooperativa para eventuais gastos administrativos e de manutenção. Como a cooperativa ainda não foi formalizada, esse tipo de controle ainda não foi visto como necessário. O que deve mudar ou causar alguma ruptura com a formalização prevista para acontecer nos próximos meses.

12.2. Organização do trabalho

Todo o processo produtivo, na Reciclo, é realizado individualmente ou em pequenos grupos. Esses grupos, em sua maioria familiares, são formados por homens e mulheres, normalmente maridos e esposas, que se dividem entre o trabalho de catação, que é feito com as carroças (de tração animal) ou carrinhos (de tração humana), e o de triagem, que é feito na área ocupada, a céu aberto. Comumente, as mulheres ficam na triagem e os homens vão para as ruas coletar o lixo, mas, quando necessário, as mulheres também saem às ruas para a catação. Algumas delas preferem esta tarefa.

As pessoas que trabalham em um grupo repartem o ganho conseguido com a venda do material catado e separado. Ou seja, salvo exceções, a maior parte do trabalho não é

feito individualmente, mas em pequenas células de produção. O que cada cooperado ganha depende da produção de sua célula e a divisão dos ganhos no interior de uma célula é equânime. De fato, é um misto de trabalho coletivo com o trabalho individualizado.

Como já foi colocado, praticamente inexistem tarefas administrativas no interior da Reciclo, por isso não há divisão de funções ou diferenciações mais profundas de papéis, apenas aquelas em cada célula de produção. O que há é uma função política que é exercida pela presidente, tanto em âmbito interno quanto nas relações externas do grupo com parceiros, poder público e os compradores do material.

12.3. Autogestão e democracia

Em relação à autogestão, a Reciclo convive com a informalidade da maioria das instâncias decisórias e com a pouca utilidade do conselho fiscal e da diretoria. A presidência, a diretoria e os conselhos são escolhidos através de assembleias gerais, que não ocorrem desde junho de 2005. Semanalmente e quando necessário são convocadas reuniões para serem repassadas informações e serem decididas questões importantes referentes à cooperativa. Essas reuniões contam com a presença de praticamente todos os cooperados, que têm amplo espaço para se manifestar e defenderem suas idéias. Essas reuniões também possuem a serventia de resolver problemas de conflitos dentro do grupo, o que, segundo os relatos, reduz o “disse-me-disse”. As decisões tomadas nessas reuniões são respeitadas e seguidas pela liderança. No entanto, como ainda não há um caixa da cooperativa, não há divulgação de balancete fiscal. A diferença entre a maior e a menor remuneração é ínfima, já que a divisão, no interior das células de produção, é feita igualmente e a produtividade dessas células também não varia muito.

12.4. Liderança

A relação entre os membros da Reciclo e a presidente da cooperativa, assim como na Coopernoes, estão ancoradas no carisma pessoal da líder. O nível de legitimidade que ela conseguiu na cooperativa, que é bastante alto, foi construído principalmente através da postura e do empenho que ela vem demonstrando ao longo dos nove anos em que ela mora na área ocupada pelos catadores. Todos os entrevistados disseram que a presidente é uma pessoa confiável, eficiente e não-autoritária. Além disso, admitiram que a cooperativa não pode prescindir de sua presença e que possuem profunda admiração por ela. É importante

salientar que a presidente tem apenas dezenove anos de idade e é fisicamente franzina. A liderança que exerce, inclusive com os homens, nas condições de existência da cooperativa é realmente admirável.

12.5. Reciprocidade interna

Como o local ocupado pela cooperativa também é o lugar habitado pelos cooperados, as relações de proximidade são tecidas de maneira muito mais profunda e abrangente do que em outros empreendimentos, nos quais os participantes só interagem algumas horas do dia. Praticamente não há separação entre casa, lazer e trabalho nas relações dos membros da Reciclo. As relações estabelecidas no trabalho implicam transformações no campo das relações familiares, de vizinhança, nas festividades e eventos que unem a coletividade. O contrário também ocorre com bastante desenvoltura.

A vida comunitária está bastante presente no local. A cozinha, muitas vezes comunitária, a ajuda de um para com o outro, as relações familiares que se expandem, assistir televisão no barraco do outro, já que a energia puxada não dá conta de atender a muitas TVs ligadas. As especificidades de morar em um local com condições tão precárias acabam por desenvolver estratégias de sobrevivência, de divertimento e de reprodução da vida social que se caracterizam pelo retorno à vida comunitária.

Há também os eventos que unem todos da cooperativa, como as festividades de aniversário, casamento, feriados e, mais cotidianamente, a oração coletiva do terço, que em cada dia é rezado em frente ao barraco de cada cooperado. A reza do terço conta com a presença de praticamente toda a comunidade que habita o local.

Há um número grande de pessoas pertencentes a três ou quatro famílias que já moram no local há bastante tempo e que acabam atraindo outros familiares de suas regiões de origem, o que forma grandes aglomerados familiares. Mas um fenômeno chama a atenção: os casamentos entre homens e mulheres de famílias diferentes, o que acaba aproximando essas famílias que, a princípio, só tinham o fato de morarem no mesmo local em comum. Isso faz com que tenhamos grandes redes familiares dentro da cooperativa.

De fato, percebe-se que as relações recíprocas simétricas no interior da cooperativa, ao contrário do que se relata em outras, não ficam restritas a pequenos grupos, mas vão se ampliando e abrangendo número cada vez maior de catadores. Isso ocorre, princi-

palmente, pela proximidade dos domicílios dos cooperados, o que gera relações mais estreitas entre as pessoas e permite, por exemplo, que as experiências de vida dos membros se tornem muito mais próximas, resultando em casamentos, organização de eventos coletivos e momentos de efervescência de uma espécie de sentimento coletivo de pertencimento. Nesse sentido, os casamentos, o terço, a TV comunitária, as festas, exercem um papel bastante importante na aproximação das pessoas. Isso, entretanto, não ocorre de uma hora para outra, é importante lembrar que a maior parte das famílias mora e trabalha nesse local há quase 9 anos.

12.6. Reciprocidade externa

Mesmo informalmente, a Reciclo participa da CentCoop. A formalização da entrada da Reciclo na Central vai se dar a partir do momento em que a Reciclo se tornar, legalmente, uma cooperativa. Essa parceria deve beneficiar a cooperativa, brevemente, com uma prensa e uma balança. No entanto, para ter a prensa e a balança, a Reciclo precisa regularizar sua situação fundiária e construir um galpão. Para conseguir isso, a Reciclo vem tecendo uma parceria junto à 100 Dimensão, que deve ceder um espaço doado em Taguatinga para a Reciclo. A Reciclo também participa do Movimento Nacional de Catadores, sendo que a presidente esteve em um encontro do movimento em Belo Horizonte no ano de 2006.

Como já foi colocado, a Reciclo vem sendo apoiado por diversas entidades, dentre as quais se destaca a pastoral católica da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, localizada na Colônia Agrícola Vicente Pires. Essa pastoral já atuou no início da formação da cooperativa, realiza um “sopão” semanal, já trabalhou na alfabetização de adultos e também se colocou como mediadora nas relações conturbadas da cooperativa com agentes do governo responsáveis pelas constantes derrubadas de barracos dos catadores.

Atualmente a presidente vem tentando um acordo com o GDF para que os catadores da cooperativa sejam alocados em uma área de transição até que o terreno cedido pela cooperativa 100 Dimensão esteja regularizado e possa receber esses catadores. Enquanto isso não ocorre, o temor das retiradas se mantém dentro da cooperativa.

12.7. Aspectos subjetivos

No que se refere aos aspectos subjetivos dos catadores que fazem parte da cooperativa, o medo é uma constante, pelo menos nos últimos meses.

Na última aparição do Siv-Solo – órgão responsável por vigiar, reprimir e retirar a ocupação ilegal e desordenada do solo no DF –, foi trazida a equipe do BOPE – Batalhão de Operações Especiais da PM –, que agiu com uma violência descomunal. Destruiu e enterrou vários bens de muitas pessoas, deu tiros, jogou bombas, bateu, não respeitou crianças nem idosos. O medo de acontecer novamente a derrubada de barracos e a destruição dos pertences dos moradores dessa área é algo presente entre os catadores. Toda semana, entre segunda e sexta-feira, há no grupo a apreensão de que, a qualquer momento, *eles* podem vir e destruir tudo. Muitos já perderam tudo nessas ações, até seus documentos. Eventualmente, aparece um carro do Siv-Solo, anda vagorosamente até o fim da rua e o agente diz que os barracos serão derrubados naquela semana, ou mesmo naquele dia. Fica aquela apreensão a semana inteira. Às vezes a ação acontece, outras não. Como trabalhar com esse medo constante? Alguns já desistiram e foram embora, outros se mantêm firme graças aos esforços coletivos, dos catadores e dos parceiros, e ao trabalho de convencimento realizado pela presidente. A ação da Pastoral já ajudou, inclusive, na diminuição da violência dos policiais a idosos e crianças. Mas a violência continua, o trabalho e o medo também. Houve trégua do final do ano de 2006 até dia 08 de janeiro de 2007. O prazo expirou, de lá para cá ficam somente a apreensão e o medo de que essa ação possa ocorrer sem que eles estejam presentes e que todos os bens sejam destruídos.

Segundo as informações dos membros, boa parte das ações é realizada por causa das reclamações dos vizinhos (supermercados e escola), que alegam que moradores da invasão os incomodam pedindo esmola dentro dos supermercados e em frente à escola, além de que quando há alguma ocorrência de roubo ou furto, a primeira suspeita recai sobre eles. De acordo com os cooperados, o problema são os moradores da parte inicial da invasão, que não são da cooperativa, que têm o costume de pedir esmola nesses locais com suas crianças e que não atendem às reivindicações dos catadores da cooperativa para pararem com tais práticas. Quando perguntados do porquê de os outros habitantes do local não entrarem na cooperativa, a resposta foi que eles não aceitam as decisões que são tomadas coletivamente e que eles preferem sobreviver pedindo esmolos a catar lixo.

Outro risco, esse ainda mais silencioso e até mais mortal, é o fato de a rede de transmissão de energia passar por cima de onde vivem esses catadores. Alguns já adquiri-

ram algumas doenças que podem estar diretamente relacionadas a essa estrutura. Todos negam já ter tido alguma doença relacionada ao trabalho que fazem, no entanto duas pessoas da cooperativa vêm apresentando sintomas de doenças que, se não estão relacionadas à tarefa, podem estar ligadas ao local onde vivem, insalubre e próximo a linhas de alta tensão.

Os cooperados mostram ter orgulho de irem aos supermercados e comprar as coisas que precisam com o dinheiro do suor de seu trabalho. Mas isso não impede o preconceito. As pessoas “olham torto”, desconfiam, os seguram os seguem para que não roubem nada. Alguns escondem para os colegas de escola – os que estudam – ou de trabalho – uma pessoa tem emprego formal numa fábrica de sapatos – onde moram e em quê trabalham. Situações de se esconderem dentro da carroça por que um conhecido está passando na rua foram relatadas. Outros dizem não se importar, principalmente os mais velhos, ou os que moram no local há mais tempo: dizem sentir orgulho do trabalho que fazem.

De acordo com uma senhora, antes da cooperativa, os catadores não existiam, ninguém os via, todos passavam por eles olhavam, mas não os enxergavam. Agora eles se sentem realmente existentes. Além disso, a cooperativa dá ânimo para trabalhar. Uma pessoa anima a outra. “Trabalhar sozinho é muito ruim”. Se a cooperativa não existisse, muitos já teriam ido embora. Com a cooperativa, eles podem reivindicar melhores condições, conseguir novos apoios, juntar mais material, adquirir bons parceiros. A prática de solidariedade também é comum, muito em virtude da precariedade de sua situação. Essa precariedade se manifesta também em sentimentos e lembranças que demonstram as privações e o sofrimento que estas causam para suas vidas. Quando perguntados do que mais sentiam falta por morarem no local onde moram, em barracos de lona, as respostas foram: geladeira, cama, armários, chuveiro, paredes e teto. A falta de geladeira impede que se guardem alimentos perecíveis e que se faça, por exemplo, um suco gelado em dia de calor. Apesar da falta de chuveiro, tomam banho todo dia, com balde e caneca. Nas palavras de uma delas: “senão ninguém agüenta, né?”

Pode-se perceber que o medo e a discriminação são dois elementos que apontam para a resistência que o real e o outro exercem na realização do trabalho, que está intimamente ligado ao modo de vida desses catadores. De fato, estes são elementos que se localizam mais externamente do que internamente na cooperativa. Para se confrontarem com essas resistências, os catadores elaboram estratégias que visam manter tanto a integridade

individual quanto a integridade do coletivo. Entre essas estratégias, podemos perceber que aquelas que buscam manter as pessoas muito próximas umas às outras, que possibilitam um sentimento de partilha da vida comunitária, permitem a defesa contra o estilhaçamento provocado pela discriminação e pelo medo. Os laços comunitários e a criação de laços seguros fora da cooperativa, com os diversos parceiros e apoiadores, são a única forma de manter o grupo integrado e as pessoas mobilizadas para continuarem seu trabalho e sua luta. O reconhecimento conferido por essas relações age no sentido contrário à invisibilidade e ao descaso percebido dentro da cidade em que habitam. É importante frisar também que, em virtude desse medo de que ocorra uma ação de retirada – que se percebe cada vez mais próxima –, os catadores praticamente pararam seu trabalho, reduzindo as saídas para a coleta ao mínimo possível. Quando foram realizadas as últimas entrevistas, estavam sobrevivendo por meio de doações.

A organização do trabalho dos catadores da Reciclo mostra uma estratégia bastante peculiar no que tange à mobilização dos sujeitos para o trabalho. A fim de terem uma produtividade razoável sem precisar recorrer ao trabalho assalariado, e mantendo as remunerações pouco diferenciadas, foi criada uma maneira de trabalhar que une elementos da produção individual com outros elementos da produção coletiva: a organização em grupos de tamanho médio (cada um conta com cerca de 6 a 10 cooperados). Já foi tentada a montagem de grupos maiores, mas acarretou em problemas de desconfiança e de sumiço de dinheiro, o que provocou a redução do tamanho dos grupos. Esses grupos são organizados segundo as afinidades e a função que cada cooperado exerce na cooperativa (triagem ou catação). Por exemplo, cada grupo conta com três catadores e quatro separadores. As afinidades pessoais, que são levadas bastante em consideração, não estão ligadas necessariamente a laços familiares, sendo bastante comum que membros da mesma família façam parte de grupos diferentes. As escolhas das pessoas com que vão trabalhar partem mais das experiências cotidianas de reciprocidade, marcadamente aquelas geradoras de confiança e reconhecimento mútuo.

13. Cooperativa

A Coopativa é uma cooperativa formada por catadores que habitavam as imediações do Setor de Inflamáveis, ao lado do SIA. Assim como na Reciclo, na Coopativa, os catadores e suas famílias moravam e trabalhavam em um mesmo local. Este local, também ocupado irregularmente, se caracterizava pelas condições precárias de habitação e trabalho, muito similar àquela situação da Reciclo. Além das condições precárias, os catadores ainda contavam com os constantes conflitos com os órgãos fiscalizadores do GDF. A partir de 2005, com a mudança de postura do governo local em relação aos catadores, foi feito um acordo entre a Coopativa e o GDF, que cedeu um espaço no local para a construção do galpão. Mesmo com a construção e a ida para o galpão, ainda não finalizado, os catadores continuaram morando no espaço invadido, no meio do cerrado. Recentemente, entre janeiro e fevereiro de 2007, o GDF, com a mudança de governo, retirou os catadores da invasão. Após essa retirada, os catadores que habitavam o local passaram a alugar ou morar de favor com parentes e amigos na Vila Estrutural, que fica bastante próxima. Outros passaram a morar “temporariamente” no galpão.

Os primeiros catadores chegaram há dez anos no local, atraindo outras pessoas na mesma situação. A cooperativa só foi formada, no entanto, há cerca de cinco anos, com a chegada do atual presidente, que organizou os catadores em cooperativa. A Coopativa já está devidamente legalizada e conta com 45 membros registrados, no entanto o número de catadores que lá trabalham passa de 150. Os catadores possuem as próprias carroças e a cooperativa conta com um caminhão, que recolhe o material em determinados locais e também leva o material já separado para a empresa compradora.

Além da parceria anteriormente firmada com o GDF, que cedeu o terreno para o galpão, a Coopativa conta, ainda, com o apoio da FBB, que fez a doação do caminhão e ajudou na construção do galpão, da qual também participaram voluntários da CEF. A Coopativa não participa da CentCoop, tendo o presidente já recusado diversas vezes o convite de dirigentes da Central para integrá-la.

A renda dos catadores da cooperativa varia entre R\$ 200,00 e R\$ 900,00. Essa diferença se dá porque também existe, na Coopativa, regime de assalariamento.

13.1. Planejamento e controle financeiro

Assim como as outras cooperativas, a Coopativa não possui um plano de negócios, e também não realiza planejamento das atividades. Nenhum cooperado soube dizer se a cooperativa possui um controle de fluxo de caixa, o qual o presidente também não informou. A cooperativa conta com a contribuição de 2% do total das vendas feitas por cada cooperado. Mesmo assim, ao que tudo indica, não há capital disponível para investimentos.

13.2. Organização do trabalho

Todo o processo administrativo e político dentro da cooperativa é controlado pelo presidente. Na Coopativa, o trabalho é realizado individualmente ou em pequenos grupos, em sua maioria familiares. Há, também, a prática de assalariamento entre os cooperados. Aqueles que são donos de baias, carroças e pontos assalariam outros para ajudá-los principalmente na triagem. Os cooperados afirmam ter bastante autonomia para trabalharem e venderem como quiserem, desde que contribuam com os 2% da cooperativa, estabelecendo autonomamente, inclusive, o valor pago aos trabalhadores assalariados. Como a cooperativa conta com um galpão, que protege contra as intempéries do clima, e permite a autonomia produtiva dos catadores, a demanda de catadores que querem entrar para a cooperativa é alta, o que já acarreta a falta de espaço no galpão, que possui 1.500m². De acordo com as entrevistas realizadas, na cooperativa, somente entra quem o presidente deixa. Todo cooperado tem direito a montar sua baia, desde que haja espaço dentro do galpão. Algumas baias, inclusive estão localizadas ao redor do galpão, fora da área coberta. Há alguns casos, inclusive incentivados pelo presidente, de união entre cooperados que trabalhavam em baias separadas.

13.3. Autogestão e democracia

A gestão da Coopativa é altamente centralizada. De acordo com vários cooperados, o presidente se auto-nomeou ao cargo e não abre mão de sua posição. Há conselho fiscal e diretoria, mas estes não funcionam. As pessoas próximas ao presidente têm alguma influência no processo decisório, mas estão completamente subordinadas à sua autoridade. Há casos de membros da diretoria que discordavam do modo do presidente agir e que saíram, pois não conseguiram a abertura democrática que ansiavam.

Também não são realizadas assembleias gerais ou reuniões para discutirem e decidirem questões pertinentes à cooperativa. Eventualmente, o presidente convoca espontaneamente os cooperados para passar alguma informação ou anunciar alguma decisão tomada individualmente. Ainda de acordo com as entrevistas, nessas reuniões, poucos são os que opinam e menos ainda são aqueles que discordam da opinião do presidente. Também não é divulgado um balancete fiscal com a prestação de contas da cooperativa pelo presidente. Em suma, as instâncias democráticas inexistem na Coopativa.

13.4. Liderança

A maior parte dos cooperados entrevistados ou foram críticos em relação à liderança exercida pelo presidente ou foram reticentes, mostrando, através do silêncio, que há muito constrangimento na relação entre as diferentes posições hierárquicas dentro da cooperativa. No geral, houve reclamações da falta de transparência do presidente, da falta de respeito que ele tem para com os cooperados – gritando com uns e com outros e partindo até mesmo para a violência física –, e de que ele não abre espaço para a livre manifestação de descontentamento com os rumos que a cooperativa tem tomado. Há também aqueles que vêem no presidente uma pessoa admirável que conduz a cooperativa a um futuro bastante promissor. De acordo com essas pessoas, a reclamação dos outros cooperados é fruto de ingratidão, já que o presidente conquistou tantos benefícios para todos da cooperativa.

Percebe-se que há uma insatisfação com o autoritarismo do presidente. No entanto, como esse autoritarismo não reflete no modo de trabalho dos cooperados, ele é permitido e, algumas vezes, até justificado como meio de manutenção da ordem. A legitimidade do presidente se encontra, também, no fato de que, na história da cooperativa de confrontos e, posteriormente, acordos com o GDF, o presidente sempre teve um papel muito importante, e até heróico: primeiro, enfrentando os agentes do governo e policiais e, depois, sentando-se à mesa de negociações com a vice-governadora da época, que conseguiu para a cooperativa algumas garantias, como o terreno e a trégua nas retiradas. Este período se caracterizou pelos benefícios conquistados pela Coopativa: a cooperativa teve seu galpão construído, foi recebido o caminhão, a cooperativa passou a coletar material em órgãos públicos, ou seja, um tempo em que houve melhoria nas condições de vida dos catadores. Como o presidente sempre foi o mediador entre os parceiros e os cooperados, a imagem de que ele consegue muitos benefícios para a cooperativa é bastante recorrente.

13.5. Reciprocidade interna

As relações entre os catadores da Coopativa podem ser divididas em dois momentos: o primeiro, que se refere ao período anterior à retirada dos barracos; e o segundo, após a retirada da invasão. Quando os membros da cooperativa habitavam o cerrado, mesmo espalhados em um espaço de aproximadamente 5 mil metros quadrados, as relações de proximidade eram muito mais presentes. As festividades que ocorriam em virtude de aniversários, datas comemorativas e casamentos eram constantes. Depois da derrubada, esses acontecimentos têm se tornado cada vez mais raros. Pelo pouco tempo de mudança, provavelmente, ainda não foram desenvolvidas alternativas que substituam as antigas formas de reprodução das relações recíprocitárias. Há, também, de acordo com relatos, a prática de casamentos entre membros de famílias diversas que moravam no local, criando, assim laços entre pessoas de famílias diferentes e redes inter-familiares.

As relações recíprocitárias restritas são muito mais presentes, mesmo com a ampliação, por meio dos casamentos e eventos que uniam toda a comunidade, dos laços de proximidade. O trabalho, antes feito no cerrado, sempre foi muito individualizado, só se ampliando no espectro familiar. Havia a expectativa de que, com o término da construção do galpão, a cooperativa pudesse coletivizar sua produção e sua comercialização (Streit, 2006), o que ainda não se confirmou.

Quanto à reciprocidade assimétrica, percebe-se que a relação do presidente com os cooperados é bastante conturbada. As relações recíprocitárias estão muito mais presentes no pequeno grupo que ainda legitima o presidente. Os outros, por sua vez, na maioria das vezes ignoram sua liderança, entrando em conflito quando ela incomoda, e abrem mão da formação de um “espaço público de proximidade” dentro da cooperativa.

13.6. Reciprocidade externa

Como a Coopativa vem, ao longo dos últimos anos, se isolando do movimento dos catadores, os laços horizontais criados pelas relações recíprocitárias simétricas têm diminuído, o que acarreta no enfraquecimento das redes de proteção que são construídas a partir da formação de redes. Um exemplo disso foi a derrubada dos barracos dos membros da cooperativa, cuja reação dos parceiros imediatos demoraram e foi muito reduzida em virtude de tal política isolacionista do presidente.

A Cooperativa preferiu estreitar os laços com o poder público local, o que tornou a cooperativa dependente da boa vontade da vice-governadora. Com a mudança de governo, essa relação recíproca assimétrica se esfacelou e colocou a cooperativa em maus lençóis.

Os outros parceiros, como a FBB e os voluntários da CEF, também vêm se afastando, a fim de priorizar o fortalecimento da rede que tem se criado através do Movimento Nacional de Catadores e da CentCoop. Outras cooperativas, em situações às vezes mais precárias, têm se tornado prioridade no trabalho dessas instituições.

13.7. Aspectos subjetivos

Como foi percebido na Coopernoes, o perigo de desmobilização dos catadores não existe, porque eles também não estão mobilizados. Com o trabalho individualizado, os conflitos oriundos da organização coletiva de trabalho são mínimos, estão mais relacionados ao excesso de pessoas que ocupam o mesmo espaço. Os conflitos vindos desse problema, que não são poucos, são causados pelo tipo de organização de trabalho que se tem na cooperativa, o qual não é coletivo. Isso significa que a resolução de muitas brigas existentes entre catadores e liderança passaria pela reorganização do processo produtivo. Como essa proposição encontra bastante resistência entre os cooperados, no momento está fora de cogitação. De acordo com o próprio presidente, “se eu chegar aqui dizendo pra todo mundo trabalhar junto, eles me põem pra correr”. A falta de um corpo normativo e deontológico que molde os comportamentos em um processo coletivo de produção ativa a resistência dos catadores, que preferem evitar os problemas que tal organização do trabalho pode trazer.

Vários entrevistados demonstraram desconforto com o tipo de liderança exercida pelo presidente. Sua presença intimida boa parte dos cooperados, menos aqueles que os outros dizem serem “loucos” por discutirem com ele quando sabem que estão errados”. Outros afirmaram que é assim mesmo: “uma hora ele estoura, depois volta a ficar manso, como um pai”. Inclusive, na pesquisa foi presenciado um momento de “estouro” do presidente. Esse tipo de comportamento acaba gerando a destruição de possíveis espaços públicos dentro da cooperativa, que possibilitem a discussão de pontos de vistas e a tomada de decisões democraticamente. Desse modo, vários cooperados se eximem de qualquer parti-

cipação na vida pública (interna e externa) da cooperativa, desde que não se mexa em seu trabalho.

Há também, na Coopativa, a formação de cooperados de primeira e segunda categorias. Aqueles que são assalariados pelos donos das baias, afirmam, na maioria das vezes, que querem “sair desse tipo de trabalho, arrumar um emprego ou fazer um bico. Por que do jeito que está, isso não vai pra frente”. Esses assalariados, não vêem perspectiva de melhora ou de mudança dentro da cooperativa. Carecem de reconhecimento pelo trabalho que desenvolvem e não se sentem valorizados. Aqueles que são donos de baias se dizem satisfeitos com o que ganham: “não é muito, mas já foi pior”.

A convivência e as relações de amizade que existem entre os cooperados, que não são restritos a pequenos grupos ou famílias, mas também não atingem toda a cooperativa, ou seja, são moderadamente disseminados, são, muitas vezes, o que impede o acirramento de conflitos dentro da cooperativa. Se não podemos falar de desmobilização porque não existe trabalho coletivo, ainda assim podemos falar no perigo de desagregação do grupo, por causa de conflitos em virtude da própria organização de trabalho.

Percebe-se, então, que o tipo de trabalho existente na cooperativa, acaba produzindo tensões de mobilização e desmobilização dos sujeitos. A falta de reconhecimento entre as hierarquias (liderança, cooperados-proprietários e cooperados assalariados) engendra um mecanismo de desmobilização que pode ser muito perigoso para a cooperativa, contribuindo para a desagregação do grupo. Já as relações recíprocitárias simétricas produzidas e reproduzidas por meio das relações de vizinhança anteriormente existentes na cooperativa, vêm se caracterizando como o mecanismo de defesa contra os conflitos causados pela atual forma de organização do trabalho. Nesse sentido, pode-se vislumbrar os efeitos que a retirada da invasão do local pode ter se não for encontrada uma outra maneira de se renovar os laços de confiança existentes na cooperativa.

14. Análise comparativa

De acordo com os dados coletados e as situações descritas, pode-se perceber que as relações sociais no interior dessas cooperativas estão baseadas basicamente em três fatores: a organização do trabalho, o funcionamento das instâncias democráticas – que caracterizam a autogestão – e as relações recíprocitárias existentes. Este último fator, a reciprocidade, pode ser classificado tendo como parâmetro o *locus* de atuação: interno e externo; a posição dos atores: simétrica ou assimétrica; e a abrangência de tais laços: restrita ou ampliada.

Em cada cooperativa há uma combinação diferenciada de tais laços, e de cada combinação verifica-se uma série de particularidades que estão intimamente ligadas às dificuldades enfrentadas, às potencialidades, às ameaças e às oportunidades de cada cooperativa para o enfrentamento da realidade.

A Cortrap tem uma organização do trabalho mais complexa e que exige maior coesão interna e um corpo normativo e deontológico mais arraigado. Sem esse corpo normativo aceito pelo conjunto de cooperados, provavelmente, a Cortrap teria problemas ainda mais sérios do que apresenta. As relações recíprocitárias, nesse sentido ajudariam, se fossem ampliadas, já que, desse modo, ajudariam a manter o conjunto de valores e de obrigações mútuas bem conjugadas. Mesmo com o déficit reciprocidade simétrica ampliada, a Cortrap possui, nas instâncias democráticas, um sólido mecanismo de disseminação e legitimação de valores e regras comuns. Além disso, os laços de confiança da liderança com o restante do grupo são bastante fortes, o que também é possibilitado pelo bom funcionamento das instâncias democráticas.

Já a Coopernoes e a Coopativa possuem uma organização de trabalho bastante similar. São organizações de trabalho que exigem menos coesão interna e um pacto social que permite maior liberdade dos cooperados. As instâncias democráticas basicamente são as mesmas, não funcionam. O que diferencia, e muito, uma da outra, são as relações de reciprocidade assimétricas tecidas dentro de cada cooperativa. De um lado, a liderança possui laços de proximidade com os cooperados, formando aí uma espécie de controle social – traço marcante também na Reciclo – e de outro um presidente que impõe sua vontade sobre os outros, quebrando qualquer possibilidade de ser construído um espaço públi-

co de proximidade, espaço este responsável por formar o corpo deontológico e normativo desse tipo de organização social.

A Reciclo, por sua vez, possui um tipo de organização do trabalho mais igualitário, no entanto pouco diferenciado. Além de ser a cooperativa que conta com a pior estrutura produtiva, dentro daquelas estudadas, é aquela cuja gestão do trabalho é mais informal, não tendo nem mesmo um fundo para a cooperativa. Seu regime de trabalho não chega a ser coletivo, como na Cortrap, mas também não é individualizado, como nas outras duas. Esse tipo de organização só é possível porque a coesão exigida por essa forma de organização, regras e valores bem definidos e aceitos por todos, acaba sendo criada através das relações reciprocitárias ampliadas existentes dentro da cooperativa, que é a mais alta dentre os grupos estudados.

Cooperativa Indicador	Cortrap	Coopernoes	Reciclo	Coopativa
Organização do trabalho	Coletivo	Individual	Entre o coletivo e o individual	Individual
Funcionamento das instâncias democráticas	Bom	Regular	Regular	Ruim
Relações reciprocitárias internas simétricas ampliadas	Baixo	Baixo	Alto	Médio (com possibilidade de decréscimo)
Relações reciprocitárias internas assimétricas	Bom	Bom	Bom	Ruim
Relações reciprocitárias externas simétricas	Desenvolvido	Em desenvolvimento vagaroso	Em desenvolvimento acelerado	Em retração
Relações reciprocitárias externas assimétricas	Dependente (setor privado)	Dependente (setor privado)	Em situação de perigo (setor público)	Aliança desfeita (setor público)

Quadro 2. Comparação dos dados levantados nas cooperativas

Analisando, agora, as relações reciprocitárias externas, podemos perceber que, de um lado, a Cortrap e a Coopernoes atualmente se valem da aliança com a empresa com-

pradora de seus materiais. Essa relação gera dependência, todavia é a única saída para ambas as cooperativas no atual momento. A outra possibilidade, vender para outros sucateiros, como o fazem a Reciclo e a Coopativa, é ainda mais desfavorável, já que esses outros sucateiros, na cadeia produtiva da reciclagem, estão em uma posição em que suas vendas passam, necessariamente, nas mãos da Capital, ou seja, quem oferece o melhor preço, ainda que não seja alto, é a Capital Recicláveis. A união com as outras cooperativas e com outros parceiros, como a FBB, pode trazer uma alternativa a médio prazo, que é a venda direta para as fábricas em São Paulo, o que possibilitará a conquista de um preço melhor no material vendido.

A Reciclo tem buscado a ampliação dos parceiros, priorizando aqueles cujos laços gerados são horizontais, mas não ignorando as relações assimétricas que podem trazer benefícios imediatos, como o GDF – até porque a falta de aliança com esse ator pode gerar prejuízos enormes. Possivelmente colherá bons frutos dessas parcerias futuramente.

A Coopativa, por seu lado, priorizou, no último ano, uma relação recíprota assimétrica junto ao GDF, que no final, rendeu menos do que o esperado. Buscar alianças com entidades muito mais fortes não seria o problema, o grande erro que vem sendo cometido pela Coopativa é se afastar de aliados que possibilitem elos horizontais duradouros, jogando todas as suas fichas em um aliado que, apesar de forte, possui objetivos diferentes e uma dinâmica própria – como as eleições – que, de uma hora para outra, pode mudar de lado e passar a jogar contra.

Comparando os dados supracitados, podemos perceber que o nível de funcionamento das instâncias de decisão e controle democráticos, juntamente com relações de reciprocidade simétricas disseminadas por todo o grupo são os dois fatores que possibilitam a coesão interna de um empreendimento que busca organizar um trabalho coletivo. Isso se dá por um motivo básico: as relações sociais no trabalho devem ser passíveis de normatização, seja de maneira formal ou não. Essa normatização passa pela aceitação de certos valores por todo o coletivo de trabalhadores. Tanto a construção e aceitação das normas quanto dos valores passam pela discussão em um espaço público adequado e pela produção e reprodução nos espaços de socialização dos indivíduos. De qualquer forma, o indivíduo precisa de liberdade para expressar a aceitação ou não das normas e dos valores, influenciando diretamente nessa construção. No ambiente privado, ele se sente livre para expressar suas opiniões junto a pessoas que reconhece como pertencentes ao quadro daque-

les que lhe inspiram confiança, as pessoas mais próximas. Quando há a possibilidade, por meio de outros espaços de socialização, de ampliar o quadro de pessoas em quem confia – e o reconhecimento desse fato passa a ser elemento constituinte da geração de identidade –, o indivíduo passa a criar espaços públicos de proximidade, nos quais passarão a expressar livremente – e em pé de igualdade com os outros – as suas opiniões a respeito das normas e valores que regem este grupo. Uma vez que existem regras e valores e elas são aceitas socialmente, a capacidade de mobilizar os sujeitos que nelas confiam, com elas contribuem e através delas se relacionam, é surpreendente, desde que sejam reconhecidos e retribuídos da mesma forma pelos outros membros desse grupo.

Chegamos, então, ao ponto cego desses empreendimentos estudados. Cada um, da sua maneira, produz valores e normas que se adequam a esses valores. A organização do trabalho regida por esse conjunto de normas também devem se adequar aos valores socialmente produzidos e aceitos, a não ser que se mudem esses valores. No entanto, para se modificar e consolidar tanto os valores quanto as regras, é necessário que se tenham espaços de socialização que sirvam para isso. Se esses espaços forem restritos ou restringirem esse tipo de discussão, é pouco provável que haja mudança. Os espaços de socialização privados raramente permitem o questionamento de suas regras e dos seus fundamentos. Os espaços normalmente adequados a esse tipo de discussão são os espaços públicos, que permitem a ação comunicativa e a livre expressão de seus membros. No entanto, esses espaços, por si só, não formam e consolidam os valores. Para que se tornem sociais, no sentido durkheimiano da palavra, é necessário que haja espaços de socialização, estes sim privados, para que, dentro de sua liberdade, o indivíduo inove e contribua na sua reprodução. Em outras palavras, para criarem novos valores que fundamentem um conjunto de regras para uma organização coletiva do trabalho, é preciso que os empreendimentos busquem consolidar seus espaços públicos de proximidade, isto é, suas instâncias democráticas, e ampliem as redes de reciprocidade simétrica, os quais engendrarão novos espaços de socialização, diferentes dos atuais grupos familiares e de amizade, que são muito restritos.

15. Conclusão

Ao analisar a realidade dessas cooperativas de catadores de materiais recicláveis e as dinâmicas sociais que são elaboradas pelos seus atores, percebemos que a situação de extrema precariedade é um fator determinante e, como tal, não pode ser desprezado. As relações recíprocas, por exemplo, encontram maior eco naquelas cooperativas em que os catadores, por morarem em uma área invadida e realizarem seu trabalho no mesmo local, se relacionam entre si durante um tempo maior, principalmente fora do trabalho. Isso não significa que as relações recíprocas só aparecem quando os atores são colocados em situações de extrema vulnerabilidade. Essas condições, quando também articuladas com uma forma particular de organização social, engendram o aparecimento de relações recíprocas. Provavelmente o mesmo ocorreria se, por exemplo, os catadores fossem removidos para uma área residencial próxima da cooperativa e lá pudessem tecer relações de trabalho e de lazer em comum. Um espaço adequado, com estruturas suficientes para uma vida comunitária abrangente, com certeza apresentaria condições mais do que suficientes para a construção de um tecido social denso e seguro para os membros de uma cooperativa.

Os diferentes modos de se organizar a vida coletiva nessas cooperativas demonstram que não há um único meio de se tecerem as relações sociais e de se buscarem novas alternativas de integração social pelo trabalho. Mesmo condições semelhantes, perfis e histórias de vidas parecidas, propiciam o aparecimento de uma diversidade de formas de organização da vida social e econômica. Os fatores que podem gerar isso são os mais diversos, o aparecimento de novos atores, acontecimentos não previstos, transformações sócio-econômicas, tanto em nível global quanto local, mudanças na esfera dos valores, escolhas individuais, enfim, uma gama de fatores pode contribuir para a formação de determinado tipo de organização social. Não há como determinar isso a priori, o que não desautoriza abordar essas questões procurando elementos comuns às diversas experiências e elaborar explicações de cunho mais sociológico.

As circunstâncias específicas e a situação histórica, de um lado, e as escolhas feitas pelos indivíduos, de outro, são fatores determinantes quando analisamos a realidade social. Nosso papel enquanto sociólogo, no entanto, é, mesmo levando em consideração esta série de contingências, que tornam determinados eventos singulares, tentar encontrar certas re-

gularidades que permeiam a realidade estudada. Isso não significa dizer que devemos partir em uma busca incessante por leis, sejam elas gerais ou não, que regem a vida social, mas que, através de uma análise teórica consistente, faz parte de nosso “ofício de sociólogo” perceber certos elementos que compõem o jogo social, procurando estabelecer conexões lógicas entre eles com o objetivo de melhor explicar a realidade.

Desse modo, a partir da realidade estudada, percebemos que alguns elementos que fazem parte da vida social, quando combinados com outros fatores, geram situações diferenciadas de fenômenos que enquadrados freqüentemente em um mesmo formato. O nosso exemplo, da economia solidária, nos traz justamente essa questão. As características gerais da economia solidária, que sempre são citadas pelos mais diversos especialistas e atores sociais que dela fazem parte, são percebidas, nesse estudo, como manifestações tão diversas que chega a soar estranho colocá-las sob uma mesma qualificação. Como, no entanto, a explicação dos fenômenos sociais implica, necessariamente, em sua redução, isso não parece ser um problema, faz parte do ofício.

Tendo como base o problema proposto e as perguntas que nos guiaram ao longo da pesquisa, pudemos perceber que as relações recíprocitárias, de fato, existem nesses empreendimentos. Suas formas de manifestação se diferem, assim como as condições para que essas interações apareçam e suas conseqüências. Às vezes de modo surpreendente, o pesquisador se depara com situações não previstas. Realmente foi um tanto inesperado encontrar a reciprocidade em relações que, se presumia, eram dominadas pelo princípio de mercado. Cooperativas obtendo “favores” da empresa com quem mantém relações mercantis é algo não-usual, não se pode negar. As conseqüências desse tipo de relação podem ser perversas e a ação da empresa não esconde seu interesse mercantil, mas mostram que essa relação é importante, até o momento, para a estruturação dos empreendimentos envolvidos.

O meio social que se mostrou propício para o aparecimento dessas relações foi, como se esperava, o ambiente de sociabilidade primária, mais comumente relacionado aos ambientes familiares, de amizade, vizinhança etc., cuja racionalidade envolvida é aquela que busca a criação e manutenção de laços sociais. As cooperativas que possuem relações recíprocitárias mais intensas são aquelas em que as pessoas convivem cotidianamente em um mesmo local. No entanto, algo novo foi notado: as relações familiares e de amizade, quando restritas aos seus pequenos grupos, não dão margem ao aparecimento de uma solidariedade ampliada, que englobe todo o grupo. O aparecimento de tal solidariedade só se

forma se existirem mecanismos de disseminação de tal sociabilidade para além da esfera privada. É necessário que haja uma vida comunitária densa e que possibilite o envolvimento de toda a cooperativa. Essa vida comunitária se manifesta nas festividades, na reza do terço, nos casamentos que unem famílias, nas trocas de favores, enfim, em todo tipo de interação que mobilize o coletivo de trabalhadores e que ultrapasse as fronteiras da vida privada, a fim de possibilitar a geração de confiança entre os pares e o sentimento de pertencimento ao grupo.

Em relação às conseqüências para a organização do trabalho, nota-se como esse tipo de interação não implica necessariamente na coletivização do trabalho. O individualismo permanece mesmo em cooperativas que possuem relações recíprocitárias mais densas. É interessante notar que não há, necessariamente, uma correspondência direta entre a vida comunitária e a organização do trabalho. Esse tipo de organização coletiva possui uma outra exigência: normas e valores comuns que regulem o trabalho. Se não há esse tipo de corpo normativo e deontológico é mais provável que se tenha um regime de trabalho mais individualizado, que exige uma coesão e uma mobilização muito menor dos sujeitos. Também impede o incremento de um sentimento de pertencimento ao coletivo que crie segurança para os cooperados.

Essas normas e valores exigem, por sua vez, um espaço de discussão ampliado, em que sejam respeitadas as várias falas, as diferenças e as individualidades presentes. Antes de realizar essa pesquisa, não esperava encontrar um empreendimento onde houvesse relações recíprocitárias simétricas bem enraizadas e cujas relações hierárquicas fossem tão constrangedoras que impedissem a formação de um espaço público de proximidade. Isso mostra a importância de dois fatores interligados, mas diferentes: as relações recíprocitárias assimétricas, entre o líder e os cooperados, criam uma espécie de controle social e, por vezes, permitem a aparição de espaços de discussão; por outro lado, as instâncias democráticas, eletivas e decisórias, se constituem como o principal elemento que permite a participação democrática de todos e, mesmo, a legitimação da liderança. Sem instâncias democráticas consolidadas, a existência da autogestão fica muito dependente da vontade da liderança.

Percebe-se, também, que a inexistência de um espaço em que possam ser discutidas as normas e os valores em comum só não leva a uma desagregação total do grupo porque as formas de trabalho desejadas pelos trabalhadores, aquelas que preservem suas liberda-

des, são respeitadas e asseguradas. Os valores comuns, nesses casos, são valores individualistas, trazidos desde antes da criação da cooperativa. Ou seja, há um corpo normativo e deontológico, porém inadequado para uma forma de organização do trabalho coletiva, mais igualitária e solidária. Isso significa que, para que haja mudança na organização do trabalho, é necessário que haja uma mudança também no campo dos valores. E essa mudança passa pela existência de um espaço de discussão que respeite as diversas subjetividades envolvidas.

De um lado, é necessário que haja instâncias democráticas que funcionem. Mas isso, por si só, não implica na participação de todos. O envolvimento de todos só é possível se houver um sentimento de pertencimento ao grupo. E esse sentimento de pertencimento passa pelo reconhecimento do grupo. Se não houver esse tipo de reconhecimento, a tendência dos sujeitos é não se engajar. Como participar da formulação de valores e de regras para o grupo se não sou reconhecido como pertencente a ele? O não-reconhecimento se evidencia, por exemplo, na desprezo da liderança, no silenciamento dos pares e no descaso dos outros. E esse reconhecimento se configura, também, como uma relação recíproca. Entretanto, se forem mantidas restritas as relações recíprocas, não há como o reconhecimento passar a valer também nos espaços públicos de proximidade. É necessário que as relações recíprocas se ampliem em direção a todo o grupo a fim de que as regras e valores construídos coletivamente sejam aceitos, de fato, por todo o grupo.

E dessa forma, a partir da construção de valores e normas comuns, é possível criar uma organização do trabalho coletiva que respeite as individualidades, seja democrática, solidária e igualitária e que mantenha os sujeitos mobilizados contribuindo para a sua reprodução. O que, de fato, ocorre é que para a construção de empreendimentos democráticos, solidários e igualitários, é necessário que haja, de antemão, democracia, solidariedade e igualitarismo. Essa conclusão tautológica mostra que, quando tratamos da economia solidária, não podemos perder de vista que não há como separar os meios dos fins.

Um outro ponto bastante perceptível e que não deve ser desprezado são as redes que os empreendimentos constroem para o seu fortalecimento. O que essa pesquisa mostrou é que a força dessas redes não pode ser desprezada. E mais, as redes que possibilitam maior segurança e ganhos a longo prazo são aquelas construídas através de elos horizontais, que respeitem as trajetórias, as individualidades e que possibilitem a geração de uma identidade comum. Esses elos horizontais são criados através de relações recíprocas

simétricas e se apresentam na articulação do Movimento Nacional de Catadores e na criação da CentCoop, quando considerados somente os laços entre os catadores – apesar de não podermos desprezar a importância da participação de outros atores na consolidação dessas redes –, no fortalecimento do Fórum Lixo e Cidadania, do Fórum de Economia Solidária, dentre outros, que contam com a participação de diversos atores da sociedade civil, dos governos, das universidades etc. As cooperativas que têm se engajado no fortalecimento desse tipo de laço, provavelmente colherão bons frutos em um futuro próximo, pois é através desse tipo de articulação, seja ela política ou econômica, que os atores fortalecem seus empreendimentos e dão peso político às suas demandas.

Evidentemente, esse estudo não esgota as possibilidades de averiguação e análise de como as relações recíprocitárias se articulam com outras dinâmicas nos Empreendimentos de Economia Solidária. Os apontamentos e reflexões feitas a partir dessa pesquisa, assim como foram influenciadas por outros estudos, podem ser o ponto de partida de novas pesquisas, estudos e reflexões que busquem compreender melhor essas relações. Acredito que seu maior mérito é mostrar como, a partir da análise empírica, é possível levantar questões que devam ser refletidas e discutidas do ponto de vista teórico, a fim de que possam ultrapassar as fronteiras do estudo de caso em questão.

16. Bibliografia

- AGUIAR, Neuma (org.). *Hierarquia em Classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- BRASIL. *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília: MTE, SENAES, 2006.
- BAUER, Martin W. & GASKELL, George (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BOTELHO, Flávio. *Arranjos institucionais, organização dos produtores e redução dos custos de transação*. Brasília: Seminários: Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no Meio Rural, Neagri, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe (1966). In: AGUIAR, Neuma (org.). *Hierarquia em Classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- CAILLÉ, Alain. Dádiva e Associação. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). *A dádiva entre os modernos*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. *Antropologia do dom: O terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes, 2002a.
- _____. *Dé-penser l'économique: Contre le Fatalisme*. Paris: Éditions La Découverte, 2005.
- CALDERONI, Sabetai. *Os bilhões perdidos no lixo*. São Paulo: Humanitas, 2003.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 2001
- CATTANI, Antônio David (org.) *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- CENTCOOP. *Plano de trabalho para 180 e 360 dias*. Brasília: Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do DF e Entorno, 2006.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Cortez; Oboré, 1992.
- _____. Addendum: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho (1993).
- LANCMAN, Selma & SZNELZAR, Laerte Idal (orgs.). *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2004.

_____. O trabalho como enigma (1994). LANCMAN, Selma & SZNELZAR, Laerte Idal (orgs.). *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2004.

_____. Análise psicodinâmica das situações de trabalho e sociologia da linguagem (1995). LANCMAN, Selma & SZNELZAR, Laerte Idal (orgs.). *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2004.

DEMO, Pedro. *Pobreza da Pobreza*. Petrópolis: Vozes, 2003.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. Lisboa: Edições 70, 1990.

ENRIQUEZ, Eugéne. *Da Horda ao Estado: Psicanálise do Vínculo Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de & DZIMIRA, Sylvain. Dádiva e economia solidária. In: MARTINS, Paulo Henrique & NUNES, Brasilmar Ferreira (orgs.). *A nova ordem social: Perspectivas de uma solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de & LAVILLE, Jean Louis. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GODBOUT, Jacques. Homo donator versus homo oeconomicus. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). *A dádiva entre os modernos*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GRIPPI, Sidney. *Lixo: Reciclagem e sua história*. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

GUIMARÃES, Ana et al. *A propósito do debate sobre exclusão social: Aportes teóricos, escala local e indicadores sociais*. João Pessoa: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002. Disponível em: <www2.prudente.unesp.br/simespp/prodcient/>. Acesso em jul/2005.

ISAAC, Pedro H.S. *Sofrimento e Cooperação: Estudo sobre cooperativas de catadores de lixo*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. Monografia (Bacharelado em Sociologia).

LANCMAN, Selma & SZNELZAR, Laerte Idal (orgs.). *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2004.

LAVILLE, Christian & DIONNE, Jean. *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LAVILLE, Jean Louis. *Globalização e Solidariedade*. Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães. Salvador, nº 5, FLEM, 2003.

_____. *Economia Solidária: Perspectivas Internacionais*. Palestra realizada na Universidade de Brasília no dia 22 de outubro de 2004. mimeo.

_____. Com Mauss e Polanyi: rumo a uma teoria da economia plural. In: MARTINS, Paulo Henrique & NUNES, Brasilmar Ferreira (orgs.). *A nova ordem social: Perspectivas de uma solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004a.

LEVITAS, Ruth. *Defining and measuring social exclusion: a critical overview of current proposals*. Bristol: Radical Statistics 71, 1999. Disponível em: <<http://www.radstats.org.uk/no071/article2.htm>>. Acesso em jul/2005.

LIMA, Luiz Mário Queiroz. *Lixo: Tratamento e Biorremediação*. São Paulo: Hemus, 2004.

MAGERA, Márcio. *Os empresários do lixo*. Campinas: Ed. Átomo, 2003.

MANCE, Euclides André (org.). *Como organizar redes solidárias*. Rio de Janeiro: DP&A; Fase; IFIL, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, Paulo Henrique & NUNES, Brasilmar Ferreira (orgs.). *A nova ordem social: Perspectivas de uma solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

MAUSS, Marcel. *Ensaio Sobre a Dívida*. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosacnaify, 2003.

MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. *Economia Ambiental*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

NUNES, Christiane Girard F. Os elos horizontais da economia solidária. in: MARTINS, Paulo Henrique & NUNES, Brasilmar Ferreira (orgs.). *A nova ordem social: Perspectivas de uma solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

_____. Introdução à Economia Solidária no Distrito Federal. In: GAIGER, Luiz Inácio Gaiger (org.) *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004a.

PARSONS, Talcott. Uma abordagem analítica para a teoria da estratificação social (1940). In: AGUIAR, Neuma (org.). *Hierarquia em Classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

PENTEADO, Hugo. *Ecoeconomia: uma nova abordagem*. São Paulo: Lazuli, 2003.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: As origens da nossa época*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SABOURIN, Eric. *Organizações e dispositivos coletivos dos agricultores familiares no Nordeste do Brasil*. Brasília: Seminários: Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no Meio Rural, Neagri, 2005.

_____. *Organização social e produção de valores humanos*. Aula inaugural do curso de Sociologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2005a.

_____. *Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa & RODRÍGUEZ, César. Introdução: Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

STREIT, Jorge. *Análise de três Empreendimentos Econômicos Solidários do setor da reciclagem no Distrito Federal: Referências para atuação das organizações de apoio*. Brasília: FACE/UnB, 2006. Dissertação (Mestrado em Gestão Social e Trabalho).

TODMAN, Lynn. *Reflections on Social Exclusion: What is it? How is it different from U.S. Conceptualizations of Disadvantage? And, why Americans might consider integrating it into U.S. social policy discourse*. Chicago: CUPPA/ University of Illinois, 2004. Disponível em: < www.uic.edu/cuppa/cityfutures/papers/ > acesso em: jul/2005.

VEIGA, Sandra Mayrink & FONSECA, Isaque. *Cooperativismo: Uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VIEITEZ, Candido Giraldez & DAL RI, Neusa Maria. *Trabalho associado: Cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WILLIAMSON O. E. *Markets and hierarchies: Analysis and antitrust implications*. New York: Free Press, 1975.